



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**DO QUILOMBO AO MERCADO: UM ESTUDO DA PLURIATIVIDADE NA
SUSTENTABILIDADE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE IVAPORUNDUVA, SP**

LUCIANA MELLO VIEIRA

Araras

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**DO QUILOMBO AO MERCADO: UM ESTUDO DA PLURIATIVIDADE NA
SUSTENTABILIDADE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE IVAPORUNDUVA, SP**

LUCIANA MELLO VIEIRA

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de MESTRE
EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras

2020

MELLO VIEIRA, LUCIANA

DO QUILOMBO AO MERCADO: UM ESTUDO DA
PLURIATIVIDADE NA SUSTENTABILIDADE DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE IVAPORUNDUVA, SP / LUCIANA MELLO VIEIRA.

-- 2020.

105 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus
Araras, Araras

Orientador: MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO

Banca examinadora: ADRIANA CAVALIERI SAIS, ABELARDO
GONÇALVES PINTO

Bibliografia

1. AGROECOLOGIA. 2. PLURIATIVIDADE QUILOMBOLA. 3.
SUSTENTABILIDADE . I. Orientador. II. Universidade Federal de São
Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Maria Helena Sachi do Amaral – CRB/8 7083

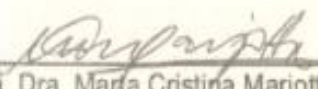


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Luciana Mello Vieira, realizada em 20/02/2020:



Prof. Dra. Marta Cristina Marjotta Maistro
UFSCar



Prof. Dra. Adriana Cavalieri Sais
UFSCar



Prof. Dr. Abelardo Gonçalves Pinto
CATI

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos familiares e amigos, em especial aos meus pais, Adna e Sergio, por todo o amor e apoio incondicional, sempre presentes e fundamentais na minha vida.

Agradeço a minha orientadora Prof^a Dr^a Marta Cristina Marjotta-Maistro, pelas reuniões produtivas, pela sua disponibilidade e incentivo em todas as etapas da pesquisa.

Agradeço a todo o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR/UFSCar), aos professores, aos colegas de turma, em especial, à coordenadora Prof^a Dr^a Anastácia Fontanetti e à secretária Tereza Cristina (Cris).

Agradeço a Prof^a Dr^a Adriana Cavalieri Sais, ao Prof. Dr. Abelardo Gonçalves Pinto e ao Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto, por participarem das etapas de Qualificação e da Defesa e pela importante contribuição interdisciplinar que deram para a construção da minha dissertação.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço muito a toda comunidade quilombola de Ivaporunduva (Vale do Ribeira, SP), que sempre esteve disposta a colaborar e compartilhar seu conhecimento, em especial à coordenadora Neire Alves e à liderança Benedito Alves da Silva (Ditão). Agradeço também a Associação Quilombo de Ivaporunduva pela permissão de realizar a pesquisa no quilombo.

Agradeço a todas as pessoas que fazem parte do movimento agroecológico de São Carlos-SP, que me inspiraram a fazer esse mestrado e adotar a Agroecologia como filosofia de vida!

Por fim, agradeço especialmente a Deus e a Nossa Senhora, estrela mãe que nos guia, pela alegria, força e fé na caminhada e por mais essa graça!

SUMÁRIO

ÍNDICE DE QUADROS.....	i
ÍNDICE DE FIGURAS.....	ii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Objetivos.....	3
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	4
2.1 Pluriatividade na Agricultura Familiar.....	4
2.2 Produção e Certificação Orgânica.....	5
2.3 Titulação de terras quilombolas.....	8
2.4 Licença ambiental para agricultura tradicional quilombola.....	9
2.5 Associação e Cooperativa: Formas de organização coletiva da produção.....	11
2.6 Circuitos de comercialização: circuitos curtos ou longos.....	11
2.7 Mercados institucionais para quilombos: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	12
3. METODOLOGIA.....	14
3.1 Caracterização da área de estudo.....	14
3.1.1 Quilombo Ivaporunduva e suas características.....	16
3.2 Delineamento da pesquisa.....	20
3.3 Instrumentos de Coleta de Dados.....	21
3.4 Análise de dados.....	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
4.1 Perfil da comunidade quilombola de Ivaporunduva.....	27
4.1.1 Perfil Social.....	30
4.1.2 Perfil Econômico.....	37
4.1.3 Perfil Ambiental.....	41
4.2 Pluriatividade quilombola de Ivaporunduva.....	53
4.2.1 Atividades comerciais agrícolas.....	54
4.2.1.1 Banana orgânica.....	54
4.2.1.2 Palmito pupunha.....	56
4.2.2 Atividades comerciais não agrícolas.....	57
4.2.2.1 Artesanato.....	57
4.2.2.2 Doces.....	63
4.2.2.3 Turismo de Base Comunitária.....	64
4.2.3 Mapeamento da pluriatividade quilombola de Ivaporunduva.....	68
4.3 Relação de Ivaporunduva com o Mercado.....	70
4.3.1 Mercados atuais de Ivaporunduva e novos mercados.....	70
4.3.2 Mapeamento dos mercados atuais e potenciais de Ivaporunduva.....	73
4.3.3 Circuitos de comercialização de Ivaporunduva.....	75
5. CONCLUSÃO.....	78
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
7. APÊNDICES.....	89

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.	Características dos indivíduos participantes da pesquisa com entrevista semiestruturada.	22
Quadro 2.	Características dos indivíduos participantes da pesquisa com formulário.	23
Quadro 3.	Temas abordados nos formulários agrupados nas categorias social, econômica e ambiental.	25
Quadro 4.	Percepções sobre os benefícios diretos e indiretos da titulação para a comunidade quilombola de Ivaporunduva.	34
Quadro Síntese	Perfil da comunidade quilombola de Ivaporunduva	50
Quadro 5.	Tipos de atividades comerciais agrícolas e não agrícolas da pluriatividade realizada no Quilombo Ivaporunduva.	53
Quadro Síntese	Pluriatividade quilombola de Ivaporunduva	67
Quadro 6.	Distância em quilômetros (km) de cada mercado em relação ao Quilombo Ivaporunduva.	74
Quadro 7.	Tipos de comprador, consumidor final e circuito de comercialização por produto da pluriatividade do Quilombo Ivaporunduva.	76

INDICE DE FIGURAS

Figura 1.	Selos do produto orgânico certificado emitido pelo MAPA: sistema participativo e certificação por auditoria.	6
Figura 2.	Selos de identificação do produto oriundo de agricultura familiar: Selo SIPAF, Selo SENAF e Selo SENAF quilombola.	7
Figura 3.	Selo IBD de produto orgânico certificado.	8
Figura 4.	Mapa de localização geográfica do Quilombo Ivaporunduva, Vale do Ribeira, SP, Brasil.	14
Figura 5.	A- Rio Ribeira de Iguape, Vale do Ribeira, SP; B- Paisagem típica do Vale do Ribeira com plantações de banana no entorno da Mata Atlântica, SP.	15
Figura 6.	Atividades econômicas realizadas nos estabelecimentos agropecuários do município de Eldorado, São Paulo, Brasil.	16
Figura 7.	Vila do Quilombo Ivaporunduva.	17
Figura 8.	Escola Municipal - EMEIF Quilombo Ivaporunduva	18
Figura 9.	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Quilombo Ivaporunduva.	19
Figura 10.	Casas de alvenaria na vila do Quilombo Ivaporunduva.	20
Figura 11.	Identidade visual do Quilombo Ivaporunduva.	28
Figura 12.	Estrutura social da comunidade quilombola de Ivaporunduva.	28
Figura 13.	Galpão da Vila do Quilombo Ivaporunduva, onde ocorrem as reuniões da Associação.	29
Figura 14.	Temas principais do perfil social da comunidade quilombola de Ivaporunduva	30
Figura 15.	Evolução do processo de titulação de territórios para comunidades quilombolas no Brasil, no período de 2003 a 2012.	33
Figura 16.	Temas principais do perfil econômico da comunidade quilombola de Ivaporunduva.	37
Figura 17.	Percepção dos produtos comerciais mais importantes para os quilombolas de Ivaporunduva.	39
Figura 18.	Temas principais do perfil ambiental da comunidade quilombola de Ivaporunduva.	41
Figura 19.	Modelo de guarda de sementes em garrafa pet.	43

Figura 20.	A - Painel do 12º Paiol de sementes; B - Estande com produtos tradicionais do Quilombo Ivaporunduva.	44
Figura 21.	Tipos de produtos certificados pelo IBD no Quilombo Ivaporunduva.	45
Figura 22.	Perfil da comunidade na sustentabilidade do Quilombo Ivaporunduva.	49
Figura 23.	A- Bananal orgânico; B- Caminhões para transporte da carga de banana do Quilombo Ivaporunduva.	55
Figura 24.	Peça de artesanato: A - descanso de panela, feito com palha de bananeira; B – esteira de taboa; feitos pelos artesãos de Ivaporunduva.	58
Figura 25.	Etiqueta utilizada no artesanato com a identidade visual “Feito à Mão” (frente), com informações de produto, preço e nome da artesã.	60
Figura 26.	Etiqueta utilizada no artesanato com a identidade visual “Feito à Mão” (verso), com informações sobre a localização geográfica da comunidade e relação com a natureza.	61
Figura 27.	Embalagem dos doces com folha de bananeira e em potes de vidro.	64
Figura 28.	Mapa da pluriatividade do Quilombo Ivaporunduva, Vale do Ribeira, SP, Brasil.	68
Figura 29.	Mapa da atuação geográfica do Quilombo Ivaporunduva e sua pluriatividade frente aos mercados atuais e potenciais.	73

DO QUILOMBO AO MERCADO: UM ESTUDO DA PLURIATIVIDADE NA SUSTENTABILIDADE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE IVAPORUNDUVA, SP

Autora: LUCIANA MELLO VIEIRA

Orientadora: Prof^a Dr^a MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO

RESUMO

Em comunidades quilombolas, a pluriatividade tem sido utilizada como uma estratégia de reprodução social, econômica e ambiental. O objetivo geral da pesquisa foi estudar a pluriatividade da comunidade quilombola de Ivaporunduva e sua relação com o mercado, como um caminho para manter a tradição e a sustentabilidade no quilombo. A área de estudo selecionada foi o Quilombo Ivaporunduva, situado no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. A metodologia foi baseada em dados primários e secundários e pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas e formulários, aplicados a 13 produtores quilombolas. Os resultados mostraram pelo perfil social, econômico e ambiental da comunidade quilombola de Ivaporunduva que a mesma tem buscado o caminho da sustentabilidade em suas atividades. Com a titulação, houve benefícios diretos e indiretos para a comunidade, como o direito ao uso da terra, segurança e acesso a projetos, e de benefícios ambientais, como o direito de ter um meio ambiente mais preservado, com a retirada de terceiros do território quilombola e a diminuição do desmatamento, e autonomia ambiental. A comunidade está utilizando a estratégia da pluriatividade, com a diversificação em atividades comerciais agrícolas (banana orgânica e palmito pupunha) e atividades não agrícolas (artesanato, doces e turismo), que tem resultado em aumento de renda, autonomia econômica e promoção de maior qualidade de vida. Dos 13 produtores quilombolas entrevistados, 60% são pluriativos. Os jovens de Ivaporunduva têm saído para estudar e têm retornado ao quilombo para trabalharem na própria comunidade. Com a certificação orgânica, houve uma maior valorização do produto quilombola. Os artesãos utilizam o conceito de sustentabilidade no seu modo de produção, com o aproveitamento total da bananeira como matéria prima. Sobre a relação com o mercado, nos mercados institucionais, atualmente a produção de banana orgânica tem atendido às prefeituras municipais de São Paulo e Santo André pelo PNAE, mas a comunidade tem sofrido com o aumento da concorrência pelos editais entre associações e cooperativas do Estado de São Paulo. Conclui-se que a comunidade de Ivaporunduva é pluriativa e está buscando a sustentabilidade da cultura quilombola, por meio da estratégia da pluriatividade, com a permanência dos jovens no quilombo e uma coexistência com a sua agricultura de subsistência tradicional.

Palavras chave: Vale do Ribeira; titulação; autonomia; certificação orgânica; desenvolvimento rural sustentável.

FROM THE QUILOMBO TO THE MARKET: A STUDY OF PLURIACTIVITY IN SUSTAINABILITY OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY IN IVAPORUNDUVA, SP

Author: LUCIANA MELLO VIEIRA

Adviser: Prof^a Dr^a MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO

ABSTRACT

In quilombola communities, pluriactivity has been used as a strategy for social, economic and environmental reproduction. The general objective of the research was to study the pluriactivity of the Ivaporunduva quilombola community and its relationship with the market, as a way to maintain tradition and sustainability in the quilombo. The selected study area was Quilombo Ivaporunduva, located in Vale do Ribeira, São Paulo, Brazil. The methodology was based on primary and secondary data and qualitative research, through semi-structured interview and form, applied to 13 quilombola producers. The results showed by the social, economic and environmental profile of the Ivaporunduva quilombola community that it has sought the path of sustainability in its activities. With the title, there were direct and indirect benefits for the community, such as the right to use the land, security and access to projects, and environmental benefits, such as the right to have a more preserved environment, with the removal of third parties from quilombola territory and the reduction of deforestation, and environmental autonomy. The community is using the pluriactivity strategy, with the diversification of its agricultural commercial activities (organic banana and pupunha palm) and non-agricultural activities (handicrafts, sweets and tourism), that has resulted in an increase in income, economic autonomy and the promotion of higher quality of life. Of the 13 quilombola producers interviewed, 60% are pluriactives. Young people of Ivaporunduva have gone out to study and have returned to the quilombo to work in the community itself. With organic certification, there was a greater appreciation of the quilombola product. Artisans use the concept of sustainability in their mode of production, with full use of the banana tree as raw material. Regarding the relationship with the market, in institutional markets, currently the production of organic bananas have served the municipal governments of São Paulo and Santo André through the PNAE, but the community has suffered from the increase competition for public notices between associations and cooperatives in the state of São Paulo. It is concluded that the Ivaporunduva community is pluriactive and is looking for the sustainability of the quilombola culture, through the pluriactivity strategy, with the permanence of the young people in the quilombo and a coexistence with their traditional subsistence agriculture.

Key words: Vale do Ribeira; titling; autonomy; organic certification; sustainable rural development.

1. INTRODUÇÃO

Na paisagem rural do Vale do Ribeira coexistem diversos povos tradicionais como indígenas, caiçaras e quilombolas. A paisagem rural, onde cultura e natureza estão interligadas, é um espaço ambiental transformado por esses grupos sociais que nela habitam. Segundo Lévi-Strauss (1989) essa relação da comunidade tradicional com os recursos naturais mostra como a cultura é uma produção, e não uma negação, da natureza e que o modo de vida dos povos tradicionais pode ser entendido como um dos modos possíveis de o homem organizar sua relação com o mundo (AMARAL, 2013).

Os povos e comunidades tradicionais que vivem nesse território podem ser definidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, com formas próprias de organização social, com uso dos recursos naturais como condição para sua reprodução social, religiosa, ancestral, cultural e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007). Essa definição está presente também na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) (BRASIL, 2012) e na Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) (SÃO PAULO, 2018).

Um exemplo de comunidade tradicional são as comunidades quilombolas, que podem ser definidas como grupos étnico-raciais, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003a).

Essas relações territoriais específicas dos quilombolas dizem respeito ao sentimento de territorialidade e pertencimento a determinado território e esse reconhecimento tem feito parte da luta dos quilombolas pela posse de sua terra até os dias de hoje. Para Saquet (2006), o território é um produto socioespacial, de relações sociais que podem ser econômicas, políticas e culturais e de ligações em redes internas e externas que envolvem a natureza.

Atualmente no Estado de São Paulo existe cerca de 90 comunidades quilombolas (ITESP, 2013) e o Decreto nº 4.887/2003 é o instrumento que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, que são utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (BRASIL, 2003a).

A região do Vale do Ribeira (SP) possui a maior área de remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil, devido à presença de inúmeras comunidades tradicionais, que tornaram possível a conservação destas áreas (JANCZ *et al.*, 2018). O Bioma Mata Atlântica

é um dos *hotspots*¹ do mundo e no Brasil possui, atualmente, apenas 7,5% da sua cobertura original de vegetação primária (MYERS *et al.*, 2000), sendo que desta cobertura remanescente, 21% está presente no Vale do Ribeira (SP).

A singularidade ambiental do Vale do Ribeira e a sua diversidade sociocultural, contrastam com a realidade de ser uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo. Os municípios do Vale do Ribeira são portadores de reduzidos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de reduzida infraestrutura produtiva. Não é incomum a ocorrência de migrações do Vale do Ribeira para outras regiões por conta das insuficientes oportunidades de empregos e de estudos que a região oferece (JERONYMO *et al.*, 2012).

Porém, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira passaram por mudanças nos seus hábitos ao longo dos anos. A presença da rodovia SP-165, que liga Registro a Iporanga, construída em 1969, trouxe oportunidades de renda através de trabalhos associados ao turismo e ao artesanato, bem como facilitou o acesso a centros urbanos próximos e promoveu o escoamento de produtos agrícolas. Tal facilidade tem alterado a dinâmica da região e vem estimulando os agricultores a priorizar o cultivo de espécies e de variedades de maior interesse comercial (PEDROSO JÚNIOR *et al.*, 2008).

As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira têm vinculado desenvolvimento rural à sustentabilidade e valorizado a relação entre sociedade e natureza, reconhecendo as múltiplas funções da agricultura familiar (IANOVALI *et al.*, 2018).

Essa multifuncionalidade na área rural também é chamada de pluriatividade, que é uma estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais e se refere a situações sociais em que os indivíduos passam a se dedicar a um conjunto variado de atividades produtivas e econômicas, podendo não ser relacionadas ao cultivo da terra ou à agricultura (SCHNEIDER, 2003).

Estudos sobre quilombos mostram que, ao contrário de serem grupos isolados social e geograficamente, estão inseridos numa ampla rede de relações sociais e econômicas (GIACOMINI, 2010).

Alguns projetos de desenvolvimento rural vêm sendo aplicados junto às comunidades quilombolas da região do Vale do Ribeira (SP) há muitos anos, como por exemplo, o “Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado”, realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), bem como ações locais do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e do Instituto Socioambiental (ISA).

Sobre a escolha do tema dessa pesquisa, de um estudo sobre um quilombo situado no Vale do Ribeira e no Bioma Mata Atlântica e suas relações sociais, econômicas e ambientais, o despertar para a linha de pesquisa foi dentro da disciplina “Agricultura e

¹ *Hotspots*: áreas com grande biodiversidade, que tenham concentrações excepcionais de espécies endêmicas e com perda crítica de habitat (MYERS *et al.*, 2000).

Produção Familiar: aspectos socioeconômicos” do Programa de Pós-graduação de Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR/UFSCar), que trouxe um panorama das comunidades quilombolas do Estado de São Paulo e sobre o Projeto Microbacias II e da comercialização de produtos realizada por essas comunidades.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa foi estudar a pluriatividade da comunidade quilombola de Ivaporunduva e sua relação com o mercado, como um caminho para manter a tradição e a sustentabilidade no quilombo.

1.1.2 Objetivos específicos:

- Traçar o perfil social, econômico e ambiental da comunidade quilombola de Ivaporunduva;
- Analisar a pluriatividade quilombola de Ivaporunduva e suas características;
- Analisar a relação de Ivaporunduva com os mercados atuais e potenciais.

O trabalho é apresentado em quatro capítulos: Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados e Discussão e Conclusão. O primeiro capítulo traz uma revisão bibliográfica de temas e conceitos que dão suporte à discussão dos resultados, tais como pluriatividade na agricultura familiar, produção e certificação orgânica, titulação, licença ambiental quilombola, circuitos de comercialização e mercados institucionais. O segundo capítulo traz a metodologia utilizada na pesquisa com a caracterização do Quilombo Ivaporunduva, sua história de formação e patrimônio material e imaterial, o delineamento da pesquisa selecionado, os instrumentos de coleta de dados e o método de análise de dados. O terceiro capítulo traz os resultados da pesquisa e faz uma discussão acerca dos temas. No quarto e último capítulo são apresentadas as conclusões do trabalho.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O capítulo de Revisão de Literatura é apresentado em seis seções: 1. “Pluriatividade na Agricultura Familiar” traz definições e conceitos sobre a agricultura familiar no Brasil e sobre a pluriatividade, uma estratégia utilizada pelos agricultores 2. “Produção e Certificação Orgânica” apresenta o conceito de produto orgânico, tipos de selos de certificação e sua utilização em quilombos; 3. “Titulação de terras quilombolas” apresenta características do processo de titulação. 4. “Licença ambiental para agricultura tradicional quilombola” apresenta o sistema de agricultura itinerante e a licença ambiental obrigatória para o plantio. 5. “Associação e Cooperativa: Formas de organização coletiva da produção” apresenta os tipos de associações e cooperativas existentes no Vale do Ribeira (SP); 6. “Circuitos de comercialização: circuitos curtos ou longos” apresenta a definição de um circuito curto e um circuito longo; e 7. “Mercados institucionais para quilombos: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)” apresenta características das duas políticas PAA e PNAE e a participação dos quilombos.

2.1 Pluriatividade na Agricultura Familiar

A agricultura familiar tem a gestão da propriedade compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda (IBGE, 2019).

Segundo a Lei nº 11.326/2006, também são considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, desde que utilizem predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006a).

No Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar está presente em 77% dos estabelecimentos agropecuários, com o uso e ocupação de terras de apenas 23% da área total de todos os estabelecimentos do País e com 67% de todo o pessoal ocupado em agropecuária, ou seja, cerca de 10,1 milhões de pessoas. Acrescenta-se que o valor de sua produção é de 107 bilhões de reais, o que equivale a 23% de toda a produção agropecuária brasileira (IBGE, 2019). Isso demonstra o predomínio e a relevância desse modelo de produção para o País no quesito garantia da segurança alimentar e aumento das oportunidades para a inclusão social (SPOSITO, 2016).

O desenvolvimento rural pode ser analisado a nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade. Também, a nível intermediário, como novo modelo para o setor

agrícola, com particular atenção às sinergias entre ecossistemas locais e regionais. No nível de firma individual, destacando-se as novas formas de alocação do trabalho familiar, especialmente a pluriatividade (KAGEYAMA, 2004).

A combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas, em uma mesma família, é o que caracteriza e define a pluriatividade, que tanto pode ser um recurso ao qual a família pluriativa faz uso, para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica (SCHNEIDER, 2001). A pluriatividade também pode ser definida como a diversificação das fontes de renda da propriedade e possui competências gerenciais relacionadas à diferenciação e agregação de valor, que são características comumente associadas à viabilidade de propriedades agrícolas (SCHNEIDER, 2010). Em relação às atividades não agrícolas, Schneider (2003) destaca o papel do consumo de bens simbólicos e materiais (festas, folclore e gastronomia) e serviços (ecoturismo).

Em alguns casos, o que origina os ganhos com atividades não agrícolas não é a falta de meios de produção, mas sim, uma situação de mercado mais favorável para esse tipo de atividade, em termos de renda, em comparação com aquela derivada da venda de produtos agrícolas (CHAYANOV, 1974 *apud* SCHNEIDER, 2003).

2.2 Produção e Certificação Orgânica

Agricultura orgânica é um sistema de produção que sustenta a saúde dos solos, dos ecossistemas e das pessoas, que se baseia em processos ecológicos, biodiversidade e ciclos adaptados às condições locais, ao invés da utilização de insumos externos com efeitos adversos (FLORES, 2017).

Segundo a Lei nº 10.831/2003, em seu art. 1º, considera-se sistema orgânico de produção agropecuária (BRASIL, 2003b):

Art. 1º - (...) todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Para serem comercializados, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismos credenciados no Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (MAPA) sendo dispensados da certificação somente aqueles produzidos por agricultores familiares que fazem parte de uma Organização de Controle Social (OCS), cadastrada no MAPA, que comercializa exclusivamente em venda direta aos consumidores. A certificação pode ser obtida pela contratação de uma Certificadora por Auditoria² ou se ligando a um Sistema Participativo de Garantia - SPG³, que deverá estar sob a certificação de um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica – OPAC (MAPA, 2020).

O selo do MAPA é o “Produto Orgânico Brasil”, que poder ser certificado via sistema participativo de garantia ou por auditoria (Figura 1).

Figura 1. Selos do produto orgânico certificado emitido pelo MAPA: A - sistema participativo; B - certificação por auditoria.



Fonte: MAPA (2020).

Quando o produto é certificado, pode vender seu produto em feiras, mas, também, para supermercados, lojas, restaurantes, hotéis, indústrias, Internet etc. (MAPA, 2020). A Instrução Normativa IN nº 19/2009 do MAPA é que aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica (BRASIL, 2009).

² Certificação por Auditoria: o produtor receberá visitas de inspeção inicial e periódicas e manterá obrigações perante o MAPA e a certificadora, com custo a ser estabelecido em contrato. Se o produtor descumprir as normas, a certificadora retira seu certificado e informa ao MAPA (MAPA, 2020).

³ Certificação por Sistema Participativo de Garantia - SPG: o produtor deve participar ativamente do grupo ou núcleo a que estiver ligado, comparecendo a reuniões periódicas e o próprio grupo garante a qualidade orgânica de seus produtos, sendo que todos tomam conta de todos e respondem, juntos, se houver fraude ou qualquer irregularidade que não apontarem e corrigirem. Se o produtor não corrigir, o grupo deve excluí-lo, cancelar o certificado e informar ao MAPA (MAPA, 2020).

A certificação dos produtos oriundos da agricultura familiar fortalece a identidade social da comunidade perante os consumidores, informando e divulgando a presença significativa da agricultura familiar na produção de alimentos e serviços (NIEDERLE, 2016). Atualmente, o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar, antigo SIPAF, é chamado Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF) (MDS, 2019).

Segundo a atual Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), o SENAF é a ferramenta de identificação e rastreamento de produtos oriundos da agricultura familiar, que potencializa a exposição e comercialização da produção familiar. A validade do selo é de dois anos, podendo ser renovado. É concedido às agroindústrias e cooperativas/associações portadoras da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (MDS, 2019).

Um exemplo de modalidade desse selo é o SENAF Quilombola, para os produtos do quilombola agricultor familiar ou das formas de organização de agricultores familiares, desde que o quadro social seja constituído mais da metade de quilombolas agricultores familiares (Figura 2) (MDS, 2019).

Figura 2. Selos de identificação do produto oriundo de agricultura familiar: Selo SIPAF, Selo SENAF e Selo SENAF quilombola.



Fonte: MDS (2019).

Outro exemplo de selo de certificação é o da empresa IBD Certificações Ltda (Figura 3), que é uma empresa brasileira que desenvolve atividades de inspeção e certificação agropecuária, de processamento e de produtos extrativistas, orgânicos,

biodinâmicos e de mercado justo (*fair trade*⁴). Em seu fluxo de certificação chamado “Orgânicos”, a empresa faz uma inspeção na propriedade rural para avaliar as conformidades com as normas e legislação de produtos orgânicos e se houver uma ausência de não conformidade, é emitido um certificado de conformidade orgânica e o selo IBD está liberado para ser usado (IBD, 2019).

Figura 3. Selo IBD de produto orgânico certificado.



Fonte: IBD (2019).

A certificação exige uma série de cuidados, como a desintoxicação do solo por 1 a 3 anos para áreas em transição de agricultura química para orgânica, a não utilização de adubos químicos e agrotóxicos, a obediência a aspectos ecológicos (manutenção de Áreas de Preservação Permanente, por exemplo, com a recomposição de matas ciliares) e a preservação de espécies nativas e mananciais, o respeito às reservas indígenas e às normas sociais baseadas nos acordos internacionais do trabalho, o tratamento humanitário de animais (IBD, 2019).

2.3 Titulação de terras quilombolas

Em 1988, com a Constituição Federal, na seção de Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, teve o primeiro reconhecimento de terras quilombolas com o artigo 68 (BRASIL, 1988a):

Art. 68 – Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

⁴ *Fair trade*: significa comércio justo. É uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável por meio de melhores condições de troca e garantia dos direitos para produtores e trabalhadores à margem do mercado (IFAT, 2020).

Também na Constituição Federal de 1988, o quilombo foi considerado como patrimônio cultural brasileiro de natureza material e imaterial, com o art. 216:

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...).

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Após esses artigos na Constituição, percebeu-se a necessidade de criar ações para atender as demandas dessas comunidades quilombolas, além da questão da terra. Então, com a Lei n.7.668/88, foi criada a Fundação Cultural Palmares (FCP) com a finalidade de promover os valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira (BRASIL, 1988b).

A partir de então, as comunidades quilombolas passaram a solicitar o reconhecimento⁵ de suas terras para ter o título de propriedade, que é a titulação⁶. O processo de titulação no Brasil se inicia com a solicitação de reconhecimento que a comunidade faz à FCP e termina com o título de posse de terras emitido (LOBÃO, 2014). O Decreto Lei 4887/2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, 2003a).

Até 2012, no Brasil foram mapeadas 3.644 comunidades quilombolas e 1.820 reconhecidas, sendo no Estado de São Paulo, 90 comunidades mapeadas (LOBÃO, 2014) e 56 comunidades reconhecidas (FCP, 2020). Destas reconhecidas, 33 comunidades estão localizadas no Vale do Ribeira, sendo o maior número de remanescentes de comunidades quilombolas do Estado de São Paulo (ANDRADE; TATTO, 2013). Destas, apenas sete comunidades quilombolas são tituladas (ITESP, 2013).

2.4 Licença ambiental para agricultura tradicional quilombola

O sistema agrícola tradicional quilombola, chamado de “roça”, é considerado um patrimônio imaterial e de identidade cultural dos quilombos do Vale do Ribeira (ANDRADE; TATTO, 2013). Os quilombolas desenvolveram há mais de 300 anos um cultivo de alimentos

⁵ Comunidade reconhecida – é aquela comunidade que solicitou seu reconhecimento à Fundação Cultural Palmares, normalmente por intermédio de uma associação de moradores já existente ou criada para este fim, e possui um certificado de que se trata de uma comunidade quilombola (LOBÃO, 2014).

⁶ Comunidade titulada – é aquela comunidade quilombola que já é reconhecida e que possui o título de propriedade da terra, que é emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (LOBÃO, 2014).

na Mata Atlântica que não usa adubo nem agrotóxico, chamado roça de coivara. A roça de coivara é um sistema que faz uso de queimadas controladas para abrir espaço para o cultivo e é feita majoritariamente para agricultura de subsistência (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Esse sistema tradicional faz parte de seus bens culturais materiais e imateriais, além de ser uma estratégia produtiva ou tradicional (IANOVALI *et al.*, 2018). Esse patrimônio também pode ser considerado socioambiental, tendo em vista a relação de interdependência entre a comunidade e a Mata Atlântica (RIBEIRO, 2019).

Ao planejar o uso da terra nos territórios de forma a considerar as diversas atividades da agricultura familiar, com a manutenção da paisagem e a preservação do meio ambiente e das tradições culturais e sociais (ANDRADE; TATTO, 2013), a agricultura tradicional itinerante e formas mais comerciais de cultivo podem conviver, contribuindo para a manutenção da identidade quilombola (IANOVALI *et al.*, 2018).

Suzuki & Martins (2015) fazem uma reflexão sobre o que será o remanescente de quilombo, se desprovido de sua própria história, de seus próprios hábitos e de sua memória, enfim, do que garante a singularidade de cada comunidade quilombola.

Após a “Lei da Mata Atlântica” (Lei 11.428/2006), a partir de 2007, as políticas ambientais passaram a impor uma série de restrições ao modo de vida das comunidades. Algumas práticas rotineiras e tradicionais, como a agricultura de coivara, passaram a ser restringidas e permitidas somente mediante licença ambiental. Um dos maiores problemas desse processo na época é que para a obtenção da licença era exigida a apresentação do título de propriedade da terra (PEDROSO JÚNIOR *et al.*, 2008), o que era inviável para a maioria das comunidades já que até aquele momento muitas delas ainda não eram tituladas (ITESP, 2013).

Em 2013, as licenças começaram a ser emitidas, permitindo aos quilombolas fazer suas roças nas áreas historicamente usadas para isso e utilizando as técnicas tradicionais. Foi permitido cortar a vegetação e fazer a queima para uso agrícola, durante curto período de tempo (de um a três anos) com posterior período de pousio que permitisse a regeneração da floresta (ANDRADE; TATTO, 2013).

Atualmente, para conseguir a licença ambiental, as comunidades quilombolas apresentam o pedido de autorização de 12 a 15 meses antes do início do preparo da roça para garantir que o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) faça os laudos baseados em vistorias e que a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) possa emitir a licença a tempo do plantio (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Em 2018, o sistema agrícola tradicional das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, no sudeste paulista, foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

2.5 Associação e Cooperativa: Formas de organização coletiva da produção

As associações⁷ e cooperativas⁸ são formas de organização coletiva de produção que representam um grupo de agricultores familiares. Para comercializar seus produtos, a associação ou cooperativa deve ser reconhecida formalmente, através da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). A DAP é o instrumento que reconhece legalmente os agricultores familiares (DAP Física) e suas organizações (DAP Jurídica) para o acesso a políticas públicas.

O estabelecimento de formas solidárias de comercialização, bem como a busca de eliminação de intermediários e de relações de exploração nos mercados, têm sido objeto de ação de muitas das organizações e dos movimentos do campo agroecológico, como por exemplo, a Cooperativa de Agricultores Agroflorestais (Cooperafloresta), localizada em Barra do Turvo, no Vale do Ribeira (COOPERAFLORESTA, 2013).

A economia solidária é uma forma de organização do trabalho e da produção coletiva, centrada na valorização do ser humano, na autogestão de atividades econômicas e sociais, através de associações e cooperativas, no comércio justo e no consumo solidário, onde cada pessoa opina e decide coletivamente o que é melhor para o grupo (SOF, 2015). A economia solidária é baseada nos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia (SINGER, 2002).

2.6 Circuitos de comercialização: circuitos curtos ou longos

Os canais de comercialização podem fazer parte de circuitos curtos ou longos, dependendo de quantos atores participam de sua cadeia produtiva. Para o circuito ser curto, há uma relação direta entre produtor e consumidor (venda direta) ou pode haver no máximo um intermediário entre produção e consumo (venda indireta), podendo o circuito curto ser uma feira, uma cooperativa ou um restaurante, por exemplo (VIEGAS; ROVER; MEDEIROS, 2017).

⁷ Associações são indicadas para levar adiante uma atividade social, o gerenciamento é mais simples e o custo de registro, menor e têm como finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e filantropia (SEBRAE, 2019).

⁸ Cooperativas têm um objetivo essencialmente econômico e seu principal foco é viabilizar o negócio produtivo dos associados no mercado, além de ser o meio mais adequado para desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala e de forma coletiva (SEBRAE, 2019).

Estudos apontam que os circuitos curtos de comercialização, entendidos como aqueles que promovem um maior contato entre o agricultor e o consumidor, proporcionam alternativas que favorecem os princípios agroecológicos (GUZMÁN *et al.*, 2012).

Segundo Darolt *et al.* (2013), os circuitos curtos podem ocorrer por venda direta ou indireta. A venda direta pode ocorrer de três formas: dentro da propriedade (por exemplo: a colheita na propriedade e cestas para grupos ou indivíduos, com periodicidade diária, semanal ou mensal); fora da propriedade (por exemplo: feiras ecológicas, lojas de associações de produtores, venda para grupos de consumidores organizados (GCRs, CSAs), cestas em domicílio e para empresas, venda em beira de estrada, feiras agropecuárias, salões, eventos); ou por acolhida (por exemplo: agroturismo, gastronomia, pousada, esporte, lazer e atividades pedagógicas).

Já a venda indireta pode ser via lojas especializadas independentes, lojas de cooperativas de produtores e consumidores ecológicos, restaurantes coletivos e individuais, pequenos mercados de produtos naturais, lojas virtuais (encomendas por Internet) e venda para programas de políticas públicas do governo (DAROLT *et al.*, 2013).

2.7 Mercados institucionais para quilombos: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Uma das formas de comercialização dos produtos da agricultura familiar é por meio de programas de políticas públicas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que formam os mercados institucionais.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e tem como objetivo comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destinar às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2003).

A execução do programa pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. O programa vem sendo executado por estados e municípios em parceria com o Ministério da Cidadania e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (MDS, 2019).

Um exemplo de participação no PAA no Vale do Ribeira (SP) é a comunidade quilombola da Barra do Turvo, que tem buscado gerar renda com a venda de produtos

agrícolas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, além de produzir alimentos para autoconsumo (SANTOS; GARAVELLO, 2016).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), amparado pela lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, tem como diretriz apoiar o desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (BRASIL, 2009).

Para Triches & Schneider (2010) o PNAE, após a Lei nº 11.947, passou a apresentar grande potencial para tornar-se uma política de caráter estruturante, ao abrir a possibilidade de adquirir os gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e beneficiando pequenos agricultores e comerciantes.

Segundo a Lei nº 11.947/2009, art. 14, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE (BRASIL, 2009):

Art. 14 – (...) no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

A participação das comunidades quilombolas no PAA e no PNAE geralmente se dá por meio de editais de chamadas públicas, realizada pelo órgão comprador municipal para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural. Os fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de: Fornecedores Individuais e Grupos Informais, usando a DAP física; ou Grupos Formais, por meio de associações e cooperativas, usando a DAP jurídica, de acordo com a Resolução FNDE nº 04/2015 (FNDE, 2015).

A partir do edital, as famílias quilombolas (grupos informais) e organizações coletivas de produção das comunidades (grupos formais) apresentam seu projeto de venda, que inclui preços, prazos e formas de entrega. Geralmente, o contrato é pelo período de 12 (doze) meses. Alguns editais são de aquisição parcelada (separada por produtos) e outros são de aquisição total (pacote fechado).

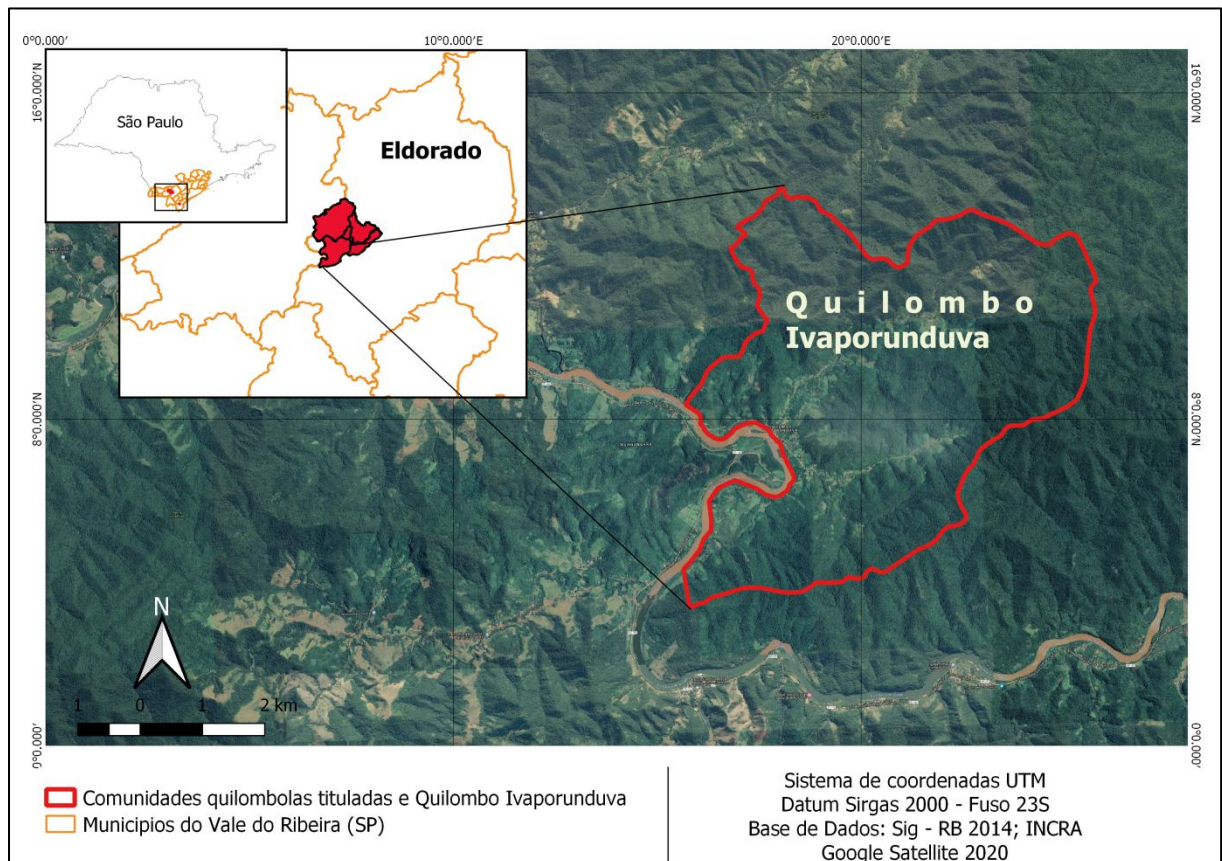
3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da área de estudo

A área de estudo escolhida para a realização desta pesquisa é o Quilombo Ivaporunduva, na região do Vale do Ribeira (SP), onde reside a comunidade quilombola de Ivaporunduva, que já possui aptidão à comercialização de produtos e uma relação com o mercado.

O Quilombo Ivaporunduva está localizado no município de Eldorado, Estado de São Paulo, na rodovia SP-165 sentido Eldorado/Iporanga, às margens do Rio Ribeira de Iguape. A Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape abrange as regiões leste do Paraná e sudeste de São Paulo, onde compreende 28 municípios paulistas (ANDRADE; TATTO, 2013). Dentre estes, existem oito municípios onde estão presentes 33 comunidades quilombolas reconhecidas pelo ITESP (ITESP, 2018), sendo que destas, oito comunidades estão localizadas no município de Eldorado: André Lopes, Galvão, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Poça, São Pedro e Sapatu (Figura 4). A população do Vale do Ribeira, segundo os dados do Censo (IBGE, 2018), é composta por 459.251 pessoas, dos quais 40% vivem na zona rural.

Figura 4. Mapa de localização geográfica do Quilombo Ivaporunduva, Vale do Ribeira, SP, Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A região do Vale do Ribeira se caracteriza pela concentração da maior área de Mata Atlântica contínua do país e contempla além dos quilombos em seu território uma variedade de Unidades de Conservação (UCs) de diversas categorias que recobrem, aproximadamente, 60% de seu território (Jeronymo *et al.*, 2012). Como exemplo das UCs, há o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Estadual Carlos Botelho, Parque Estadual Intervales, Estação Ecológica Juréia-Itatins, Estação Ecológica dos Chauás, e também as unidades que formam o Mosaico de Unidades de Conservação Jacupiranga (MOJAC). O Mosaico Jacupiranga é composto pelo Parque Estadual Caverna do Diabo, Parque Estadual do Rio Turvo, Parque Estadual Lagamar de Cananéia, Área de Proteção Ambiental (APA) dos Quilombos do Médio Ribeira, APA de Cajati, APA do Rio Vermelho e Rio Pardinho, APA Planalto do Turvo, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Lavras, RDS dos Quilombos de Barra do Turvo, RDS dos Pinheirinhos, RDS Barreiro/Anhemas e RDS Itapanhapima, Reserva Extrativista (RESEX) Taquari e RESEX Ilha do Tumba.

Este contínuo de áreas preservadas visa conciliar a conservação do Bioma Mata Atlântica e a melhoria das condições de vida das populações tradicionais que vivem na região. Essas áreas preservadas de Mata Atlântica com plantações de banana no entorno constituem a paisagem típica da região do Vale do Ribeira, SP (Figura 5).

Figura 5. A - Rio Ribeira de Iguape, Vale do Ribeira, SP; B – Paisagem típica do Vale do Ribeira com plantações de banana no entorno da Mata Atlântica, SP.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

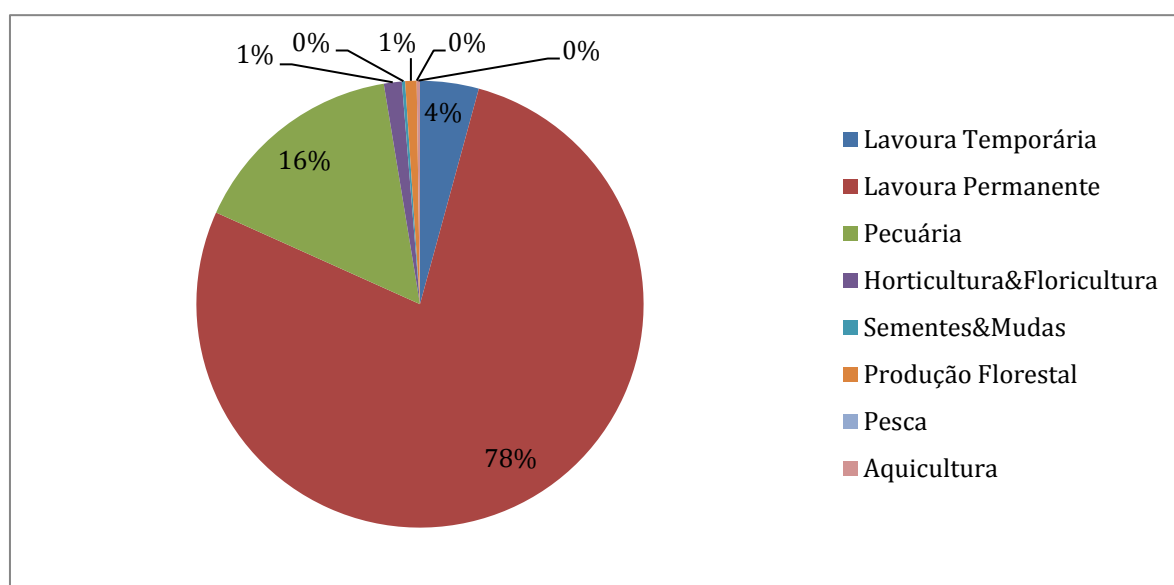
De acordo com o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), o município de Eldorado, do Estado de São Paulo, possui 848 estabelecimentos agropecuários, utilizando uma área de 52 ha, com uma relação de pessoal ocupado/estabelecimento de 3,6 pessoas. A

agricultura familiar está presente em 62,6% do número de estabelecimentos. A assistência técnica ocorre em 21,2% dos estabelecimentos.

Quanto ao sistema de produção orgânico, o percentual de estabelecimentos agropecuários com declaração de uso de agrotóxicos em relação ao total de estabelecimentos agropecuários no município foi 42,3%. Em 57,7% dos estabelecimentos declararam não precisar usar agrotóxicos em 2016. (IBGE, 2019).

Quanto à economia em Eldorado - SP, existem oito atividades econômicas principais, sendo a lavoura permanente⁹ a principal atividade com 78%, a pecuária com 16%, a lavoura temporária¹⁰ com 4% e a pesca é inexistente no município (Figura 6). Quanto ao nível de escolaridade, o produtor rural possui até o nível fundamental em 42% dos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2019).

Figura 6. Atividades econômicas realizadas nos estabelecimentos agropecuários do município de Eldorado, São Paulo, Brasil.



Fonte: Censo Agro 2017 (IBGE, 2019).

3.1.1 Quilombo Ivaporunduva e suas características

Ivaporunduva é a mais antiga das comunidades do Vale do Ribeira e atualmente é formada por 110 famílias e cerca de 400 pessoas (Figura 7). Surgiu como povoado no

⁹ Lavoura permanente: Culturas de longo ciclo vegetativo, que permitem colheitas sucessivas, sem necessidade de novo plantio (IBGE, 2019).

¹⁰ Lavoura temporária: Culturas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo inferior a um ano, que após a colheita necessita de novo plantio para produzir (IBGE, 2019).

século XVII, por causa da mineração de ouro, encontrado em grande quantidade nessa área (BARBOZA, 1993). O nome Ivaporunduva significa “rio de muitos frutos”, em tupi (COSTA, 2011).

Figura 7. Vila do Quilombo Ivaporunduva.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Com a crise da exploração do ouro na região, os exploradores se dirigiram para Minas Gerais e abandonaram essa área. Os antigos escravos, que permaneceram, viviam basicamente da roça de arroz, feijão, milho, mandioca, batata doce, cana-de-açúcar, café, abóbora, banana, entre outros. Construíam suas casas com a técnica do pau a pique, utilizando o barro, madeira, cipós e capim do próprio local (BARBOZA, 1993).

Organizavam-se em mutirões para a roça, construção de casas, fazer e manter os caminhos. Faziam festas como a Festa do Divino, Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e Festa de São Sebastião (BARBOZA, 1993).

Sobre o processo de reconhecimento e titulação do território quilombola, este processo de titulação começou em 1991, mas o governo estadual da época não apoiou, pois disse que como estava na lei de 1988 (Constituição Federal), era assunto da esfera federal.

Em 1992, com o apoio da Igreja Católica, a comunidade conseguiu contratar dois profissionais para iniciar o processo de titulação: um etnólogo, para resgatar a história e colocar no papel; e um topógrafo, para fazer a demarcação do território. O etnólogo foi o autor do “Relatório Etnológico Técnico-Científico” (BARBOZA, 1993). Posteriormente, a pedido da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o Ministério Público do Estado de São Paulo elaborou um novo relatório feito por uma antropóloga (STUCCHI, 1996).

Em 1994, foi fundada a Associação Quilombo de Ivaporunduva. Com a posse do relatório técnico-científico, deram entrada no Ministério Público Federal de São Paulo para fazer o governo reconhecer o Quilombo Ivaporunduva.

Em 1996, o Decreto nº 40.723/96 instituiu o “Grupo de Trabalho” que foi integrado por representantes da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Secretaria de Meio Ambiente, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, Secretaria de Cultura, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, Subcomissão do Negro, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo e Fórum Estadual de Entidades Negras (ITESP, 1997).

O referido Grupo de Trabalho elaborou um projeto de lei, posteriormente promulgado como Lei n. 9.757/1997, adequando a legislação paulista de legitimação de posse em terras devolutas à situação dos remanescentes de comunidades de quilombos (ITESP, 1997).

Em 1997, a comunidade quilombola de Ivaporunduva foi reconhecida e obteve sua titulação em 2010.

Sobre o patrimônio material e imaterial, dentro do quilombo existe uma escola municipal até o 5º ano do ensino fundamental (Figura 8). Os professores da escola vêm de fora do quilombo, de municípios próximos, pois para trabalhar lá tem que ser por concurso público, mas foi relatado que a comunidade deseja que os professores sejam do próprio quilombo e eles estão se empenhando para isso, incentivando aos jovens que estudem e façam o concurso.

Figura 8. Escola Municipal - EMEIF Quilombo Ivaporunduva



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Para os anos seguintes, os alunos se deslocam para outro quilombo, em torno de 5 km, com transporte fornecido pela prefeitura de Eldorado, até a Escola Estadual Maria Antônia Chules Princesa, a primeira escola quilombola do Estado de São Paulo, na comunidade André Lopes. Lá, também existe a Escola Técnica Estadual (ETEC) André Lopes, com cursos técnicos voltados ao ecoturismo e desenvolvimento da região.

A comunidade possui também um posto de saúde e uma antena de internet com sinal de wi-fi, que trouxe a melhoria da comunicação em geral, facilitando a gestão da Associação, pesquisas escolares, entre outros benefícios.

Entre os ofícios e modos de fazer está incluído o bem cultural “modo de fazer roça”, que constitui a base do sistema agrícola quilombola. O sistema agrícola envolve diversos outros bens culturais não só ligados à produção alimentar, mas formas de expressão, celebrações e lugares (ANDRADE;TATTO, 2013).

Sobre lugares e edificações, no quilombo existem, entre outros bens culturais, a Casa de Artesanato e a Igreja, que é de 1630, segundo os moradores do quilombo (Figura 9). Esse patrimônio é um marco de datação da idade do Quilombo Ivaporunduva, de cerca de 400 anos.

Figura 9. Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Quilombo Ivaporunduva.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Sobre os bens culturais, de acordo com a comunidade, atualmente as casas são feitas de material (alvenaria) (Figura 10), mas ainda existe uma casa na comunidade que é de pau a pique para mostrar aos turistas como era antigamente no quilombo.

Figura 10. Casas de alvenaria na Vila do Quilombo Ivaporunduva.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O conjunto dos bens culturais identificados mostra que até 1970, as comunidades possuíam certa independência com relação aos bens e serviços oferecidos nas cidades, retirando do seu território quase tudo para viver. Com a abertura das estradas de acesso aos bairros rurais, acelera-se o processo de mudança nos quilombos (ANDRADE; TATTO, 2013).

3.2 Delineamento da pesquisa

Como etapa preliminar à pesquisa, foi realizada em abril de 2018 uma visita à comunidade quilombola de Ivaporunduva e houve uma conversa inicial com uma liderança quilombola para averiguar as condições de possibilidade de realização da pesquisa, sem sua identificação e sem o registro público e formal das informações assim obtidas.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) número 05833018.2.0000.5504. Posteriormente, a pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram apresentados à

Associação Quilombo de Ivaporunduva, que representa a comunidade quilombola de Ivaporunduva, para sua aprovação e permissão para a pesquisa de campo.

A caracterização da área de estudo da comunidade quilombola de Ivaporunduva foi feita com base na visita a campo e com levantamento de dados primários e secundários, e também registros fotográficos. Para o levantamento bibliográfico foram utilizadas bases de dados como Scientific Electronic Library Online - SciELO, Web of Science, além de livros, teses e dissertações.

Na segunda etapa, a metodologia utilizada foi pesquisa exploratória e qualitativa, com pesquisa de campo e um levantamento de dados primários.

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas (GIL, 2008).

Segundo Denzin & Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Creswel (2007) destaca que o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar "como" ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

A pesquisa de campo foi realizada em agosto de 2019. A pesquisa de campo contemplou visita *in loco* ao Quilombo Ivaporunduva e visita à 12ª Feira de Sementes e Troca de Mudanças Tradicionais, ocorrida na Praça Nossa Senhora da Guia, no centro do município de Eldorado - SP.

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Para a pesquisa qualitativa, a metodologia utilizou-se de dois instrumentos de coleta de dados primários: entrevista semiestruturada e formulário.

A utilização da entrevista (Apêndice A) teve o objetivo de conversar com lideranças quilombolas, a fim de obter um panorama geral da estrutura e organização da comunidade quilombola, da pluriatividade e sua relação com o mercado. Segundo Manzini (2004), uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado e um planejamento de questões, porém com um ambiente aberto de diálogo com a pessoa entrevistada.

A utilização do formulário (Apêndice B) teve o objetivo de captar as características sociais, econômicas e ambientais da comunidade por meio da percepção dos quilombolas que estão envolvidos com a pluriatividade e com o mercado. O formulário foi selecionado por ser inclusivo, pois inclui pessoas alfabetizadas e analfabetas como participantes na pesquisa, sem distinção. Houve esse cuidado tendo em vista a população-alvo de estudo ser uma comunidade tradicional, pois as perguntas seriam lidas para o participante, não havendo problemas ou constrangimentos se a pessoa não soubesse ler ou escrever.

A pesquisa de campo teve início pelas entrevistas. O roteiro de entrevista semiestruturada continha 12 perguntas. O roteiro foi construído com temas sobre o processo de formação do quilombo e titulação, também sobre a sua produção e comercialização, organização coletiva, bem como a forma do quilombo se relacionar com o mercado.

O roteiro de entrevista foi aplicado a três indivíduos. Foram selecionadas para a entrevista uma liderança quilombola e duas mulheres atuantes na área do artesanato (Quadro 1). A escolha das pessoas a serem entrevistadas se baseou na representatividade na comunidade e por participar em atividades de produção e comercialização. As entrevistas foram gravadas em áudio, com a autorização dos participantes, e posteriormente transcritas.

Quadro 1. Características dos indivíduos participantes da pesquisa com entrevista semiestruturada.

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (E)	
Participante	Características
E1	Liderança, homem, adulto, bananicultor, aposentado rural Área de atuação: Banana orgânica
E2	Mulher, idosa, agricultora, artesã, aposentada rural Área de atuação: Artesanato
E3	Mulher, adulta, estudante de Pedagogia e artesã Área de atuação: Artesanato

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Após o término das entrevistas, deu-se início a aplicação de formulários. O formulário continha 40 perguntas (questões abertas) e foi dividido em três blocos: aspectos sociais, econômicos e ambientais. O formulário foi aplicado a 10 indivíduos (Quadro 2). O critério de escolha dos indivíduos para serem entrevistados partiu do princípio de estarem envolvidos

com a produção e comercialização de algum produto ou serviço. A escolha dos participantes ocorreu de forma aleatória e foi baseada em indicações da Coordenação de Turismo de Base Comunitária da comunidade de Ivaporunduva.

Quadro 2. Características dos indivíduos participantes da pesquisa com formulário.

FORMULÁRIO (F)	
Participante	Características
F1	Homem, adulto ¹¹ , produtor rural
F2	Mulher, adulta, agricultura, monitora ambiental, dona de casa
F3	Homem, idoso, produtor rural, monitor ambiental, aposentado
F4	Mulher, adulta, produtora rural, monitora ambiental, prestadora de serviços
F5	Mulher, adulta, produtora rural, monitora ambiental, prestadora de serviços, dona de casa
F6	Mulher, adulta, produtora rural
F7	Homem, adulto, produtor rural
F8	Homem, adulto, produtor rural, monitor ambiental, prestador de serviços
F9	Mulher, adulta, produtor rural, monitora ambiental e prestadora de serviços
F10	Homem, adulto, produtor rural, monitor ambiental, aposentado

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

¹¹ Segundo o IBGE, a idade pode ser classificada em: Jovem (0-17 anos); Adulto (18 a 64 anos); e Idoso (acima de 65 anos) (IBGE, 2018).

O tipo de amostragem foi não probabilística, pois é aquela em que o amostrador, para simplificar o processo, procura ser aleatório sem, no entanto, realizar propriamente o sorteio usando algum dispositivo aleatório confiável (MANZATO; SANTOS, 2012).

Dentre os tipos de amostragem não probabilística, a selecionada foi a amostragem por acessibilidade ou por conveniência, que segundo Gil (2008), constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem, e, portanto, é destituída de qualquer rigor estatístico. Nesse tipo de amostragem, o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão (GIL, 2008). O total de participantes da pesquisa foi de 13 indivíduos.

3.4 Análise de dados

A partir do material produzido pelas entrevistas semiestruturadas e os formulários, foi realizada uma análise qualitativa utilizando o método de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).

A Análise de Conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continente) extremamente diversificados. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e pela fecundidade da subjetividade. Nas pesquisas qualitativas, o referencial é a presença ou a ausência de características de um dado fragmento da mensagem, ao passo que nos estudos quantitativos, o referencial é a frequência (dados estatísticos) com que aparecem determinadas características do conteúdo (BARDIN, 1977).

Além disso, pode dizer-se que o que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a inferência ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual (BARDIN, 1977).

Para a análise qualitativa, ao longo do texto, houve a transcrição de alguns trechos das falas obtidas das entrevistas e manteve-se, sempre que possível, a forma oral, para preservar a qualidade da mensagem de uma pessoa da comunidade quilombola. Não houve nenhuma referência à identidade dos entrevistados.

Também houve a categorização dos temas trabalhados nos formulários. Segundo a autora, classificar elementos em categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento, é a parte comum existente entre eles (BARDIN, 1977).

No presente trabalho, o processo de escolha de categorias foi realizado em duas etapas. Inicialmente, foi feito um inventário e uma seleção dos 14 temas que possuem elementos comuns nos formulários. Posteriormente, foi feita uma classificação, onde os temas foram agrupados em três categorias: social, econômica e ambiental (Quadro 3).

Quadro 3. Temas abordados nos formulários agrupados nas categorias social, econômica e ambiental.

Categorias	Temas
Social	Organização coletiva de produção
	Autonomia social
	Titulação
	Mobilidade de jovens
Econômica	Economia tradicional quilombola
	Hábitos e costumes de venda
	Escoamento da produção
	Produtos comerciais
	Autonomia econômica
Ambiental	Plantio tradicional (roça)
	Banco de sementes
	Presença de nascentes no quilombo
	Sistema de produção e certificação orgânica
	Autonomia ambiental

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A partir da análise de conteúdo será possível, então, traçar um perfil da comunidade de Ivaporunduva, segundo aspectos das três categorias: social, econômica e ambiental.

O perfil social será referente a características do coletivo nas questões sociais, como a forma de organização social coletiva, a percepção dos benefícios sociais que a titulação traz e a percepção sobre a mobilidade dos jovens.

O perfil econômico será referente às atividades econômicas, sobre a autonomia econômica frente à economia local tradicional, se houve mudança nos hábitos e costumes para a venda, qual foi o impacto da construção da SP-165 e o escoamento da produção, quais os produtos direcionados para a venda e quais permanecem no quilombo e se existem novos mercados.

O perfil ambiental será referente a características do coletivo sobre o plantio tradicional e o uso das técnicas de roça, sobre o seu tipo de sistema produtivo, se guarda sementes e a forma utilizada, se tem conhecimento sobre a existência de nascentes no quilombo, se participa de algum programa de certificação e quais os produtos certificados e a sua percepção sobre a autonomia ambiental de uso da terra.

De forma complementar aos dados obtidos na pesquisa qualitativa e tendo em vista a ideia da pesquisa ser interdisciplinar, também serão utilizados mapas de forma a criar um olhar geográfico e espacial sobre os temas abordados na parte de Resultados da pesquisa. A organização dos dados espaciais, em ambiente gráfico digital dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) foi feita por planos de informação no software QGIS 3.0 para a criação dos mapas que foram utilizados como base para a análise da pesquisa. Utilizou-se para representação gráfica a base de dados disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema de Informações do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (Sig-RB) 2014 e Base de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O capítulo de Resultados e Discussão é apresentado por meio de três partes, para fazer uma compreensão da pluriatividade da comunidade quilombola de Ivaporunduva e sua relação com o mercado, como um caminho para manter a tradição e a sustentabilidade no quilombo. A primeira parte traz o “Perfil da comunidade quilombola de Ivaporunduva”, que é dividida em perfil social, econômico e ambiental. A segunda parte traz a “Pluriatividade quilombola de Ivaporunduva”, que será dividida em atividades comerciais agrícolas e não agrícolas. A terceira parte apresenta a “Relação de Ivaporunduva com o Mercado”, onde é feita uma análise sobre a relação do quilombo e os mercados atuais e potenciais, por meio da comercialização dos seus produtos. Ao longo do texto, será feita uma análise qualitativa dos dados obtidos nas entrevistas e formulários, trazendo a percepção dos quilombolas entrevistados sobre os temas abordados na pesquisa.

4.1 Perfil da comunidade quilombola de Ivaporunduva

Essa seção traça o perfil da comunidade quilombola de Ivaporunduva trazendo inicialmente uma visão geral da estrutura, organização e funcionamento da comunidade e posteriormente o perfil será apresentado de acordo com três categorias: social, econômica e ambiental.

Por meio da pesquisa, foi possível observar que a comunidade quilombola de Ivaporunduva encontra-se baseada nos princípios da economia solidária e democracia, pois existe uma autogestão e todos os assuntos coletivos do quilombo são discutidos em grupo, por meio de encontros e reuniões, onde todos os quilombolas podem dar suas opiniões até chegar a um consenso do que a maioria decidir. O grupo é representado pela Associação Quilombo de Ivaporunduva, criada em 1994, com a finalidade da promoção social, cultural, representação política e defesa de interesses quilombolas. Para uma entrevistada (F2), “a Associação trabalha de forma coletiva, onde é acatado o que a maioria decide”.

Todo projeto ou ideia nova que surja, precisam ser levados para o grupo analisar se deve ir adiante ou não. Um exemplo dado pelos entrevistados de decisão em conjunto foi a criação da identidade visual “Quilombo Ivaporunduva” (Figura 11). Foi mencionado nas entrevistas que foram quatro dias de discussão até chegarem a um consenso. De acordo com um entrevistado (F6), “o nome da comunidade tinha um peso maior”.

Figura 11. Identidade visual do Quilombo Ivaporunduva.

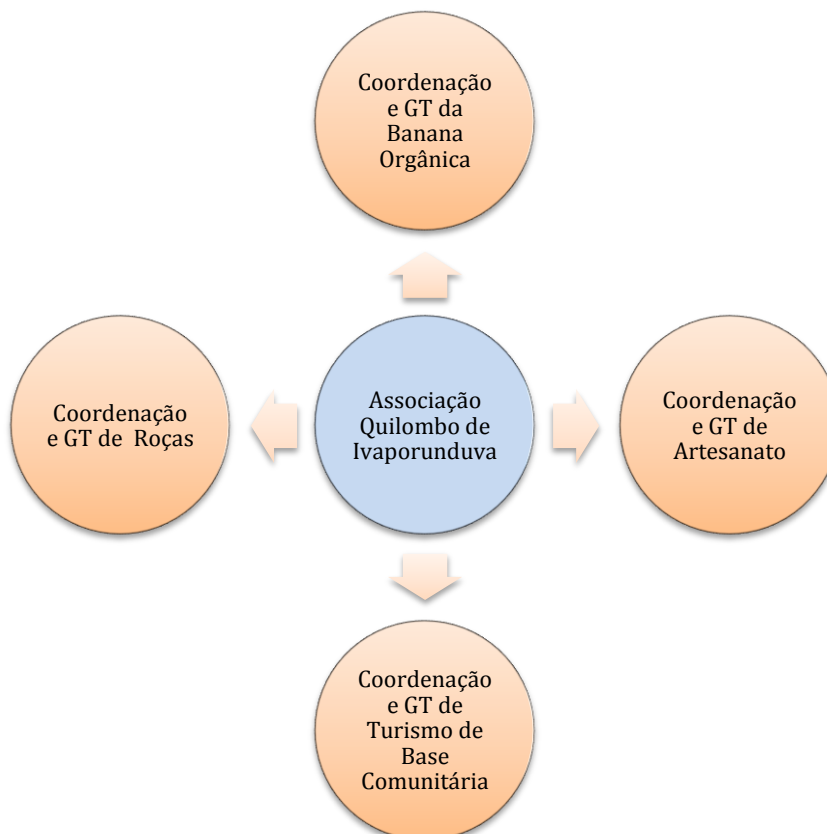


Fonte: PETAR, 2020.

Para levar os assuntos que foram discutidos e representar a comunidade fora do quilombo, existe a Associação, que faz essa intermediação entre meio interno e externo e também existem as lideranças quilombolas, que recebem a indicação do grupo quando há necessidade de representar a comunidade fora do quilombo.

No Quilombo Ivaporunduva o planejamento e gestão do território são feitos pela Associação Quilombo de Ivaporunduva e por quatro coordenações: Coordenação da Banana Orgânica; Coordenação do Artesanato; Coordenação de Turismo de Base Comunitária; e Coordenação de Roças. Cada coordenação tem o seu Grupo de Trabalho (GT) específico, como GT Banana, GT Turismo, GT Artesanato e GT Roças (Figura 12).

Figura 12. Estrutura da comunidade quilombola de Ivaporunduva.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A Associação faz reuniões semanais com todos os coordenadores e cada coordenação é composta por dois coordenadores. Essas coordenações orientam as outras pessoas da comunidade que estão diretamente envolvidas com a produção e/ou comercialização. As coordenações levam os assuntos definidos com a Associação e fazem o planejamento operacional junto com os quilombolas produtores, respectivos de cada coordenação, por meio de reuniões, onde as decisões são definidas em grupo. Por exemplo, na Coordenação da Banana Orgânica, os coordenadores se reúnem com os bananicultores. Na Coordenação de Roças, os coordenadores se reúnem com os produtores de agricultura de subsistência que utilizam a técnica de roça. Na Coordenação do Artesanato, os coordenadores se reúnem com as artesãs e artesãos e os produtores de doces. E na Coordenação de Turismo de Base Comunitária, os coordenadores se reúnem com os guias e monitores.

Sobre a atuação dos coordenadores, segundo uma entrevistada (E3), *“geralmente, eles fazem uma reunião para debater um assunto e a comunidade decide o que deseja e, então, os coordenadores os representam e fazem por eles. Tudo é decidido em reunião”*. As reuniões da Associação e das coordenações geralmente são realizadas no galpão da Vila do quilombo (Figura 13).

Figura 13. Galpão da Vila do Quilombo Ivaporunduva, onde ocorrem as reuniões da Associação.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quanto à equipe de trabalho, existe uma equipe que é fixa de 73 pessoas, formada por: 60 produtores de banana certificados; seis produtores de pupunha certificados; seis técnicos agrícolas; e um funcionário registrado. Também existem outras pessoas que participam desse processo, quando existem novas demandas de trabalho, funcionando como uma parte variável da equipe. Por exemplo, se surgir uma demanda de monitoria

ambiental, existem cerca de 30 pessoas na comunidade que são capacitadas para ser monitor ambiental para o turismo. Segundo o entrevistado (E1), esses monitores tiveram formação pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no Projeto Microbacias II - Acesso ao Mercado, do governo estadual de São Paulo. Na maioria são jovens, mas com a participação de idosos também. *“Todos que trabalham são da comunidade, não tem nada de fora”* (entrevistado E1).

O Projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado, realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), buscou promover a integração, fomentar o desenvolvimento, agregação de valor, renda, valorização cultural e conservação ambiental nas comunidades quilombolas do Estado de São Paulo, por meio de assistência técnica e recursos financeiros. A Associação Quilombo de Ivaporunduva foi beneficiada com o aporte de R\$ 543.000,00 aproximadamente, dividido em três projetos: banana orgânica (caminhão, câmara de climatização); pupunha (produção); e lazer (playground para as crianças da escola). Houve uma contrapartida da comunidade de 1 a 2% do valor (CATI, 2018).

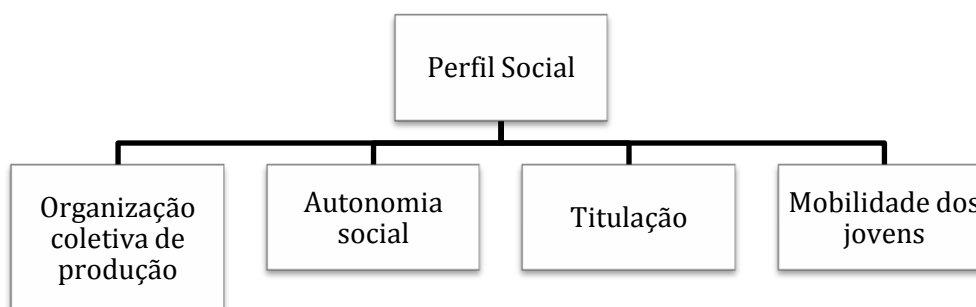
No artesanato, existe um grupo que se reúne na Casa do Artesanato. São 21 artesãos no total, sendo 19 mulheres e dois homens.

Com base nos dados da pesquisa, foi possível traçar o perfil da comunidade quilombola de Ivaporunduva sob o olhar interdisciplinar de três dimensões: social, econômica e ambiental.

4.1.1 Perfil Social

Dentro da categoria “Perfil Social” existem quatro temas principais, que foram abordados na pesquisa e possuem informações que são comuns a todos os entrevistados (Figura 14).

Figura 14. Temas principais do perfil social da comunidade quilombola de Ivaporunduva.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O primeiro tema a ser apresentado é **Organização Coletiva de Produção**. No Quilombo Ivaporunduva, a forma de organização coletiva é a associação. Não participam de nenhuma cooperativa. Segundo o entrevistado (E1), “*Nós somos uma única Associação, então a gente trabalha tudo junto né*”. Todo projeto ou contrato do quilombo é em nome da Associação.

Outros quilombos do Vale do Ribeira participam da Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperquivale), que foi formada em 2012 e abrange comunidades quilombolas de quatro municípios do Vale do Ribeira: Eldorado, Iporanga, Jacupiranga e Itaóca. Segundo o entrevistado (E1), “*a comunidade do Ivaporunduva já possui custos com a Associação de R\$ 13.000,00 por mês e, portanto, não tiveram interesse em participar da Cooperquivale para não criar novos custos*”.

Segundo Andrade *et al.* (2019), a criação da Cooperquivale foi um passo importante para a construção da autonomia na comercialização dos alimentos dessas comunidades quilombolas, por meio da organização e coordenação de várias comunidades para aumento do volume vendido, melhora do preço pago e maior regularidade na venda e pagamento, gerando recursos financeiros fundamentais para a composição da renda dos quilombolas.

Outro exemplo no Vale do Ribeira de cooperativas que funcionam há muitos anos com autogestão, é o da Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananeia (Cooperostr), localizada na Reserva Extrativista do Mandira e que faz a comercialização direta da ostra, sem intermediários, bem como recebe turistas para uma visita ao cultivo (SUZUKI; MARTINS, 2015).

Em Ivaporunduva, a Associação contrata os técnicos que prestam serviços à comunidade, sob a supervisão das Coordenações. A Associação delega ao coordenador e eles fazem o trabalho. Por exemplo, a Coordenação de Banana Orgânica contrata o técnico agrícola para acompanhar o bananicultor para manter a certificação e o motorista que dirige o caminhão utilizado no transporte da carga de banana.

Sobre a gestão dos recursos financeiros e pagamentos das pessoas que trabalham na comunidade, o entrevistado (E1) deu um exemplo de como funciona na Coordenação de Turismo, disse que:

“O dinheiro que é gerado pelo turismo da comunidade vai para a conta da Associação e a Associação é quem paga nós, monitores ambientais, historiador, alimento que compra pra comunidade, cozinheira, camareira. Todo o trabalho que é feito, quem paga é a Associação”.

Para participar de políticas públicas, a Associação tem uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica, sob um número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), e cada família tem uma DAP física, sob um número de Cadastro de Pessoa Física (CPF). A

DAP é o documento que permite que a pessoa possa comercializar dentro da Agricultura Familiar.

Sobre o segundo tema **Autonomia Social**, todos os entrevistados têm a percepção que o grupo possui autonomia ao tomar suas decisões em relação às atividades do dia-a-dia da comunidade e demandas sociais que vão surgindo e está amparado pela Associação que promove um bem estar social. Na pesquisa, quando perguntado sobre a profissão, todos os entrevistados se declararam como agricultor(a) ou produtor(a) rural. Atualmente, na comunidade, o grupo de produtores rurais representam quase 50% da população quilombola. Esse dado também foi visto nos estudos de SANTOS & TATTO (2008) que comentou que quanto à ocupação profissional a maioria dos membros da comunidade (46,6%) se declarou agricultor.

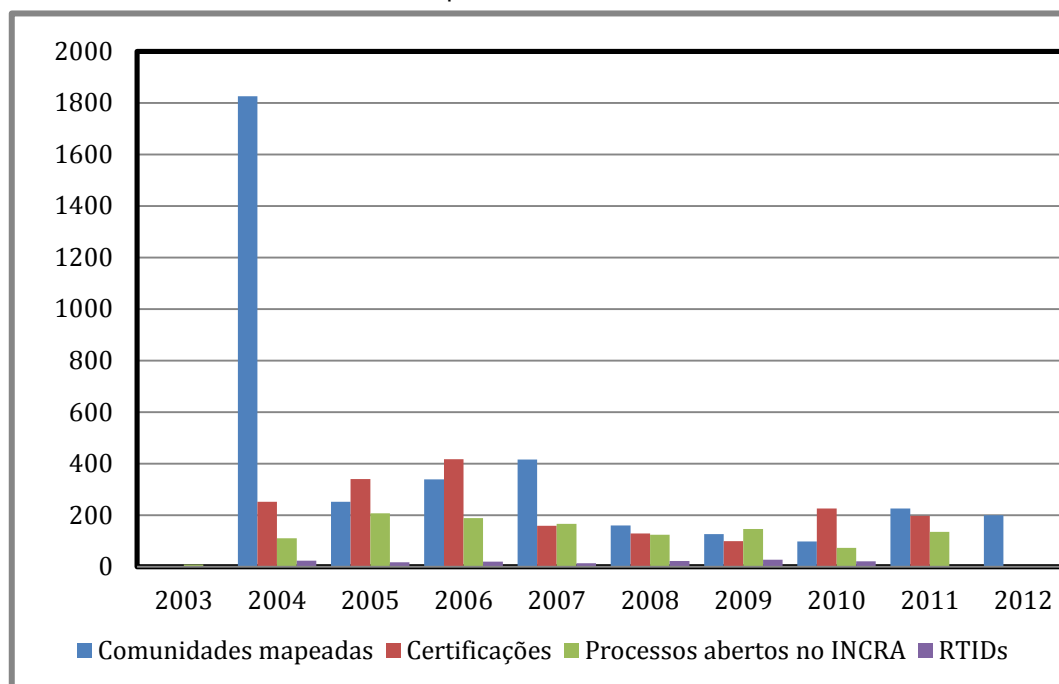
Segundo um entrevistado (F7), *“a Associação decide coletivamente o que vai ser feito dentro e fora da comunidade”*. Segundo outra entrevistada (F9), *“o grupo e a Associação tem autonomia de decidir e escolher o que é melhor para todos”*.

Na comunidade de Ivaporunduva, a criação de empregos diretos dentro do quilombo tem sido gerada, o que promove o retorno e a permanência dos jovens no quilombo e promove a autonomia social. Alguns exemplos desses empregos são os monitores ambientais, guia de turismo local e técnicos agrícolas.

Quanto ao terceiro tema **Titulação**, segundo um entrevistado (E1), *“a Associação agrega o comércio e no nome dela está o título da terra”*. Foi a primeira comunidade do Vale do Ribeira (e também do Estado de São Paulo) a ter o título registrado em cartório (a titulação do INCRA).

De acordo com Lobão (2014), de 3.644 comunidades quilombolas mapeadas de 2003 a 2012, somente 50% foram certificadas e reconhecidas como comunidades quilombolas pela Fundação Cultural Palmares (FCP); 32% abriram processos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para demarcação de suas terras; e apenas 4% conseguiram a emissão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), para identificar efetivamente as terras a serem tituladas (Figura 15).

Figura 15. Evolução do processo de titulação de territórios para comunidades quilombolas no Brasil, no período de 2003 a 2012.



Fonte: Lobão (2014). Adaptado pela autora.

De acordo com os dados citados acima, percebe-se que o processo de titulação é bastante longo e demorado até que uma comunidade quilombola seja efetivamente reconhecida e se torne proprietária das terras habitadas por ela.

Por isso, é louvável todo o esforço que a comunidade de Ivaporunduva tenha tido para obter seu reconhecimento em 1997 e a titulação de suas terras em 2010, fazendo parte desses 4% de comunidades quilombolas no Brasil, que obtiveram o RTID e concluíram o processo de titulação.

De acordo com os entrevistados, a titulação trouxe benefícios diretos para a comunidade, como o título da propriedade e uso da terra, e também houve a percepção de benefícios indiretos (Quadro 4).

Quadro 4. Percepções sobre os benefícios diretos e indiretos da titulação para a comunidade quilombola de Ivaporunduva.

Benefícios diretos	Benefícios indiretos
<ul style="list-style-type: none"> • Segurança nos aspectos relativos à habitação, saúde e educação; • Maior acesso aos direitos (por exemplo: programa de financiamento); • O título impede a entrada de terceiros na comunidade; • A conquista da terra; • O título garante que a terra é da comunidade; • A garantia para o plantio; • Poder usar o território para cultivo, lazer e moradia, com tranquilidade de permanência no local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Traz projetos/ Acesso a projetos; • Politicamente; • Parte ambiental, cultural e tradicional; • Participação em programas sociais; • O reconhecimento da comunidade em qualquer órgão; • Poder concorrer a qualquer licitação de projetos; • Acesso ao programa de governo “Luz para Todos”; • Comercialização, PNAE; • Acesso à infraestrutura (ponte).

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Tendo em vista os benefícios diretos e indiretos que a titulação traz para uma comunidade quilombola, vale aqui destacar a importância dos procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, que são utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Sobre o quarto tema **Mobilidade dos Jovens**, foi relatado nas entrevistas que o êxodo de jovens foi maior em tempos passados, mas agora, segundo o entrevistado (F1), “quando os jovens saem do quilombo, é para estudar”. Para o entrevistado (F7), “ultimamente os jovens não tem ido embora mais e quem saiu está voltando”.

Para a entrevistada (E2), os jovens não deveriam sair do quilombo. Ela complementou:

“Os jovens gostavam de sair né... Mas na minha mente, o jovem não era pra sair do quilombo. Porque nós temos nossas terras pra trabalhar e nós temos que executar elas né. Então, eu sou contra isso. Mas se eles querem sair pra ver qual é o melhor, é bom né, pra ver onde é melhor se é lá ou aqui”.

Quando perguntado se os jovens do quilombo têm permanecido ou saído em busca de trabalho, o entrevistado (E1) relatou que:

“Sim, ô, estão querendo ficar no quilombo. Alguns saem, mas volta. Primeira questão de sair é que eles pensam que “lá fora é que tá a riqueza”. Até que ele quebra a cabeça e percebe que é no quilombo e diz “vou voltar pra lá, que lá é que tá a coisa”. Aí ele chega com outro entusiasmo”.

De acordo com Santos & Garavello (2016), a falta de meios de geração de renda e a dificuldade de acesso ao ensino formal leva, até os dias de hoje, jovens quilombolas a buscarem oportunidades fora do quilombo, levando também a uma crescente desvalorização e perda dos padrões alimentares tradicionais e da cultura quilombola além de outros problemas como a diminuição de mão de obra familiar nas atividades agrícolas.

Para a entrevistada (F2), alguns jovens tem saído do Quilombo Ivaporunduva para frequentar cursos de nível superior, mas, segundo ela, *“a maioria tem retornado para contribuir na comunidade e na luta”*. Para o entrevistado (F3), *“bem pouco sai pra fora e o que está na cidade quer voltar”*. Para a entrevistada (F4), os jovens tem permanecido no quilombo. Para a entrevistada (F5) um pouco dos jovens ainda saem para estudar e trabalhar. Para o entrevistado (F6), a maioria sai em busca de estudo e retorna para a comunidade após se formar. Para o entrevistado (F8), alguns que saíram estão retornando e, segundo ele, *“nós estamos lutando para que não saia mais nenhum jovem, a não ser para estudar”*. Para a entrevistada (F9) a maioria permanece no quilombo. Para o entrevistado (F10), os jovens não estão saindo mais do quilombo, só para estudar.

Quando perguntado se com a melhora do turismo e do artesanato os jovens começaram a retornar ao quilombo, a entrevistada (E2) respondeu que percebeu que muitos jovens estão voltando. *“Eles saem, estudam e depois voltam”*. Deu como exemplo o seu filho que é técnico agrícola, que estudou e voltou. Segundo o entrevistado (E1), na comunidade quilombola de Ivaporunduva eles incentivam para que os jovens estudem, mas que depois eles voltem, pois, segundo ele, *“a contrapartida é no quilombo”*. Disse que atualmente tem vários estudantes do quilombo que estão em Santa Catarina, em Porto Alegre e em São Paulo.

Para Pupo (2009) e Martins (2015), o turismo no Ivaporunduva foi uma estratégia da comunidade para solucionar questões de diminuição do êxodo da população quilombola em função do aumento das oportunidades de trabalho e renda e autoestima dos quilombolas.

Quando perguntado se o artesanato e o turismo são mais atrativos aos jovens do que a roça, o entrevistado (E1) respondeu que sim e complementou:

“A roça nós estamos precisando melhorar a chamada deles. Eles não gostam muito de roça não. A roça é mais nós que faz (os mais velhos). Os jovens do Ivaporunduva trabalham na roça, mas no pós colheita. Por exemplo, eu sou bananicultor, eu corto a banana, e aí tem um grupo que faz o beneficiamento que vai lavar, vai despencar, encaixotar. Essa parte, todo o processo, são eles que faz”.

Na agricultura familiar, os indivíduos geralmente recorrem às atividades não agrícolas e à pluriatividade na busca por trabalhos menos penosos, para viabilizar seus interesses pessoais ou coletivos ou para elevação da renda (Schneider, 1999).

De acordo com Pedroso Júnior *et al.* (2008), nas comunidades do Ivaporunduva, Maria Rosa e Sapatu, que praticam a agricultura mais intensamente, voltada para a comercialização, existe uma proporção maior de jovens residentes envolvidos com atividades agrícolas, quando comparada com as outras comunidades estudadas por esses autores.

Nas entrevistas foi possível notar que no Ivaporunduva atualmente ainda existe uma falta de interesse dos jovens para a roça, pois como mencionado acima na fala da liderança quilombola, os jovens preferem ajudar na fase de beneficiamento da banana, no pós-colheita, corroborando com Luca & Kubo (2015) que observaram que em alguns quilombos do Vale do Ribeira (SP), um dos desafios a serem superados, e que preocupa lideranças locais, é a falta de interesse dos jovens quilombolas pelo trabalho na roça.

Por exemplo, na comunidade da Barra do Turvo, há uma tendência dos jovens a abandonar o trabalho rural na comunidade e buscar oportunidades fora do quilombo, nos centros urbanos mais próximos, principalmente Curitiba, a procura de ocupação temporária, emprego assalariado (Santos & Garavello, 2016), ou na busca de melhores condições de vida e oportunidades de estudo (Pedroso *et al.*, 2007).

Já na comunidade da Poça, foi verificado por Suzuki & Martins (2015) que os jovens quilombolas que saíram do quilombo têm encontrado emprego no setor terciário, como atendentes em lojas, serventes de pedreiro, telefonistas ou garçons. Em geral, esses jovens têm migrado para cidades próximas do quilombo ou para os grandes centros, como Curitiba e São Paulo. No quilombo Pedro Cubas de Cima, os jovens agricultores já não sabiam mais plantar o milho ou arroz de acordo com a técnica tradicional (Ianovali *et al.*, 2018).

Entre 2003 e 2005, de acordo com Pedroso Júnior *et al.* (2008), a porcentagem de migração dos jovens para fora do quilombo era alta tanto no Ivaporunduva, com 65,7% no total, quanto na média de outros quilombos do Vale do Ribeira (SP), com 71,9% no total. Porém, quando perguntado sobre essa alta taxa de evasão dos jovens de 65%, o entrevistado (E1) disse que atualmente isso mudou e complementou “*Do Ivaporunduva, tem poucos jovens fora do quilombo, bem pouquinho. Se você pensar em Eldorado, povo eldoradense é isso mesmo, mas nos quilombos não*”.

Com a inserção do jovem quilombola no mercado de trabalho, quem se apropria de grande parte do valor produzido pela força de trabalho desses sujeitos, que serviria para o fortalecimento da comunidade, não é mais a comunidade quilombola, mas sim, o empregador. A saída do quilombo pelos jovens promove a expropriação do valor (produto do

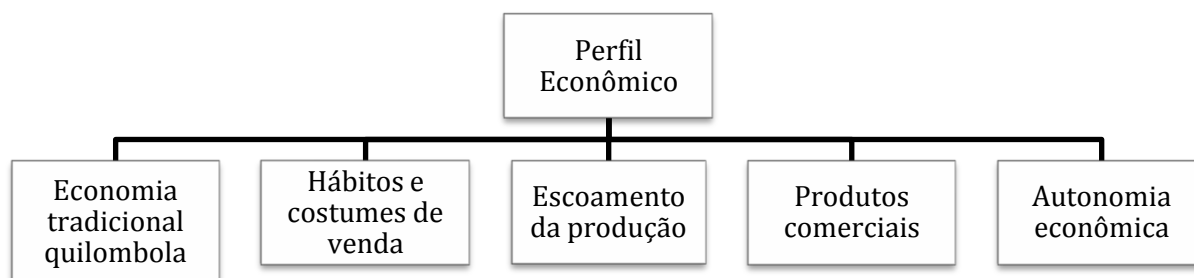
trabalho) que deveria permanecer na comunidade, bem como reduz a disponibilidade de mão de obra interna no quilombo (Suzuki & Martins, 2015).

Sobre a preferência dos jovens em realizar trabalhos urbanos ou trabalhar como diaristas em fazendas da região do Vale do Ribeira (SP), também mencionado pelos autores Luca & Kubo (2015), isso não foi percebido pelos entrevistados na comunidade de Ivaporunduva que disseram que com o passar dos anos a saída dos jovens diminuiu muito, tendo em vista a melhoria de oportunidades oferecidas pela comunidade. Segundo o entrevistado (E1) “*Hoje não tá saindo mais, a juventude tá lá no quilombo*”. E quando os jovens saem, é para estudar e depois voltar ao quilombo e ajudar no processo de desenvolvimento e fortalecimento do Quilombo Ivaporunduva.

4.1.2 Perfil Econômico

O Perfil Econômico contém cinco temas principais, que foram abordados na pesquisa e possuem informações que são comuns a todos os entrevistados (Figura 16).

Figura 16. Temas principais do perfil econômico da comunidade quilombola de Ivaporunduva.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O primeiro tema a ser abordado é **Economia Tradicional Quilombola**, trazendo informações sobre como funcionavam as atividades econômicas no quilombo em tempos passados, na época de seus ancestrais. Sobre esse tema, os resultados apontaram que os seus antepassados viviam da roça, as famílias viviam da agricultura de subsistência e vendiam leite, o que eles plantavam era apenas para o autoconsumo e poucas coisas eram compradas. Havia também a troca de mercadorias entre os quilombolas, pois quem tinha uma coisa trocava com outro que não tinha, e também havia a troca do que produziam por sal, querosene e roupa. Na economia tradicional, foi mencionada também a presença do atravessador nas relações de venda, pois, de acordo com o entrevistado (F7), “*era uma*

economia quase própria, plantava mais, colhia mais, as produções eram trocadas, emprestava, o problema é que eles vendiam seus produtos para o atravessador por um preço baixo". Para o entrevistado (F2), *"a banana era comercializada por atravessador por um preço inferior ao que valia e cada um vendia o seu"*.

Interessante observar que os quilombolas conseguem ter a percepção do que melhorou hoje na comunidade em relação às dificuldades em que viviam seus antepassados que ficavam a mercê de atravessadores (*"a banana era comercializada por atravessador por um preço inferior ao que valia"*). Outro ponto positivo observado nas falas é em relação à organização coletiva para comercialização de banana que foi construída no quilombo de Ivaporunduva e que não havia na economia tradicional, pois a venda era individualizada (*"e cada um vendia o seu"*).

Quando perguntado sobre os produtos mais importantes para a tradição quilombola, que ficam na comunidade, foi mencionado nas entrevistas que o tradicional é o alimento utilizado na agricultura de subsistência, que é plantado para o autoconsumo e para manter as sementes quilombolas, geralmente plantado nas roças de coivara, que fazem parte da cultura e história do Quilombo. São eles: arroz, feijão, milho, mandioca, cará, café, alface, legumes e frutas.

O segundo tema a ser apresentado é **Hábitos e Costumes de Venda**, que aborda se houve mudança nos hábitos e costumes da cultura quilombola para vender mais produtos e aumentar a renda. Sobre esse tema, os resultados da pesquisa apontaram que no Quilombo Ivaporunduva teve projetos de desenvolvimento na comunidade, realizados pelo ITESP, CATI e ISA Socioambiental, e a partir de então começaram a cultivar outras culturas para ter mais mercado e melhorar a renda, o que permitiu o afastamento de atravessadores. Então, a comunidade começou a produzir no quilombo a banana e o palmito para comercializar, aumentou a produção e os cuidados com a produção e certificou os produtos como orgânico para ter um preço melhor. Para o entrevistado (F7) *"o sistema de vida mudou e o quilombo teve que se adequar; não mudou a cultura, mas tem que trabalhar mais hoje em dia*. Para a entrevistada F2, *"tivemos que trabalhar de forma organizada em conjunto e certificar o nosso produto para agregar valor"*.

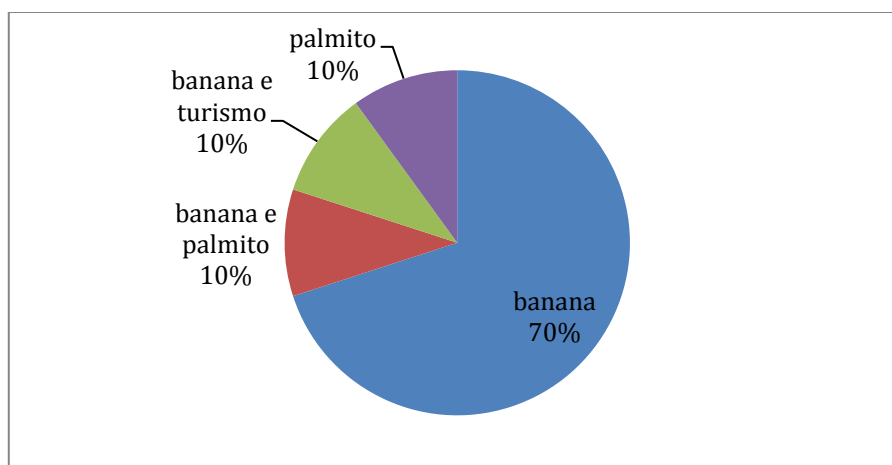
O terceiro tema a ser apresentado é **Escoamento da Produção**, que aborda se com a construção da SP-165 eles passaram a produzir outros produtos mais comerciais. Sobre esse tema, os resultados da pesquisa mostraram que a partir da década de 60, após a construção da SP-165, o agricultor começou a produzir mais banana e começou a plantar outros produtos comerciais, *"devido a rapidez para escoar a produção, o povo aumentou a produção de banana"* (entrevistada F2). Também foi apontado que o processo de abertura a novos mercados foi lento porque o produtor de Ivaporunduva só vendia banana e então começaram a produzir palmito para ter mais opção de mercado. Alguns produtores

quilombolas fizeram empréstimo do PRONAF para plantar palmito pupunha e ter outro produto para comercializar e aumentar a renda. Com o tempo, aumentaram a produção de banana e palmito pupunha no quilombo, “*começou a produzir mais e certificar os produtos*” (entrevistado F9), “*devido ao acesso ao mercado ter maior venda, sem muita perda*” (entrevistado F4).

Esse tema é apontado por estudos de Pedrosa Júnior *et al.* (2008) que mostram que diferentes atividades que geram fontes de renda estão fortemente relacionadas à distância das comunidades em relação à rodovia SP-165. Segundo os autores, as comunidades mais próximas da rodovia possuem maior contingente de opções de fontes alternativas de renda, enquanto as mais afastadas são mais dependentes da agricultura, do extrativismo e dos benefícios governamentais.

O quarto tema a ser apresentado é **Produtos Comerciais**, que aborda sobre o produto mais importante que eles produzem no quilombo. Sobre esse tema, os entrevistados se dividiram em quatro respostas: banana; banana e palmito; banana e turismo; e palmito (Figura 17). “*O produto mais importante é banana, dá mais renda*” (entrevistado F6). No turismo, foi mencionado que entram os serviços de monitores (guia local, historiador) e os serviços de hospedagem (cozinheiras, copeiras, camareiras).

Figura 17. Percepção dos produtos comerciais mais importantes para os produtores quilombolas de Ivaporunduva.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Esse resultado apresentado no gráfico acima, com a indicação do principal produto ser a banana em 70% dos entrevistados, também foi percebido por Santos & Tatto (2008), que mencionou a principal fonte de renda das famílias de Ivaporunduva ser oriunda da bananicultura, embora também haja outros tipos de fontes de renda no orçamento familiar,

tais como Bolsa-Família, Aposentadoria, Renda Cidadã, venda de artesanato, venda de doces entre outros.

O quinto e último tema a ser apresentado é **Autonomia Econômica**, que aborda se havia alguma relação entre melhorar o plantio e melhorar a renda e trazer maior autonomia econômica. Sobre esse tema, os entrevistados em geral responderam que se eles conseguissem melhorar a produção, a renda com certeza aumentaria. Alguns comentaram que com o uso de técnicas no plantio e colheita, tendo os cuidados adequados e com novas técnicas de produção sustentável, o produtor agrega mais valor ao produto, pois tem melhor qualidade, e pode produzir mais no mesmo espaço. Outros disseram que querem melhorar a produção, com isso “*aumentando a renda e fixando o homem no campo*” (entrevistado F3) e que quando melhora o plantio, tem maior renda e “*a família se autossustenta melhorando a qualidade de vida*” (entrevistado F5).

Autonomia econômica é a aptidão para gerir a própria vida com independência financeira, valendo-se de seus próprios meios, vontades e princípios, fazendo com que qualquer indivíduo ou grupo esteja apto para tomar suas próprias decisões e fazer planejamentos (JANCZ *et al.*, 2018). Na pesquisa, constatou-se que o acesso a mercados e as novas possibilidades de ter renda foram necessários para que as pessoas da comunidade quilombola construíssem sua autonomia econômica.

Antes da autonomia econômica, a entrevistada (E2) relatou que ajudava seu filho a estudar com muita dificuldade, pois não havia certeza da renda, então não podia fazer planejamentos. Ainda complementou:

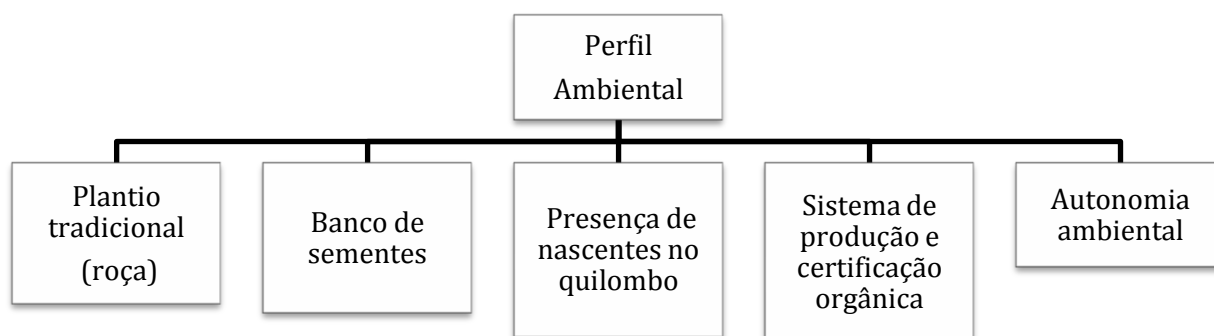
“Na época que ele fez faculdade, a gente não tinha dinheiro, era difícil, aí quando chegava o dia de pagar 200 reais pra perua de Itatiba a Campinas pra ele estudar, aí eu fazia de tudo pra conseguir dinheiro: fazia beju, farinha de mandioca, cuscuz de mandioca para vender. Às vezes o meu filho ia de madrugada no bananal pra ir buscar banana pra eu fazer doce”.

Segundo Jancz *et al.* (2018) a autonomia econômica envolve também a capacidade de decidir sobre os tempos e os recursos e de colocar em prática essas decisões. As discussões sobre a produção e a busca do equilíbrio individual e coletivo entre o que é produzido para o autoconsumo e o que é para ser vendido nos mercados locais, institucionais ou para grupos de consumo fazem parte dessa construção permanente da autonomia econômica (JANCZ *et al.*, 2018).

4.1.3 Perfil Ambiental

O perfil ambiental contém cinco temas principais, que foram abordados na pesquisa e possuem informações que são comuns a todos os entrevistados (Figura 18).

Figura 18. Temas principais do perfil ambiental da comunidade quilombola de Ivaporunduva.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O primeiro tema a ser abordado é **Plantio Tradicional (roça)**, trazendo informações sobre as técnicas tradicionais de roça e se ainda são utilizadas no quilombo. Sobre esse tema, todos os entrevistados responderam que antigamente a técnica era a roça de coivara, mas é utilizada até hoje. A roça é utilizada principalmente para a agricultura de subsistência dos quilombolas e para sua segurança alimentar.

Sobre como a roça é utilizada no Quilombo Ivaporunduva, o entrevistado (E1) relatou que:

“A queima é para ter as cinzas que são nutrientes pra terra e a limpeza da terra também. Por exemplo, vou plantar arroz, feijão, batata, inhame, verdura. Não tem como plantar no meio do mato esse plantio, porque não sai, tem que ser plantado no limpo. Fazemos um rodízio da terra. É um modelo de 400 anos né”.

Estudos sobre a roça quilombola também foram apontados por Andrade *et al.* (2019), onde o Sistema Agrícola Tradicional Quilombola (SATQ) é a manifestação de saberes e práticas desenvolvidos ao longo de centenas de anos, que têm interface com o dia a dia dos quilombolas. Além de fornecer alimentos, a floresta possui fundamental importância como fonte de materiais para confecção de peças feitas a partir de variedades de cipós e certo tipo de madeira, que se encontram apenas em zonas de mata virgem.

De acordo com a pesquisa, para os produtores quilombolas eles têm a maneira certa de cultivar o solo e melhorar a produção e o produto, utilizando os conhecimentos dos antepassados junto com as novas técnicas, que ajudam a melhorar o plantio.

Quanto à segurança alimentar, no Ivaporunduva eles produzem, com as roças, arroz, feijão, milho, mandioca, legumes, verduras, que são usados tanto para autoconsumo na comunidade, quanto para oferecer aos turistas que vão visitar a comunidade. Os mesmos alimentos são utilizados nas refeições durante a estada no quilombo (entrevistado E1). O autoconsumo em Ivaporunduva praticamente é suprido pela agricultura de subsistência, pela própria produção local, sem a necessidade de ir para o supermercado comprar. Então, a segurança alimentar está garantida pelas roças.

Segundo Jancz *et al.* (2018), a produção na comunidade vai além do mercado, pois ela envolve práticas como doações, trocas e produção para o autoconsumo. A produção para o consumo da família, para a troca e para a doação segue a lógica de valorizar a qualidade do que é produzido, relacionado com a qualidade de vida e os alimentos saudáveis. Já o dinheiro da venda é necessário para garantir os custos de vida, como as despesas de energia, transporte e moradia.

Outra entrevistada (E2) relatou que apesar da idade de 72 anos ainda trabalha na roça. E complementou:

“Eu lido com banana, mandioca, com milho, arroz, tem meus franguinho. Eu sou agricultora e gosto da roça. O pessoal fala para eu não ir mais pra roça por causa da idade, mas se eu ficar em casa, aí eu entro em depressão, né? Meu serviço é roça mesmo. Eu estou com 72 anos. Qual é a mingunte para plantar feijão eu sei, qual é a mingunte para plantar a rama eu sei, qual é o tempo pra plantar o arroz eu sei, quantos meses ele dá eu sei”.

As populações quilombolas, assim como outras populações tradicionais que praticam a agricultura, são consideradas mantenedoras da diversidade genética de várias espécies agrícolas. Porém, esse papel é muito mais dinâmico, pois elas também geram e amplificam a variabilidade num processo contínuo de experimentação e cultivo (MARTINS, 2005).

Essa diversidade genética pode ser conservada por meio de um banco de sementes. A seguir serão apresentadas as formas utilizadas pela comunidade quilombola de Ivaporunduva para guardar as sementes utilizadas em seu cultivo.

O segundo tema a ser abordado é **Banco de Sementes**, trazendo informações sobre o costume de guardar sementes no quilombo. Sobre esse tema, segundo os entrevistados, as sementes geralmente são guardadas em “*garrafas de refrigerante para não carunchar*” (entrevistado F1) (Figura 19), “*garrafa pet, saco*” (entrevistados F2, F4, F5, F6, F7, F8 F10) e “*sistema de paiol, garrafa, cesto, barril, galão, tambor, pia de milho, pia de arroz*” (entrevistado F3).

Figura 19. Modelo de guarda de sementes em garrafa pet.



* As sementes são de arroz, feijão e milho, que fazem parte da agricultura de subsistência do Quilombo Ivaporunduva. **Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Segundo Andrade *et al.* (2019), os paióis de sementes têm o intuito de armazenar a diversidade de materiais genéticos selecionados pelas comunidades ano após ano, que carregam consigo a história das comunidades, o reconhecimento da qualidade orgânica dos alimentos.

Em agosto de 2019, houve a 12ª Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira – SP. O evento anual ocorreu durante uma semana com o encontro de lideranças quilombolas para discutir o interesse de sementes e mudas para fazer a troca entre os quilombos. No último dia do evento, é organizada uma feira com estandes dos quilombos na praça principal da cidade de Eldorado (Praça Nossa Senhora da Guia) junto ao público geral e é uma oportunidade para conhecimento, troca e venda de produtos tradicionais. Também ocorrem oficinas, apresentações culturais e almoço típico quilombola (Figura 20).

Figura 20. A- Paineis da 12ª Feira de troca de sementes; B- Estande com produtos tradicionais do Quilombo Ivaporunduva.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Segundo Andrade *et al.* (2019), nas últimas décadas constatou-se a redução do número de roças e a conseqüente diminuição ou desaparecimento de sementes, mudas e até danças, que eram praticadas nos festejos da colheita. Assim, com objetivo de manutenção da cultura quilombola e transmissão desses conhecimentos para as próximas gerações, idealizou-se a *Feira de Troca de Sementes e Mudanças*, e, posteriormente, a criação do Paio de Sementes. O evento é anual e ocorre geralmente no mês de agosto.

O terceiro tema a ser abordado é **Presença de Nascentes no Quilombo**, trazendo informações sobre o quilombo possuir nascentes em seu território, haver autonomia no uso da água dentro de terras quilombolas e ser utilizada pelas famílias e para a produção. Sobre esse tema, foi relatado que existem cerca de 70 nascentes, todas de água potável e que as famílias podem usar gratuitamente. Todos os entrevistados responderam saber da existência de nascentes em seu território e em sua maioria tem a percepção de haver autonomia no uso da água dentro de terras quilombolas.

O quarto tema a ser abordado é **Sistema de Produção e Certificação Orgânica**, trazendo informações sobre o sistema produtivo utilizado no quilombo. Sobre esse tema, todos os entrevistados responderam “*sistema orgânico*”.

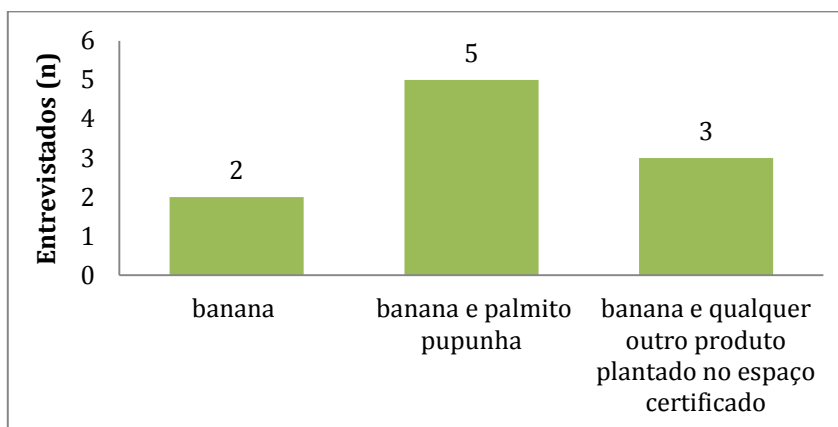
Quando perguntado se os produtos do grupo estavam inseridos em algum programa de certificação, todos os entrevistados responderam que “*sim, é certificado pelo IBD*”.

Sobre o processo de certificação, o entrevistado (E1) relatou que teve início em 1998, quando a comunidade, por meio da Associação, entrou com o pedido de certificação junto à empresa IBD Certificações Ltda. A certificadora foi ao quilombo para avaliar os produtos, por meio de visita de técnicos no local de trabalho e reuniões. Segundo a pesquisa, o processo foi um pouco demorado, mas mudou para melhor, pois antes da certificação as perdas na produção superavam as vendas. Em 2000, a certificação saiu e é mantida até os dias de hoje, com renovação anual. Para acompanhar o bananicultor no processo de manutenção da certificação, existe um técnico de agricultura da própria comunidade de Ivaporunduva.

Sobre o que mudou na produção e na comercialização, foi relatado que os produtores melhoraram os cuidados com meio ambiente e a não utilização de agrotóxicos, o que agregou mais valor aos produtos da comunidade. Outras mudanças que ocorreram foi o aumento da procura por um produto diferenciado, a venda direta, o aumento dos valores dos produtos com a certificação e a melhoria na renda.

Quando perguntado quais os produtos que eram certificados, as respostas dos entrevistados se agruparam em três opções: banana, banana e palmito pupunha ou banana e qualquer outro produto plantado naquele espaço certificado, dentro do quilombo (Figura 21).

Figura 21. Tipos de produtos certificados pelo IBD no Quilombo Ivaporunduva.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De acordo com o site da empresa IBD Certificações Ltda, na seção de “Produtos e Diretrizes”, atualmente existem dois contratos com a comunidade quilombola de Ivaporunduva, que segue a diretriz da Lei 10.831/2003 (lei de produtos orgânicos): um contrato, que está em nome da Associação Quilombo de Ivaporunduva, e tem como produtos certificados abóbora, arroz, banana, chuchu, feijão, limão, maná cubiu¹², mandioca,

¹² O maná cubiu (*Solanum sessiflorum*), também conhecido como cubiu ou tomate de índio, é uma planta amazônica que pertence à família Solanaceae (INPA, 2020).

milho e palmito pupunha; e um segundo contrato, que está em nome da empresa Mário Ribeiro da Silva (Sítio Mela) com apenas um produto certificado, a banana (IBD, 2019).

Desse resultado, é possível destacar que a variação nas respostas dos produtos certificados deu-se em razão da produção no quilombo ser individual e a certificação ser coletiva, agrupadas nesses dois contratos com a certificadora IBD.

Na percepção dos quilombolas entrevistados sobre a certificação orgânica dar maior visibilidade ao produto e torná-lo mais valorizado no mercado, todos os entrevistados responderam que sim. Para eles, através da certificação a comunidade foi mais procurada, seja na agricultura ou no turismo, pois o produto certificado é um produto sem veneno, diferenciado, que possui maior valor agregado no mercado, dado que passa a ser considerado, entre outras características, ambientalmente correto. Também foi comentado que o valor do produto é devido a ser um produto sustentável e que faz bem para a saúde.

Segundo Lorenzani *et al.* (2002), agregação de valor e a diferenciação de produtos podem ser estratégias para geração de renda para pequenos empreendimentos rurais. O processo de agregação de valor pode ser alcançado pela incorporação de tecnologia ao processo produtivo, pela qualidade e logística para abastecimento do mercado.

Com esses resultados sobre os benefícios da certificação orgânica, é possível inferir que houve uma maior valorização do produto quilombola com o selo orgânico, dando mais credibilidade à comunidade de Ivaporunduva, por ter uma produção sustentável e, conseqüentemente, gerando um aumento da renda do produtor. Isso foi observado também por Lorenzani *et al.* (2002) que acreditam que a existência de contratos, a organização em associações e a certificação de produtos proporcionariam uma melhor eficiência logística e conseqüentemente maior geração de renda para a agricultura familiar.

Além disso, também é possível notar que a certificação orgânica acaba sendo uma estratégia social, ambiental e econômica realizada pela comunidade quilombola, pois gera empregos, sendo uma importante fonte de renda, ao mesmo tempo em que preserva os recursos naturais na área de plantio.

O quinto e último tema a ser abordado é **Autonomia Ambiental**, trazendo informações sobre os benefícios da titulação em termos ambientais. Sobre esse tema, os entrevistados responderam que a titulação deu o direito de preservação ambiental, de ter um ecossistema mais preservado e os cuidados com meio ambiente, uma natureza mais intacta, preservando as áreas de beira de rio e áreas de topo de morro e um manejo sustentável. Outro benefício apontado foi, segundo o entrevistado (F7), “*com a retirada dos terceiros (fazendeiros) que usavam nosso território para pastagem, já diminuiu o desmatamento*” e “*grande parte voltou a regenerar*” (entrevistada F2). Outro entrevistado (F7) disse “*nós fazemos nosso próprio zoneamento*” e “*continua a preservar mais ainda esse patrimônio*” (entrevistado F9).

Quando perguntado se o fato da comunidade ter o título de propriedade trazia maior autonomia ambiental, ou seja, para poder plantar o que, como e quando quisesse, a percepção dos entrevistados é que depois do licenciamento para fazer a roça, eles sentem que perderam a autonomia ambiental trazida pelo título, pois agora tem que tirar guia para fazer roças e respeitar a legislação ambiental e o local de plantio é onde os técnicos indicam que pode plantar. Essa questão de não poder escolher o local a ser licenciado também foi percebido por Andrade *et al.* (2019), que mencionaram que as áreas licenciáveis nem sempre são as áreas desejadas e escolhidas conforme o conhecimento tradicional.

Além disso, um entrevistado (F3) acrescentou “*não temos o licenciamento para plantio de agricultura perene, só para agricultura de subsistência*”.

Sobre essa questão da licença ser emitida para se fazer lavoura temporária (roça) ou lavoura perene, o entrevistado (E1) explica como funciona a lavoura temporária no quilombo:

“Por exemplo, vou plantar arroz, feijão. Não tem como plantar no meio do mato esse plantio, porque não sai, tem que ser no limpo. Batata, inhame, verdura, tem que ser plantado no limpo. Para tirar a licença pra fazer o manejo da roça, são lavouras que saem com 1 ano, 2 anos no máximo. Aí a terra fica vazia. E a floresta torna a recuperar. Por exemplo, o arroz você pode usar o território por 2 anos e depois tira. Planta feijão e tira, planta milho e tira. E depois você abandona. Então, tá manejando”.

Sobre a licença para lavoura perene (no caso do plantio da banana e pupunha), o entrevistado (E1) disse “*Por exemplo, pupunha plantou, acabou, fica o tempo inteiro na terra*” e complementou que:

“A licença que sai é assim: você tem o seu território, 1 hectare de chão pra plantar pupunha. Eles dão licença, mas você tem que concordar em dar para compensar o que você vai usar de terra e mais ¼. Ex. vai usar 1 hectare, tem que dar 1 hectare e ¼. Você tem que ter um documento pra compensar esse 1 hectare em outro lugar dentro do território, faz a averbação e registra isso aí em cartório. Aquele lugar que você compensou e averbou, não pode mexer mais. É tipo um parque”.

Nessa questão é possível fazer uma comparação com o município de Eldorado – SP, onde o quilombo de Ivaporunduva se localiza, pois, de acordo com o Censo Agro 2017 (IBGE, 2019), sobre as atividades econômicas realizadas no município de Eldorado – SP, foi visto que em 78% dos estabelecimentos agropecuários é lavoura permanente (perene) e em 4% é lavoura temporária. Ou seja, o quilombo está situado em um município com grande tendência à lavoura permanente, cerca de 80%.

Para entender esse processo de licenciamento, a legislação vigente é a Lei da Mata Atlântica - Lei Federal 11.428/2006 (BRASIL, 2006b) e o Decreto 6040/2007 (BRASIL, 2007). Segundo a Companhia Ambiental de São Paulo (CETESB), somente as

comunidades tradicionais e povos indígenas podem obter autorização para supressão de Mata Atlântica em estágio médio de regeneração (inciso II do artigo 23 da Lei da Mata Atlântica). O agricultor comum não pode receber autorização para supressão de vegetação nesse estágio de regeneração. Esse é o principal critério, a classificação do solicitante como comunidade tradicional (ISA, 2020). Para estar classificado como “tradicional”, o agricultor precisa se enquadrar na definição de povos e comunidades tradicionais no Decreto 6040/2007, artigo 3º, inciso I (BRASIL, 2007).

Então, no Bioma Mata Atlântica, roças que requerem supressão de vegetação precisam de autorização. Se estiverem no Bioma Mata Atlântica e forem suprimir vegetação para roças, agricultores não tradicionais podem solicitar supressão de vegetação apenas em estágio inicial para plantio (ISA, 2020). Ou seja, a licença ambiental é coletiva.

No caso da autorização emitida para as roças, ela chega até a CETESB via associação quilombola, e não individualmente, e contém a identificação de todos os moradores que estão requerendo a licença (ISA, 2020).

De acordo com a pesquisa, é possível dizer que na questão do licenciamento ambiental para plantio existem dois pontos de vista. Para o órgão ambiental competente que emite a licença, a Companhia Ambiental de São Paulo (CETESB), provavelmente a justificativa da licença é gerar uma maior conservação da natureza e proteger a Mata Atlântica, indo de acordo com a Lei Federal 11.428/2006. Para os quilombolas, é uma falta de liberdade no uso da terra e uma quebra na sua forma tradicional de plantar, com o uso do corte da vegetação e da queima, chamado “coivara” ou sistema de agricultura tradicional quilombola (SATQ), que já se tornou patrimônio cultural pelo Iphan em 2018.

Sobre os locais de plantio do território quilombola de Ivaporunduva, o entrevistado (E1) mencionou que:

“O território quilombola no Vale do Ribeira é feito só de relevos, a parte de terra de várzea, as fazendas já tomou tudo já, não tem mais, então o quilombo tá naquele lugar. O quilombo fica em uma terra onde ninguém quis. Então, se ele (o quilombo) não usar esse modelo de queima, ele não tem como plantar. Como nossa terra a maioria é morro, não tem como trabalhar se não queimar. Não tem como não queimar, pois não tem várzea. Não tem como você trabalhar no morro com máquina mecanizada. A única planta que dá sem queimar é banana. Banana você pode roçar, plantar e cultivar roçando”.

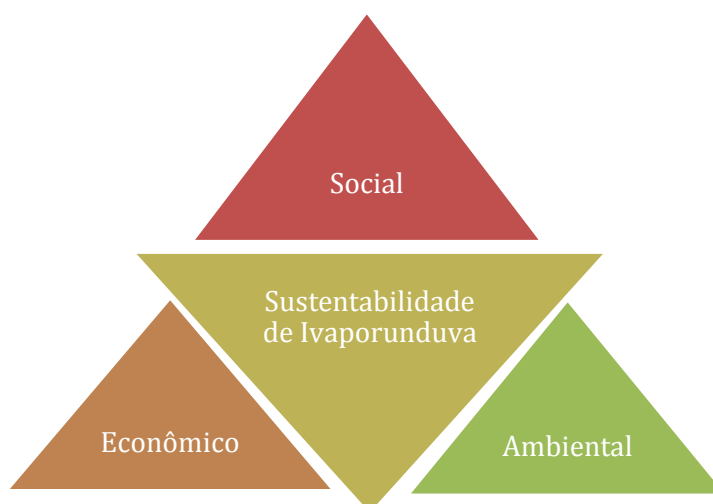
Essa questão da licença ambiental faz a comunidade precisar fazer um planejamento do uso da terra, tanto para a agricultura de subsistência quanto para a produção para comercialização. “Não podemos expandir a produção, porque a terra do quilombo ela é pequena. Se pensar em expandir, você vai ter que tirar alguma coisa” (entrevistado E1).

Os entraves ambientais e a demora no processo de demarcação e titulação dos territórios das comunidades quilombolas são fatores que têm afetado diretamente o sistema agrícola tradicional quilombola (ANDRADE *et al.*, 2019).

Estudos de Andrade & Tatto (2013) e Ianovali *et al.* (2018) também apontam que ao planejar o uso da terra nos territórios de forma a considerar as diversas atividades da agricultura familiar, com a manutenção da paisagem e a preservação do meio ambiente e das tradições culturais e sociais, a agricultura tradicional itinerante e formas mais comerciais de cultivo podem conviver, contribuindo para manter a manutenção da identidade quilombola.

Por meios dos resultados até aqui apresentados, foi possível perceber pelo perfil da comunidade quilombola de Ivaporunduva segundo as três categorias social, econômica e ambiental (Figura 22), que são os pilares da sustentabilidade, que a comunidade tem buscado o caminho do desenvolvimento rural sustentável em suas atividades cotidianas. Para Bond e Morrison-Saunders (2009), desenvolvimento sustentável é aquele que permite crescer, desenvolver uma atividade, uma região, pautada nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, principalmente, preocupando-se em manter um equilíbrio nesta tríade, com os objetivos de crescimento econômico, a proteção do meio ambiente e a valorização e o bem estar do ser humano.

Figura 22. Perfil da comunidade na sustentabilidade do Quilombo Ivaporunduva.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

É possível perceber também que a comunidade de Ivaporunduva está buscando a sustentabilidade da cultura quilombola, por meio da estratégia da pluriatividade, com a diversificação de suas atividades econômicas e com a permanência dos jovens. Essa diversificação e as características de sua pluriatividade serão apresentadas a seguir na próxima seção.

Quadro Síntese do perfil da comunidade quilombola de Ivaporunduva.

Perfil Social	
Tema	Síntese
Organização Coletiva de Produção	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo associação; - Não participam de nenhuma cooperativa e todo projeto ou contrato do quilombo é em nome da Associação.
Autonomia Social	- O grupo possui autonomia social ao tomar suas decisões em relação às atividades da comunidade e demandas sociais que vão surgindo.
Titulação	<ul style="list-style-type: none"> - Houve benefícios diretos para a comunidade, como o título da propriedade e uso da terra e segurança; - Benefícios indiretos, tais como acesso a projetos, questões políticas, poder concorrer a qualquer licitação de projetos e o reconhecimento da comunidade em qualquer órgão.
Mobilidade dos Jovens	<ul style="list-style-type: none"> - No Quilombo Ivaporunduva atualmente ainda existe uma falta de interesse dos jovens para a roça, que preferem ajudar na fase de beneficiamento da banana, no pós-colheita, assim como ocorre em outros quilombos do Vale do Ribeira (SP); - Com o passar dos anos a saída dos jovens diminuiu muito, tendo em vista a melhoria de oportunidades oferecidas pela comunidade e quando os jovens saem, é para estudar e depois voltar ao quilombo e ajudar no processo de desenvolvimento e fortalecimento do Quilombo de Ivaporunduva.
Perfil Econômico	
Tema	Síntese
Economia Tradicional Quilombola	- Os quilombolas conseguem ter a percepção do que melhorou hoje na comunidade em relação às dificuldades em que viviam seus antepassados que ficavam a mercê de atravessadores e a comercialização era individualizada.
Hábitos e Costumes de Venda	- A partir dos projetos de desenvolvimento realizados na comunidade, deu-se início a novos cultivares (banana,

	palmito), para ter mais mercado e melhorar a renda, o que permitiu o afastamento de atravessadores, o aumento dos cuidados com a produção e a certificação dos produtos como orgânico para ter um preço melhor.
Escoamento da Produção	- Após a construção da SP-165, o produtor quilombola aumentou a produção de banana e começou a plantar outros produtos comerciais, como o palmito pupunha, por meio de empréstimo ao PRONAF, devido à rapidez para escoar a produção e para ter outro produto para comercializar e aumentar a renda.
Produtos Comerciais	- Os entrevistados se dividiram em quatro respostas: banana (70%); banana e palmito (10%); banana e turismo (10%); e palmito (10%).
Autonomia Econômica	- Existe uma relação positiva entre melhorar o plantio e melhorar a renda e trazer maior autonomia econômica e maior qualidade de vida.
Perfil Ambiental	
Tema	Síntese
Plantio Tradicional	- Antigamente a técnica era a roça de coivara, mas ainda é utilizada até hoje no quilombo, principalmente para a agricultura de subsistência dos quilombolas.
Banco de Sementes	- A comunidade de Ivaporunduva tem o costume de guardar sementes em garrafa pet, saco, sistema de paiol, cesto, barril, galão, tambor, pia de milho e pia de arroz, com o intuito de armazenar a biodiversidade de sementes que carregam consigo a história da comunidade.
Presença de Nascentes no Quilombo	- Obteve-se que existem cerca de 70 nascentes em terras quilombolas, todas de água potável e que as famílias podem usar gratuitamente e que há presença de autonomia no uso da água dentro do quilombo.
Sistema de Produção e Certificação Orgânica	- A produção orgânica no quilombo é individual e a certificação é coletiva, agrupadas em dois contratos com a certificadora IBD, sendo a banana e o palmito os principais produtos certificados, entre outros;

	<p>- Houve uma maior valorização do produto quilombola com o selo orgânico, dando mais credibilidade à comunidade de Ivaporunduva e aumentando o valor do produto e, conseqüentemente, gerando um aumento da renda do produtor.</p>
Autonomia Ambiental	<p>- A titulação trouxe benefícios ambientais como o direito de ter um ecossistema mais preservado, a retirada de terceiros do território quilombola, a diminuição do desmatamento e regeneração do local;</p> <p>- Depois do licenciamento para fazer a roça, eles sentem que perderam a autonomia ambiental trazida pelo título, pois agora tem que tirar guia para fazer roças e as áreas licenciáveis nem sempre são escolhidas conforme o conhecimento tradicional.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

4.2 Pluriatividade quilombola de Ivaporunduva

A pluriatividade quilombola de Ivaporunduva será apresentada nessa pesquisa por meio da seleção de cinco produtos comerciais e que estão divididos em atividades agrícolas e não agrícolas: banana orgânica, palmito pupunha, artesanato, doces e turismo (Quadro 5).

Quadro 5. Tipos de atividades comerciais agrícolas e não agrícolas da pluriatividade realizada no Quilombo Ivaporunduva.

Pluriatividade quilombola de Ivaporunduva	
Atividades agrícolas	Atividades não agrícolas
Banana orgânica Palmito pupunha	Artesanato Turismo de Base Comunitária Doces

Fonte: Perondi & Schneider (2011); e Dados da pesquisa, 2019.

A diversificação na produção no Quilombo Ivaporunduva foi sendo construída ao longo dos anos, em busca de maior renda e consequente autonomia econômica, em uma coexistência com a sua agricultura de subsistência tradicional. A pluriatividade é apontada também por estudos de Perondi & Schneider (2011), onde na agricultura familiar podem existir dois tipos de estratégias de reprodução feitas pelos agricultores familiares: exclusivamente agrícola e pluriatividade. Os agricultores que seguem a linha “exclusivamente agrícola”, são chamados de monoativos. Já o agricultor que segue a linha “pluriatividade”, chamados de pluriativos, podem ter atividades de base agrária (comércio e serviços agrícolas), que geram rendas agrícolas, e/ou intersetorial (comércio e serviços não agrícolas), que geram rendas não agrícolas (PERONDI; SCHNEIDER, 2011).

Quanto à diversificação, para Guyot *et al.* (2015) a diversificação de fontes de renda é uma estratégia econômica que a comunidade pode usar para se planejar para o futuro.

A pluriatividade realizada no Quilombo Ivaporunduva será apresentada a seguir dividida em duas seções: atividades comerciais agrícolas e atividades comerciais não agrícolas. Cada seção será apresentada por produto, com suas características de produção e o preparo que ocorre dentro do quilombo para a comercialização de cada produto.

4.2.1 Atividades comerciais agrícolas

4.2.1.1 Banana orgânica

Segundo o entrevistado (E1), cada produtor, que representa uma família quilombola, tem a sua terra e o seu plantio de banana (bananal). A produção não é coletiva e cada um é responsável por uma quantidade (cota). As duas variedades de produção de banana são nanica e prata.

Quando perguntado se o plantio era orgânico ou convencional, o entrevistado (E1) respondeu que *“Tudo que nós produzimos na terra é orgânico. Para nós isso é consciência. Nós nunca usamos veneno. Mas toda vez que a gente vai vender algum produto e não tem a prova que é orgânico, aí não vale, e vende como convencional”*. Ainda segundo o entrevistado, são poucas as cooperativas que trabalham com orgânico no Vale do Ribeira. A única comunidade que tem todo o solo orgânico é a Ivaporunduva. *“Toda a produção do Ivaporunduva é orgânica, porém só a banana é certificada”* (entrevistado E1).

Para comercializar, a Associação, que possui DAP jurídica, junta toda a carga de banana que foi produzida, dividida em cotas de produção, comercializa, e depois divide o valor pelas cotas de cada produtor, que possui um CPF e representa uma família com DAP física. A comercialização da banana orgânica para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é realizada por meio de chamada pública de editais de licitação de prefeituras municipais do Estado de São Paulo, onde a Associação Quilombo de Ivaporunduva, que representa os produtores da comunidade quilombola, participa dos processos e dá entrada com seu projeto de venda. *“Para fazer um contrato e para participar da licitação, ela (a comunidade) tem que ter a DAP jurídica. A cota é a DAP física, mas para negociar é a DAP jurídica, através da Associação. Tem que ver o número de famílias que vão participar do projeto. E tem dado certo desse jeito”* (entrevistado E1).

Quanto ao transporte da banana orgânica, o Quilombo Ivaporunduva realiza uma etapa de climatização da banana antes do transporte, com uso de gás etileno, que permite o preparo da banana em diferentes estágios de maturação, podendo ser transportada ainda verde, pré madura ou madura, dependendo da preferência que o comprador (prefeitura municipal) desejar. Essa preferência geralmente é especificada no edital de chamada pública.

Sobre a climatização, de acordo com o entrevistado (E1):

“Tem um pessoal que fez um cursinho para aprender a manusear a temperatura da banana e cuidam da parte de “amaduramento” da banana. A gente usa gás etileno, pois não é veneno e é liberado pelo IBD, para poder padronizar o tempo de amaduramento. Geralmente a prefeitura quer entrega de banana para a semana inteira, mas quando a prefeitura quer a banana madura, a gente dá dois gás: um gás no que vai começar a comer a partir de segunda-feira, e outro gás no que vai começar a comer a partir de quinta-feira. Tem uma banana que vai amarelinha no ponto para começar a comer e vai a banana verdulenga que vai amadurecer ainda, mas já recebeu o gás. O gás é para padronizar, para madurar por igual”.

A climatização também foi apontada pela pesquisa de Pedroso (2009), que, segundo o autor, costumava ser coordenada por atravessadores antigamente e com a abertura de novos mercados passou a exigir da comunidade um maior grau de capacitação e organização para atender as exigências dos contratos. Assim como para a Associação surgiram novas questões administrativas, tais como organização de documentos e gestão de contratos, emissão de notas fiscais.

Esse é um aspecto positivo que demonstra a evolução conquistada pela comunidade no seu processo de comercialização e autonomia, que buscaram a capacitação (*“Tem um pessoal que fez um cursinho para aprender a manusear a temperatura da banana”*) e assumir as novas questões operacionais e administrativas que surgiram.

Sobre o transporte da banana orgânica, a entrega da mercadoria é feita de forma semanal geralmente, mas pode ser mensal também, dependendo da demanda do comprador. A comunidade tem três veículos para utilização (dois caminhões e uma caminhonete), com capacidade de 6.000kg cada (Figura 23). Ainda sobre o transporte da banana, o entrevistado E1 complementou:

“O caminhão utilizado no transporte é o com carroceria. Viaja só a noite. Vai pra São Paulo umas 22h e na manhã descarrega. Campinas é a mesma coisa. Toda semana nós usamos dois caminhões para levar a banana por enquanto. Mas para São Paulo agora vai ser mais. A gente não sabe ainda quantos caminhões vai precisar, pois não saiu ainda o pedido. Nós já ganhamos o edital, estamos já dentro do projeto, falta só eles (São Paulo) começarem a fazer o pedido, se é demanda semanal ou mensal”.

Figura 23. A- Bananal orgânico; B- Caminhões para o transporte da carga do Quilombo Ivaporunduva.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quanto à distribuição, *“Tem uma central em Registro e outra central em São Paulo. Nós levamos a banana daqui e a cooperativa central faz a distribuição. Já para Santo André é diferente, pois estamos vendendo verde. Aí a gente contratou uma empresa de lá, que tem os equipamentos e então madura lá a banana e ela faz a distribuição. Ela cobra um valor e quem paga é a Associação”* (entrevistado E1).

Atualmente, existem 60 produtores de banana orgânica certificados pela empresa IBD. Em 2008, segundo Pedroso (2009), havia 38 produtores certificados em Ivaporunduva. Isso demonstra o interesse da comunidade em aumentar o número de produtores de banana orgânica com certificação.

4.2.1.2 Palmito Pupunha

Alguns produtores quilombolas cultivam o palmito pupunha além da banana, e atualmente existem seis produtores com certificação orgânica feita pela empresa IBD. *“A pupunha não são todos que produzem, só algumas famílias que produzem e vendem para as fábricas da região”* (entrevistada E2).

Para os produtores, a venda do palmito pupunha promove um aumento na geração de renda. *“Vendo pupunha para as fábricas. Eles encomenda (a fábrica), aí a gente corta e eles vem buscar, levam para as fábricas e pagam pra gente. É uma renda que ajuda também”* (entrevistada E2). Mesmo o palmito pupunha de Ivaporunduva sendo um produto orgânico, ainda é comercializado como convencional para as fábricas, *“pois não tem um comércio certo”* (entrevistado F1).

Conforme estudos realizados por NEVES *et al.* (2008), a pupunheira (*Bactris gasipaes* Kunth) é uma espécie que representa uma alternativa sustentável para a agricultura familiar, tendo em vista nas últimas décadas o aumento de restrições ambientais e econômicas ao extrativismo do palmito juçara (*Euterpe edulis* Mart.) e do açai (*Euterpe oleracea* Mart.), o que favoreceu o interesse por palmitos cultivados.

O palmital ainda existe no Quilombo Ivaporunduva e foi relatado que a pupunha começou a ser plantada no quilombo há 10 anos. *“O pessoal aproveitou o dinheiro do Pronaf, pois o juros é bem mínimo né, onde você podia pegar o dinheiro e começar a pagar depois que estivesse produzindo, depois de 2 anos, 2 anos e meio. E leva de 2 a 3 anos pra plantar e dar o palmito. Ivaporunduva tem uns 30 mil pés”* (entrevistado E1). No cultivo da pupunheira, os maiores custos operacionais ocorrem no primeiro ano e referem-se ao preparo da área, mudas, plantio, controle de plantas daninhas, insumos e mão de obra (NEVES *et al.*, 2008).

A pupunha vem sendo plantada também em outros quilombos do Vale do Ribeira (SP). “*Em Pedro Cubas, acho que eles plantaram mais de 200 mil pés*” (entrevistado E1). Segundo Ianovali (2015), a partir dos anos 2000, os agricultores quilombolas adotaram novos cultivares comerciais, como o cultivo da pupunha, como opção à extração do palmito juçara e ao cultivo comercial de banana, que já estava consolidado na região.

No Quilombo Ivaporunduva, além dos produtores de palmito pupunha, existem outros produtores que não acham vantajoso cultivar a pupunha e preferem ficar apenas com a produção de banana. De acordo com o entrevistado (E1), “*Ivaporunduva está mais para a banana e o turismo*” e ainda complementou:

“Tem caminhão que vai lá na comunidade buscar, mas aí tem atravessador. Mas para vender para fábrica com atravessador eu acho que não é uma boa, pois os caras se aproveitam muito, sabe? Você paga mais de 1 real a muda pra você plantar. Quando você vai vender, vende a 2 reais o palmito? Pra mim, não compensa, aí eu não planto. Então, eu vendo a banana. A banana mesmo sendo mais barato, acho que ainda dá lucro”.

Essa ausência de um consenso na produção de palmito pupunha ocorre pelo fato da produção ser individual (familiar) em Ivaporunduva, o que permite que haja decisões individuais da família de fazer ou não o cultivo (“*Pra mim, não compensa, aí eu não planto*”). A coletividade ocorre no momento da certificação e da comercialização, onde entra a Associação, que representa o grupo, para intermediar com a certificadora IBD. Com isso, é possível observar que em um quilombo podem existir momentos tanto de decisões coletivas quanto individuais, o que é um aspecto positivo, pois aproveitam a força que há no grupo e respeitam a individualidade de cada família.

4.2.2 Atividades comerciais não agrícolas

4.2.2.1 Artesanato

Atualmente, o artesanato realizado no Quilombo Ivaporunduva conta com 21 artesãos, sendo 19 mulheres e dois homens. Como matéria prima, utilizam a fibra do cipó e a fibra da banana, a mais utilizada, mas antigamente se fazia apenas a esteira com a fibra da taboa. Sobre esse artesanato realizado no quilombo antigamente, a entrevistada (E2) complementou que aprendeu a fazer o artesanato da esteira com sua mãe e avó, mas os outros tipos de artesanato, ela e os outros artesãos da comunidade aprenderam com os cursos do Instituto Socioambiental (ISA). Por meio desses cursos, o ISA ajudou a resgatar a cultura dos antepassados com taboa e madeira. Segundo o inventário do Andrade & Tatto

(2013), realizado no Ivaporunduva, o “Ofício de Artesão” envolve a prática de tecer fibras naturais para a produção de artefatos utilizados no processamento dos produtos da roça e outras atividades cotidianas.

Em 2007, a agenda socioambiental feita pelo ISA trouxe um levantamento das demandas de algumas comunidades do Vale do Ribeira, dentre elas Ivaporunduva. Na categoria “Cultura e Lazer”, as demandas foram a divulgação das coisas tradicionais da comunidade e o fortalecimento do artesanato quilombola (SANTOS; TATTO, 2008).

As artesãs e artesãos de Ivaporunduva utilizam algumas partes da bananeira, como a fibra do desbaste, a folha e a palha da folha. A entrevistada (E2) complementou que “a palha é o toco da bananeira, a gente corta ela, e lava, tira o filé, tira a barriga, tira a renda, a entrecasca e depois tira a casca, que é pra fazer as cordas da bolsa, porta-joias, descanso de panela. Eu aproveito tudo da bananeira, não perco nada” (Figura 24). Esse material para o artesanato foi relatado também por Santos & Tatto (2008) que é utilizado como matéria prima por outros quilombos do Vale do Ribeira.

Figura 24. Peças de artesanato: A - descanso de panela, feito com palha de bananeira; e B - esteira de taboa; feitos pelos artesãos de Ivaporunduva.



Fonte. Dados da pesquisa, 2019.

Quando perguntado se a banana usada era a mesma banana orgânica usada para comércio, a entrevistada (E2) disse que “sim, eu corto o cacho para a venda e o toco eu aproveito para o artesanato. Se eu vejo que a bananeira vai dar cacho, eu pego da outra que já foi cortada o cacho”.

Um aspecto positivo do seu modo de fazer o artesanato é o conceito de sustentabilidade que está presente no seu modo de produção, com o aproveitamento total da bananeira e todas as partes da planta (“eu aproveito tudo da bananeira, não perco

nada”), gerando um mínimo de resíduos, pois tanto a banana, que é o fruto da bananeira, que vai para a venda, como o restante da planta (caule, folhas) é aproveitado como material e utilizado no artesanato da comunidade. Outro aspecto positivo é o conceito de produto orgânico de sua matéria prima que também agrega valor ao produto.

Quanto ao produto ter um apelo ambiental, a entrevistada (E3) disse que eles têm a preocupação de ter um produto que seja adequado com o meio ambiente também, pois a palha é orgânica, vem da fibra da banana, da parte do toco da banana. *“Se você comprar uma bolsa nossa feita de fibra de banana ou taboa e não quiser usar mais ela e quiser jogar fora, ela será um retorno ao meio ambiente, pois ela é orgânica”*.

É possível notar que essa preocupação dos artesãos de Ivaporunduva com a questão do material a ser utilizado no produto ser orgânico e biodegradável, podendo retornar ao ciclo da natureza (*“e não quiser usar mais ela e quiser jogar fora, ela será um retorno ao meio ambiente”*), é um impacto positivo para o meio ambiente e para a sociedade como um todo, tanto como influência para os jovens que participam da produção e absorvem esse conceito sustentável quanto para o consumidor da bolsa, que será mais consciente.

Quanto à questão das mulheres no Ivaporunduva costumarem ir para roça, a entrevistada (E2) respondeu que as mulheres são agricultoras, trabalham na roça, tem a horta e o serviço delas, mas também trabalham no artesanato. *“Tudo elas ajudam. No artesanato tem homens também trabalhando além das mulheres”*. Essa presença de homens no artesanato, também foi apontado por Andrade & Tatto (2013), onde homens e mulheres se dedicam à atividade, fazendo para si e eventualmente para vender aos que não tem a prática de confeccionar ou como artesanato para visitantes.

Sobre o interesse dos jovens no artesanato, a entrevistada (E2) comentou que tem bastante jovem que se interessa pelo artesanato. *“Eles ajudam bem. Se eles não trabalham na fibra da banana, eles participam do bodoque, arco e flecha, instrumentos de bambu. Tudo eles participam. Tem uns 12 ou 15 anos pra cá que o artesanato tá mais forte”*.

Quando perguntado se o trabalho de artesanato era diário, a entrevistada (E2) respondeu que durante o dia vai pra roça e a noite fica no artesanato, mas não faz artesanato todo dia. Ainda complementou:

“Eu perco o sono porque eu sou muito viciada no artesanato né. Eu vou fazendo e vou guardando. Aí mando uma vez por mês para reposição caso precise, se não precisa eu trago pra cá. Não tem preguiça. Num dia de sol, de manhã eu vou pra minha roça, e na volta aí já corto o toco da bananeira e tiro as palhas e deixo secando. E quando seca, de madrugada, eu levanto e já faço meu artesanato”

De acordo com Andrade & Tatto (2013), nos últimos anos, a demanda de pessoas de fora por artesanato de fibras naturais e outros materiais estimulou a fabricação de peças diversificadas. Os principais recursos utilizados para a produção dos trançados são taquara, cipós, palha de milho, taboa, piri e uvá. Para o arremate utilizam corda feita da fibra da casca de algumas árvores, principalmente a embaúba e palmeira tucum (ANDRADE; TATTO, 2013).

Quando perguntado se a comunidade possuía alguma marca ou identidade visual, a entrevistada (E3) comentou que o artesanato do Ivaporunduva possui uma identidade chamada “Feito à Mão”, usada na etiqueta que acompanha os produtos da confecção de artesanatos a partir da palha da bananeira e outros produtos naturais (cipó, taboa), na parte da frente com informações sobre produto, preço e nome da artesã (Figura 25), e no verso sobre a comunidade e o desenvolvimento sustentável que essa geração de renda proporciona (Figura 26).

Figura 25. Etiqueta utilizada no artesanato com a identidade visual “Feito à Mão” (frente), com informações de produto, preço e nome da artesã.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Figura 26. Etiqueta utilizada no artesanato com a identidade visual “Feito à Mão” (verso), com informações sobre a localização geográfica da comunidade e relação com a natureza.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Sobre o objetivo de criar uma marca para o artesanato, a entrevistada (E3) respondeu que “a “marca” eles chamam de etiqueta com o nome de Ivaporunduva e foi criada há muitos anos”. Ainda complementou:

“Pra nós foi uma forma de divulgar um pouco mais de onde vem o nosso produto, quem é que faz, no caso o artesão, e o material. Nós trabalhamos com vários tipos de material: palha, fibra. Então, a gente achou importante identificar isso para os clientes. Às vezes, a pessoa compra o produto para dar de presente, mas não consegue explicar, identificar o material. Então, com essa etiqueta a gente consegue explicar e tem ajudado muito a gente e tem sido pedido pela maioria dos clientes”.

Essa é uma importante geração de renda para esta comunidade quilombola, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a conservação da Mata Atlântica (ANDRADE; TATTO, 2013).

Sobre a comercialização de artesanato e os tipos de mercados, a entrevistada (E2) relatou que os artesãos de Ivaporunduva vendem para o turista no quilombo, levam para vender nas pousadas, parques e eventualmente em feiras (por exemplo, na feira anual de troca de sementes). “Não participamos de feiras de orgânicos, vamos apenas a eventos”. Também disse que costuma deixar nas pousadas em Eldorado para vender, pois tem contato com as donas das pousadas, e, às vezes, os jovens vão ao Parque Estadual

Turístico do Alto Ribeira (PETAR) na serra e vendem. *“Também deixo no centro ao turista/visitante que tem na entrada de Eldorado”*. Nesse centro de visitantes em Eldorado está localizada a Casa do Artesanato, que vende peças de vários quilombos que estão presentes no município.

Algumas comunidades já produzem artesanato para venda em feiras e para visitantes. É o caso de Sapatu, Ivaporunduva, Pilões, Mandira, São Pedro, Praia Grande, Nhunguara e Porto Velho. Além das peças tradicionais de uso, fazem miniaturas e diversas peças de fibra de bananeira, como almofadas, jogos americanos, carteiras, bolsas e outros objetos. Na comunidade de Sapatu e Ivaporunduva, a comercialização destes produtos é complemento de renda para algumas mulheres (ANDRADE; TATTO, 2013).

Um exemplo de complemento de renda por meio do artesanato é a venda por encomendas, que tem surgido atualmente como uma nova oportunidade para os artesãos de Ivaporunduva. Em abril de 2019 foi solicitada à comunidade de Ivaporunduva uma grande encomenda de 200 bolsas para um evento do SESC de São Paulo, com a proposta de oferecer aos participantes do evento uma sacola retornável com tipo de material natural e feita por artesãos de uma comunidade tradicional quilombola.

Case de sucesso: bolsas retornáveis de palha para o SESC

Essa experiência da encomenda das bolsas feita pelo SESC foi relatada pela entrevistada (E2):

“A gente teve uma encomenda de umas 200 bolsas que veio do SESC, né. Ajudou bastante. Mas foi numa época de muita chuva, abril/maio veio a encomenda e nós não podia secar palha. Aí nós ficamos desanimados, mas aí quem fez a encomenda disse que podia ser com qualquer tipo de palha. Aí nós fizemos. Eles gostaram muito da nossa bolsa. Não só as bolsas, nós fazemos qualquer coisa que pedirem por encomenda. Com a fibra da bananeira e com a taboa (esteira). O tingimento a gente as vezes usa tinta daqui mesmo ou usa da própria bananeira, colorau, água da casca do jataí, urucum. A gente faz o tingimento da palha, pra vender um produto natural, a gente tem que fazer com esses corantes naturais”.

A partir dessa experiência, de acordo com a entrevistada (E3), a comunidade está pensando em uma nova forma de divulgação do produto e estão se organizando para construir uma página da comunidade de Ivaporunduva no Facebook e começar a oferecer os produtos do artesanato, para que o grupo possa receber novas encomendas.

Essa experiência da venda por encomendas teve um impacto positivo para a comunidade, não só pelo sucesso do produto no evento (*“Eles gostaram muito da nossa bolsa”*), mas também por ter aberto um caminho para uma nova forma de produção, onde

todos trabalham juntos em mutirão, e uma nova forma de comunicação de venda dos produtos do artesanato por meio da utilização da plataforma digital.

Outro aspecto positivo desse relacionamento com o cliente SESC, foi a instituição ter tido a compreensão de entender que a sazonalidade faz parte do trabalho do produtor rural e permitir fazer ajustes no tipo de material da encomenda (*“mas aí quem fez a encomenda disse que podia ser com qualquer tipo de palha. Aí nós fizemos”*). A questão da chuva e da impossibilidade de secar a palha acabou sendo um desafio para a comunidade, que soube reagir a tempo e superar as dificuldades, optando por um material alternativo para que não perdesse a venda e o bom relacionamento na comercialização.

4.2.2.2 Doces

Além do artesanato, os doces também são uma atividade não agrícola que promove geração de renda aos produtores quilombolas de Ivaporunduva. Os doces são feitos em fogão a lenha e os sabores mais comuns são doce de laranja, doce de mamão e doce de banana. Sobre os doces, a entrevistada (E2) relatou *“Eu faço bastante doce também pra vender, no fogão a lenha”*.

Sobre a matéria prima utilizada para fazer os doces, alguns entrevistados comentaram que o material (polpa da fruta, casca) vem do excedente da agricultura de subsistência e da venda, que é aproveitado para fazer os doces (entrevistados F6 e F10).

Quanto ao tipo de embalagem, a entrevistada (E3) relatou que o tradicional é que os doces sejam embalados na folha de bananeira ou palha de milho, agregando valor de produto natural à embalagem, mas também são vendidos em potes de vidro (Figura 26). *“Antigamente, isso era feito apenas com o doce de laranja, depois foi com o doce de mamão. O doce de banana normalmente é mais no vidro. Também tem aqueles doces de banana pequenos, que você apura um pouco mais, e consegue colocar na palha de bananeira e é oferecido aos turistas”* (entrevistada E3).

Sobre a comercialização dos doces, a entrevistada (E2) contou que *“os doces me ajudam bastante na renda. Eu tenho muitas pessoas aqui em Eldorado que já compram meus doces. Por exemplo, o doce de laranja, quando chega a época, eu faço e venho aqui vender, já tem a pessoa certa”*. Também é vendido aos turistas que visitam o quilombo e nas feiras junto com o artesanato (Figura 27).

Figura 27. Embalagem dos doces com folha de bananeira e em potes de vidro.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Com as entrevistas, foi possível perceber que eles vendem o doce por demanda. Com o pedido, eles produzem e vendem (*“quando chega a época, eu faço e venho aqui vender, já tem a pessoa certa”*).

4.2.2.3 Turismo de Base Comunitária

O Turismo de Base Comunitária na comunidade de Ivaporunduva vem ganhando força nos últimos anos como uma das fontes de geração de renda não agrícola. O quilombo recebe visitas todos os anos e tem uma média de 100 visitas por ano. Dentro do quilombo existe uma equipe de turismo, onde três pessoas da comunidade quilombola trabalham como contratados e fazem a intermediação com outras agências de turismo externas ao quilombo. *“É um jeito de gerar serviço para a comunidade. O nosso turismo é um turismo da comunidade, não de grupo ou de uma empresa”* (entrevistado E1). Como apontado por Martins (2015), no Ivaporunduva o turismo surgiu como alternativa de renda à agricultura, extrativismo e caça por causa das restrições da legislação ambiental, que limitou a realização das atividades tradicionais da comunidade.

Esses serviços turísticos gerados pela comunidade de Ivaporunduva oferecem oportunidades a pessoas da própria comunidade a terem seu emprego, sua própria renda, o que proporciona um aumento de autoestima dos quilombolas, e é um estímulo para que

estudem fora do quilombo, façam cursos de capacitação e retornem para compartilhar conhecimento ao grupo.

Sobre as atividades oferecidas no passeio turístico no quilombo, existem oficinas (turismo étnico) e trilhas (turismo ambiental). As oficinas falam sobre a história da escravidão, onde é contado todo o processo de como era no passado, por meio da fala, da culinária e das trilhas. A equipe de turismo conta com os monitores, que são preparados para fazer as oficinas.

Quanto às trilhas, o quilombo está próximo ao Parque da Caverna do Diabo, que fica a 10km de Ivaporunduva, e da Cachoeira Queda do Meu Deus, que possuem trilhas na mata e cachoeiras. Segundo o entrevistado (E1), *“tem famílias que vem passear no parque e dormem no Ivaporunduva. Do centro de Eldorado na Caverna dá 40km e lá do quilombo, nós estamos a 10km. Pode agendar 1 dia dentro da comunidade, 1 dia pra Caverna do Diabo, 1 dia pra Cachoeira Queda do Meu Deus. Nós estamos dentro de um potencial e aí nós usamos tudo isso né”*.

Sobre a questão de o Quilombo Ivaporunduva estar inserido no Bioma Mata Atlântica e isso favorecer o ecoturismo tanto dentro do quilombo como no entorno, o entrevistado (E1) complementou que:

“Tem um estudo da USP que fala que 30% da poluição da cidade de São Paulo é absorvida pela Mata Atlântica. Então, nós estamos dentro de uma riqueza que não é só do município de Eldorado, é do Estado inteiro. Tem várias unidades de conservação no Vale do Ribeira (Parque Caverna do Diabo, Capelinha, Parque Intervales, Parque Carlos Botelho, APA...), que prestam um serviço para todo o Estado de São Paulo”.

A comercialização de serviços turísticos no Ivaporunduva é realizada por meio da venda de “pacotes”. *“É o produto da comunidade”* (entrevistado E1). Sobre a forma de divulgação dos pacotes de turismo que eles oferecem, eles trabalham com várias agências em São Paulo, com quem a comunidade já trabalha há 10 anos e algumas há 20 anos, e que entram em contato com as escolas e faculdades. Também tem grupos que entram em contato direto com a comunidade, sem a intermediação da agência. Quando os coordenadores vendem o pacote, é informado as opções de oficinas que tem na comunidade e, então, as escolas escolhem quais oficinas que elas desejam e montam o pacote. De acordo com o entrevistado (E1):

“Aí eles entram em contato e passa o nosso valor para as agências. Aí ela vai vender. Aí quando chega fevereiro, ela começa a dar ok pra nós, com a data e o mês. Tem também as escolas e faculdades que trabalham sem agência. Essas também recebem a informação. Entram em contato direto com a gente. Aí eles começam a passar a data que eles vão vir”.

Segundo o entrevistado (E1), o perfil do turista que visita o quilombo é estudante de escola ou faculdade. Ainda complementou *“quanto às modalidades, tem o turista que fica um dia inteiro, chega de manhã e volta a tarde e tem o turista que faz pernoite. Tem escolas que vão dormir na comunidade e tem escolas que vão de manhã e voltam à tarde. Vai grupo também, mas é menos. De vez em quando vem estrangeiro (italiano, alemão)”*.

Outro exemplo de ação turística, que a comunidade do Ivaporunduva participa, é o “Circuito Quilombola Paulista” (Apêndice C), que é um roteiro turístico de base comunitária, que envolve 14 comunidades quilombolas, localizadas nos municípios de Barra do Turvo, Cananeia, Eldorado, Iporanga, Registro e Ubatuba, no Estado de São Paulo, e segundo os organizadores do Circuito é uma oportunidade única de conhecer a cultura afro brasileira, observando seus conhecimentos tradicionais, visitando as belezas naturais e, principalmente, ouvindo as histórias de luta e resistência das comunidades, que contribuem até hoje para preservar as riquezas da sociobiodiversidade da região (CIRCUITO QUILOMBOLA PAULISTA, 2019).

Quanto à infraestrutura para o turismo, eles trabalham com três ônibus para o transporte de turistas e tem uma pousada dentro do quilombo com instalações (cozinha, restaurante, quartos) para as refeições e pernoite de turistas, chamada Pousada de Ivaporunduva.

Portanto, com esses resultados foi possível perceber que a sustentabilidade que a comunidade de Ivaporunduva está em busca, pode ser refletida tanto na sua produção orgânica de banana e palmito, quanto nas atividades não agrícolas como artesanato e doces, que utilizam matéria prima natural, e turismo, o que proporciona uma comercialização mais sustentável para todos os cinco produtos.

É possível notar também que as atividades comerciais agrícolas promovem o aumento de renda e garantem a autonomia econômica e maior qualidade de vida, enquanto as atividades comerciais não agrícolas e a roça de subsistência mantém viva a tradição quilombola. Portanto, percebe-se a presença da pluriatividade na comunidade de Ivaporunduva e que tem sido positiva tanto para a evolução e fortalecimento do grupo quanto para a continuidade das próximas gerações quilombolas.

Quadro Síntese da pluriatividade quilombola de Ivaporunduva.

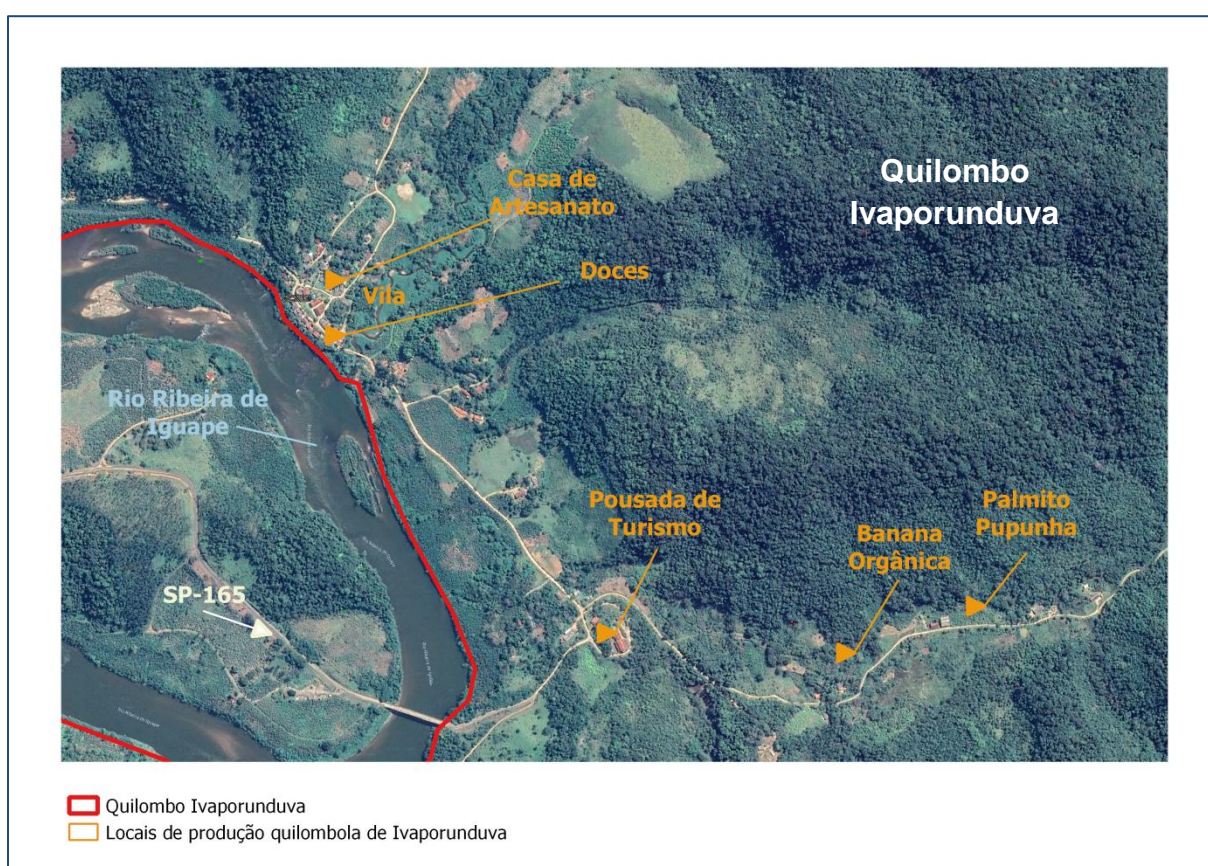
Produto	Síntese
Banana Orgânica	<ul style="list-style-type: none"> - Cada produtor tem o seu bananal e é responsável por uma quantidade (cota), que será comercializada pela Associação. - A comercialização para o PNAE é realizada por meio de chamada pública de editais de licitação de prefeituras municipais do Estado de São Paulo. - Atualmente existem 60 produtores de banana orgânica certificados pela IBD.
Palmito Pupunha	<ul style="list-style-type: none"> - Alguns produtores quilombolas cultivam o palmito pupunha além da banana, que são vendidas fábricas da região.. - Para os produtores, o palmito pupunha promove um aumento na geração de renda. - Atualmente existem seis produtores certificados pela IBD.
Artesanato	<ul style="list-style-type: none"> - Os artesãos utilizam o conceito de sustentabilidade no seu modo de produção, com o aproveitamento total da bananeira, orgânica, matéria prima que agrega valor ao produto e é uma influência para os jovens que participam da produção. - A experiência da venda por encomendas abriu caminho para uma nova forma de produção e de comunicação de venda com a plataforma digital. - Atualmente existem 21 artesãos na comunidade.
Doces	<ul style="list-style-type: none"> - A produção de doces promove geração de renda aos produtores quilombolas de Ivaporunduva. - Alguns doces são embrulhados na palha ou na folha da bananeira, agregando valor de produto natural à embalagem. - A venda do doce geralmente é feita por demanda, produzem após o pedido.
Turismo de Base Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> - O turismo de Ivaporunduva vem ganhando força nos últimos anos como uma das fontes de geração de renda não agrícola e de serviços feitos pela equipe da própria comunidade. - O quilombo recebe visitas todos os anos e tem uma média de 100 visitas por ano e o perfil de turistas é principalmente de escolas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

4.2.3 Mapeamento da pluriatividade quilombola de Ivaporunduva

Após a apresentação da pluriatividade representada pelos cinco produtos quilombolas agrícolas e não agrícolas (banana orgânica, palmito pupunha, artesanato, doces e turismo), foi criado um “mapa da pluriatividade” (Figura 28) identificando os locais de produção no quilombo, para uma melhor compreensão espacial sobre o que é produzido dentro do Quilombo Ivaporunduva, em meio à paisagem rural do Vale do Ribeira (SP) e o Bioma Mata Atlântica, para posteriormente entender o fluxo “do quilombo ao mercado” no próximo item do trabalho a ser discutido.

Figura 28. Mapa da pluriatividade do Quilombo Ivaporunduva, Vale do Ribeira, SP, Brasil.



Fonte: Google Satellite 2019; Dados da Pesquisa, 2019.

Ao observar o mapa (Figura 28), é possível identificar o local da Pousada de Ivaporunduva que foi construída próxima à entrada do quilombo pela SP-165 e não na Vila, provavelmente para facilitar a chegada e saída dos turistas. Também é possível observar as áreas certificadas do bananal orgânico e do palmital serem localizadas próximas à estrada que acompanha o Córrego Grande. Já o artesanato e os doces estão localizados na Vila, pois são produzidos geralmente nas casas dos quilombolas, muitas vezes durante a noite, pois durante o dia as mulheres estão trabalhando na roça.

É possível notar também no mapa a grande presença de vegetação do Bioma Mata Atlântica dentro do quilombo e no entorno, o que pode ser vantajoso e a comunidade pode fazer o uso sustentável dos recursos naturais presentes. Como por exemplo, a presença de 70 nascentes, garantindo água para sua produção e uso pelas famílias, também a biodiversidade para o banco de sementes existente no quilombo ou a matéria-prima para o artesanato e doces, como visto nos temas já discutidos ao longo do trabalho.

Por outro lado, é importante que a comunidade esteja atenta aos impactos ambientais e aos resíduos que são gerados por cada atividade, pensando na questão da sustentabilidade e na preservação dos recursos naturais. Por exemplo, na Pousada de Ivaporunduva, que é utilizada para o turismo, a presença de turistas acaba aumentando o consumo da água e a produção de esgoto e lixo. Conforme aumentar o fluxo de visitas e o número de turistas no quilombo, esses resíduos aumentam proporcionalmente.

É interessante também observar no mapa que o quilombo está às margens da rodovia estadual SP-165 e do Rio Ribeira de Iguape, sendo duas opções para o escoamento do que é produzido dentro do quilombo, que pode ter grande influência na sua produção e, conseqüentemente, na comercialização de seus produtos.

Pela pesquisa foi possível identificar que dos 13 produtores quilombolas entrevistados, 60% dos indivíduos são pluriativos. No Quilombo Ivaporunduva, pode-se concluir que além de existirem produtores pluriativos e famílias pluriativas, o próprio Quilombo é uma comunidade pluriativa!

4.3 Relação de Ivaporunduva com o Mercado

4.3.1 Mercados atuais de Ivaporunduva e novos mercados

A comunidade quilombola de Ivaporunduva já participa há muitos anos dos mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio de chamadas públicas dos editais de aquisição de alimentos. Sobre a participação no PNAE, segundo um entrevistado (E1), *“a banana orgânica a gente tem uma produção maior, a gente vende para as prefeituras e escolas, para merenda escolar”*. Para outro entrevistado (F1), *“o maior comprador é o governo, mas ultimamente ficou um pouco difícil, diminuiu um pouco”*. Quanto à participação no PAA, *“Nós já trabalhamos com o PAA desde 2004 com a Conab com doação simultânea”* (entrevistado E1).

No município de Eldorado, onde o Quilombo Ivaporunduva se localiza, um dos mercados atuais da banana orgânica é o PAA, com doação simultânea. De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o município de Eldorado participou do PAA, via doação simultânea, com a venda anual de 513.392kg do grupo de frutas, sendo a banana o principal produto com 480.511kg (94% do total). No grupo de extração vegetal, o palmito pupunha foi o mais significativo com a produção de 82.333kg. No grupo de grãos o feijão e o milho tiveram a produção de 4.000kg, além dos grupos tubérculos, processados, verduras e legumes (MDS, 2019).

O PAA é um programa que promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização, valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, bem como incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo (MDS, 2019).

Em 2005, foi observado por Pedroso (2009) que a Associação de Ivaporunduva fechou contrato com a Prefeitura Municipal de Campinas e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para participar do PAA, por meio da doação de banana orgânica para o Banco de Alimentos de Campinas (Ceasa Campinas). Quando perguntado sobre Campinas, o entrevistado (E1) disse que eles costumavam entregar no Banco de Alimentos de Campinas, pelo PAA, mas devido à atual redução no orçamento da Conab e no programa do PAA, por consequência diminuiu a demanda pelos produtos quilombolas.

Tendo em vista que esse relacionamento entre a comunidade e o PAA de Campinas começou em 2005 e ocorre até 2019, percebe-se que houve uma grande contribuição (de pelo menos 14 anos) da comunidade quilombola de Ivaporunduva, por meio da participação

no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com alimentos saudáveis e ambientalmente corretos para populações de baixa renda com vulnerabilidade social, promovendo a segurança alimentar.

Quando ao atendimento ao PNAE, atualmente a banana orgânica tem atendido às prefeituras municipais de São Paulo e Santo André. Segundo o entrevistado (E1):

“Nesse momento estamos trabalhando com Santo André (vai fazer 1 ano em outubro), entrega toda quarta feira, uma média de 12.000kg (toda semana). O PNAE é o 30% que é lei, onde a prefeitura compra da agricultura familiar”. Sobre a prefeitura de São Paulo, o mesmo entrevistado complementou “estamos com o PNAE também, para merenda escolar, mas são várias cooperativas da região do Vale do Ribeira (Cooperquivale, Associação Quilombo de Ivaporunduva e cooperativa não quilombola (que é da agricultura familiar) que se juntaram para pleitear a cota da prefeitura de São Paulo. Algumas cooperativas têm produção orgânica (Cooperquivale e Ivaporunduva) e outras têm produção convencional.”

Cada caminhão utilizado no transporte e comercialização da banana tem capacidade de transportar 6.000kg. A produção anual de banana orgânica de Ivaporunduva, considerando apenas a entrega para a prefeitura de Santo André (SP), foi em 2019 cerca de 576.000 kg.

Ainda sobre Campinas (SP), também foi observado por Pedroso (2009) que em 2005 a comunidade de Ivaporunduva iniciou a comercialização da banana climatizada para Campinas (SP). Sobre isso, o entrevistado (E1) disse que eles costumavam entregar produtos para merenda escolar, pelo PNAE, mas complementou *“tinha Campinas (SP), mas agora parou, pois com Campinas (SP) teve uma chamada pública no primeiro semestre e ganhamos, o contrato com a prefeitura dura só 1 ano. Aí estamos esperando outra chamada pública que ainda não saiu”*.

Esse exemplo de Campinas (SP) mostra que a luta da comunidade quilombola de Ivaporunduva para “ter comércio” nesse mercado institucional do PNAE é anual, assim como para as outras comunidades do Vale do Ribeira, representadas por suas associações e cooperativas.

Além desses citados, Ivaporunduva também já atendeu a merenda escolar pelo PNAE dos municípios de Suzano (SP) e Embu das Artes (SP). Segundo o entrevistado (E1), *“com Embu das Artes (SP) trabalhamos também por cinco anos com merenda escolar”*. A participação da comunidade no PNAE de Suzano (SP) foi descrita também por Pedroso (2009), que mencionou ter sido a primeira licitação pública municipal em que Ivaporunduva participou, ocorrida em 2006, e a partir de então iniciou o processo de comercialização da banana para o município.

Para Andrade *et al.* (2019), no caso dos quilombolas do Vale do Ribeira, com o acesso a estes programas de políticas de incentivo à comercialização de produtos dos

agricultores tradicionais, como PAA e o PNAE abriu-se uma oportunidade de comercializar tudo aquilo que nunca era vendido (por exemplo: cara, taioba, inhame, batata-doce, frutíferas, hortaliças, legumes).

Segundo relatos das lideranças quilombolas, estes programas também contribuem para manter a juventude nos territórios ao oferecer renda (ANDRADE *et al.*, 2019).

Com esses resultados, observa-se que a produção orgânica de banana que é utilizada no PNAE, é uma forma da comunidade quilombola participar de políticas públicas, promover uma alimentação saudável à sociedade e estar inserida no movimento agroecológico.

Quando perguntado sobre as dificuldades e superações encontradas ao longo dos anos, foi mencionado que atualmente, devido à redução do orçamento da Conab para o PAA, todas as associações e cooperativas do Estado de São Paulo que trabalham com agricultura familiar estão indo para a chamada pública das prefeituras, o que aumentou a concorrência. De acordo com o entrevistado (E1),

“Aí a disputa é muito grande, jogando uma cooperativa contra a outra. O que acontece é que umas ganham e tem comércio e outras não e ficam um ano sem ter comércio. Aí por conta disso nós estamos pensando em outros mercados também. Estamos começando a discutir sobre essa situação pra ver isso aí né. E também as prefeituras estão seguindo um modelo complicado também. Se fosse edital por produto individual (ex. edital de laranja, alface etc), mas não, está um edital com tudo junto, num pacote só. Dessa forma como está, ele dá prioridade pros sacolões ganhar pois tem tudo né. São Paulo capital tá fazendo isso também e tá ferrando com nós. Aí nós gritamos e deu uma segurada, mas já ia fazer desse jeito”.

Pelos relatos é possível observar que o edital de chamada pública de uma prefeitura, dependendo como é feita a sua elaboração, pode ser direcionado para grupos específicos que atendam ao modelo, o que às vezes pode acarretar a exclusão de alguns grupos. Por exemplo, num edital com modelo de aquisição total, pode excluir aqueles que apenas vendem para aquisição parcelada (por produto), que é o caso do Quilombo Ivaporunduva. Outras vezes pode beneficiar produtores locais do próprio município, caso no edital seja colocado essa preferência. Quando o entrevistado (E1) menciona *“as prefeituras estão seguindo um modelo complicado também”*, parece ser uma tendência dos municípios do Estado de São Paulo de fazer o edital no modelo de aquisição total (pacote fechado).

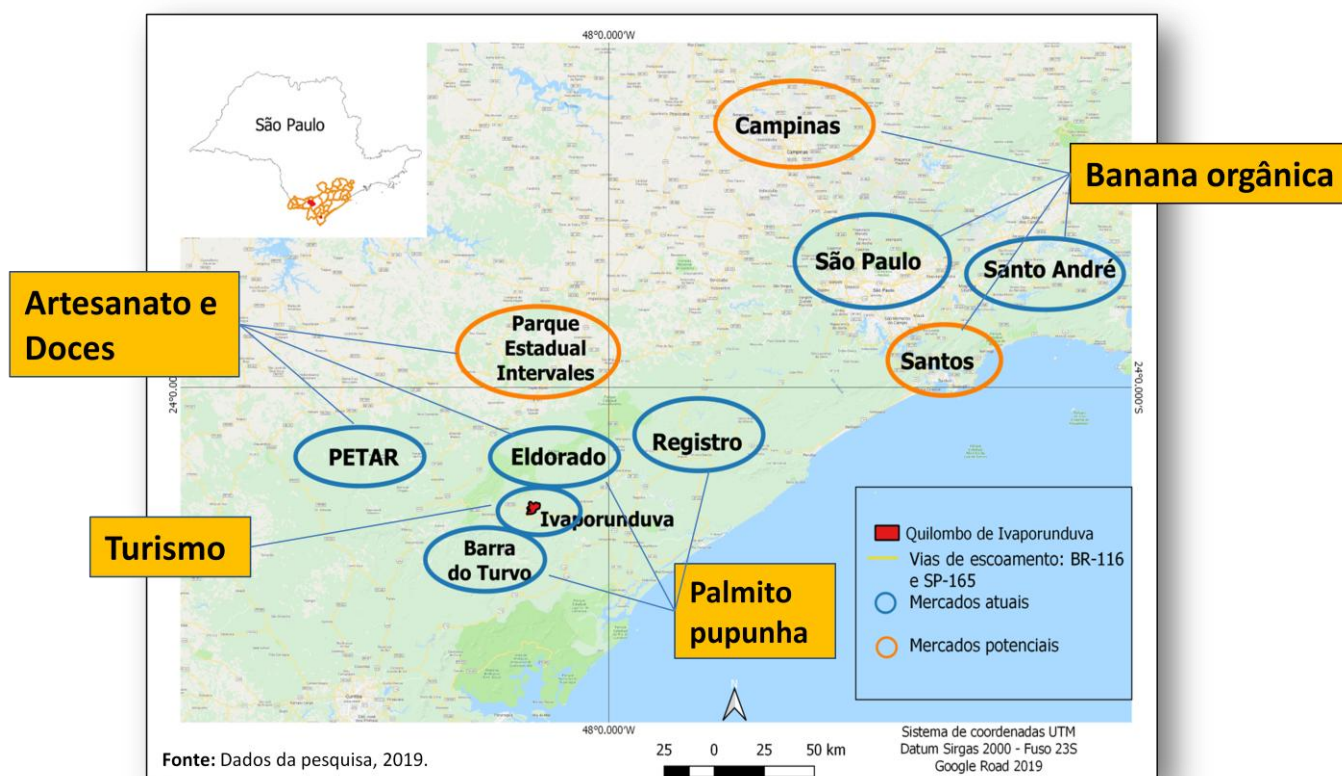
Portanto, é interessante ver como a comunidade de Ivaporunduva já começa a se mobilizar para fazer ajustes na sua comercialização e se adaptar a nova realidade do cenário econômico que se apresenta (*“aí por conta disso, nós estamos pensando em outros mercados também. Estamos começando a discutir sobre essa situação pra ver isso aí né”*).

4.3.2 Mapeamento dos mercados atuais e potenciais de Ivaporunduva

De acordo com os resultados da pesquisa foi possível mapear os mercados atuais e potenciais para os produtos produzidos e ofertados pela pluriatividade quilombola de Ivaporunduva. Foi possível traçar de forma geográfica e se ter uma visão estratégica de como é, e como poderá ser, a área de atuação da comercialização do quilombo (Figura 29).

Para a banana orgânica, existem os mercados dos municípios de São Paulo e Santo André (atual) e em Campinas e Santos (potencial). Para o palmito pupunha, existe o mercado das fábricas situadas em Barra do Turvo, Eldorado e Registro (atual) e mercado de orgânicos (potencial). Para o artesanato e os doces, existe o mercado dos Parques, sendo PETAR (atual) e Parque Estadual Intervales (potencial), o mercado das pousadas em Eldorado (atual) e o mercado do SESC (atual). Para o turismo, existe o mercado da acolhida na propriedade, no próprio quilombo (atual).

Figura 29. Mapa de atuação geográfica do Quilombo Ivaporunduva e sua pluriatividade frente aos mercados atuais e potenciais.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Pelo mapa da Figura 29, nota-se que o Quilombo Ivaporunduva está localizado em uma posição geográfica estratégica para o escoamento dos produtos da pluriatividade, próxima à estrada SP-165, às margens do Rio Ribeira de Iguape, conectando o quilombo com os mercados de grandes centros urbanos. O quilombo está distante de São Paulo em

290 km, e Curitiba, em 203 km, bem como a cidade de Registro (SP), que é a capital regional do Vale do Ribeira, a 98 km, por meio da rodovia BR-116. Então, as rodovias SP-165 e BR-116 podem ser consideradas vias de escoamento da produção utilizadas pela comunidade e de acesso a novos mercados (Quadro 6).

Quadro 6. Distância em quilômetros (km) de cada mercado em relação ao Quilombo Ivaporunduva.

Mercado	Distância do Quilombo (Km)	Rodovia
PETAR	41	SP-165
Eldorado	44	SP-165
Barra do Turvo	58	SP-165
Registro	101	SP-165 e BR-116
Santos	278	SP-165 e BR-116
São Paulo	300	SP-165 e BR-116
Santo André	323	SP-165 e BR-116
Campinas	358	SP-165 e BR-116

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Quanto ao interesse por novos mercados, para a banana orgânica foi mencionado que *“Nós temos interesse sim, não só em Campinas, mas em várias outras prefeituras. A gente participou da chamada pública de várias outras, mas a gente perdeu. Perdemos o edital em Santos, quem ganhou foi a Cooperquivalê aqui de Eldorado. Teve outra cidade que nós perdemos, pois a prefeitura falou que no edital a preferência era a cooperativa local”* (entrevistado E1). Já para o palmito pupunha, os novos mercados podem ser a comercialização do produto orgânico.

Sobre o projeto antigo de fábrica de banana passa, relatado em Pedroso (2009), o entrevistado (E1) disse *“Sim, construímos um prédio, mas não conseguimos recursos pra colocar em operação. O prédio ainda existe, mas faz tempo isso, nós nem pensamos mais nisso. Hoje se tornou um galpão multiuso”*.

Quanto às novas oportunidades que ainda existem e os novos mercados, como por exemplo, o mercado de biomassa de banana verde, já que produzem a banana nanica orgânica no quilombo, o entrevistado (E1) respondeu *“Olha, a gente ainda não pensou nisso, mas quem sabe mais lá na frente. Ainda não chegou na comunidade uma proposta*

nesse sentido pra gente fazer a biomassa e vender né. Sim, se aparecer a gente pode discutir a ideia na comunidade”.

Outra sugestão que a pesquisa pode dar é a utilização do selo SENAF Quilombola do MDS (2019) nos produtos quilombolas de Ivaporunduva de artesanato, doces e palmito orgânico, mas é necessário que o quadro social da Associação seja constituído de mais da metade de quilombolas agricultores familiares. Esse selo é interessante, pois possui um QR-code que permitirá um rastreamento e dará informações aos clientes sobre a produção quilombola de Ivaporunduva.

Sobre a participação em alguma feira orgânica ou sacolão, por exemplo, em Eldorado ou Registro, o entrevistado (E1) respondeu *“Não, não participamos de nenhuma feira. Nem sacolão. Feira e Sacolão a gente até tinha interesse. Feiras a gente só vai naquela de 1 dia de algum evento em São Paulo (ex. Feira da Reforma Agrária). Restaurante não atendemos também. Atualmente, o único mercado que a gente tá atendendo são as prefeituras/merenda escolar. Mas com a política desse governo novo, a gente tá até pensando em outros mercados”.* *“A Associação está buscando novos comércios”* (entrevistado F6).

Essas novas conexões do quilombo ao mercado, trazem novas oportunidades de trabalho e renda para que os jovens possam e queiram permanecer no quilombo, continuar a tradição de suas famílias e manter sua identidade e cultura em seu território, mesmo ao entrar em contato com outras culturas. Para Suzuki & Martins (2015), a permanência dos jovens nos quilombos pode assegurar a titulação de suas terras e o acesso às políticas públicas do Estado.

4.3.3 Circuitos de comercialização de Ivaporunduva

Nessa seção será analisado o tipo de circuito de comercialização em cada um dos cinco produtos da pluriatividade de Ivaporunduva.

Na comercialização da banana orgânica, o entrevistado (F1) relatou que não usam atravessadores e levam direto até o comprador, que pode ser um centro de distribuição, no caso do PAA ou uma prefeitura municipal, no caso do PNAE. Nesse caso, a venda é indireta, pois não há contato com o consumidor final, que será um beneficiário (PAA) ou um estudante da escola que consumir a merenda escolar (PNAE), mas tendo em vista que só há apenas um intermediário entre o produtor e o consumidor, pode-se dizer que é um circuito curto de comercialização (Quadro 7). Darolt *et al.* (2013) aponta que a venda de produtos via circuitos curtos de comercialização, por venda direta ou indireta com um

intermediário, reforçam a noção de autonomia e conferem uma maior participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo.

Quadro 7. Tipos de comprador, consumidor final e circuito de comercialização por produto da pluriatividade do Quilombo Ivaporunduva.

Produto	Tipo de Comprador	Tipo de Consumidor final	Tipo de Circuito de comercialização
Banana orgânica	Conab/SP	Beneficiário (PAA)	Curto
	Prefeitura municipal	Estudante (PNAE)	Curto
Palmito pupunha	Fábrica de palmito	Cliente	Longo
Artesanato	Cliente	Cliente	Curto
Doces	Cliente	Cliente	Curto
Turismo	Agência de turismo	Turista	Curto
	Escola (sem agência)	Turista	Curto

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quanto à comercialização do palmito pupunha orgânico, os produtores quilombolas não tem contato direto nem com o comprador nem com o consumidor final, pois vendem por meio de atravessadores para as fábricas da região. Logo, tendo em vista haver mais de um intermediário entre produtor e consumidor, esse circuito de comercialização é longo.

Na comercialização do artesanato e dos doces, a comunidade tem contato direto com os consumidores (clientes) na hora da venda dos produtos, seja nas feiras, nas pousadas ou no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). Então, esse circuito de comercialização é curto e a venda é direta.

Já na comercialização do turismo, a comunidade tem contato com o consumidor final (turista) na hora da realização do pacote de turismo, porém geralmente não há contato direto com o comprador no momento da comercialização, pois é intermediado entre a agência de turismo de Ivaporunduva e as agências em São Paulo (venda indireta). Mas existem casos em que a escola entra em contato direto com a comunidade sem a intermediação de agência externa (venda direta). Então, esse circuito de comercialização é curto, pois possui apenas um intermediário e é do tipo “acolhida na propriedade”. Conforme apontado também por estudos de Darolt *et al.* (2013), em pequenas propriedades familiares

é interessante vender preferencialmente de forma direta e potencializar os serviços na propriedade, como por exemplo, por venda direta com acolhida na propriedade.

Por fim, pode ser notado que o tipo de circuito de comercialização utilizado pela comunidade de Ivaporunduva nas suas sete relações de venda realizada por meio dos produtos da pluriatividade é curto em sua maioria (85% dos produtos).

Esse aspecto é positivo para a comunidade, pois mostra que existe uma relação de proximidade com os consumidores finais, de um modo geral, principalmente no artesanato, doces e turismo quando ocorre o movimento do turista indo ao encontro do Quilombo Ivaporunduva e tendo contato direto com a comunidade e sua cultura. Isso fortalece a construção social de novos mercados.

5. CONCLUSÃO

O estudo apresentou a pluriatividade da comunidade quilombola de Ivaporunduva e a sua relação com o mercado como um caminho para manter a tradição e a sustentabilidade no quilombo. A pesquisa mostrou que o perfil da comunidade quilombola de Ivaporunduva se baseia nos três pilares da sustentabilidade: perfil social, perfil econômico e perfil ambiental. Em seguida, apresentou a pluriatividade que é realizada dentro do quilombo, por meio de cinco produtos comerciais, incluindo atividades agrícolas e não agrícolas: banana orgânica, palmito pupunha, artesanato, doces e turismo. Ao final, apresentou também uma análise da relação do quilombo com os mercados atuais e potenciais e uma análise dos circuitos de comercialização de Ivaporunduva.

Sobre o perfil da comunidade, os resultados mostraram que a mesma encontra-se baseada nos princípios da economia solidária e democracia, pois existe uma autogestão e todos os assuntos coletivos do quilombo são discutidos em grupo, por meio da Associação Quilombo de Ivaporunduva e das coordenações, que trabalham de forma coletiva por meio de reuniões e acatam o que a maioria decide.

Sobre a titulação, a comunidade relatou que o título da propriedade do território quilombola trouxe benefícios diretos e indiretos, como o direito a terra, segurança e acesso a projetos e participação de chamadas públicas para comercialização, e também benefícios ambientais como a maior preservação de suas terras, com a retirada de terceiros, diminuição do desmatamento e a presença de 70 nascentes dentro do quilombo. Conclui-se que o título está permitindo uma reprodução social, econômica, ambiental e cultural de Ivaporunduva.

Por meios dos resultados aqui apresentados, foi possível perceber pelo perfil da comunidade quilombola de Ivaporunduva que a comunidade está no caminho do desenvolvimento rural sustentável em suas atividades cotidianas, pois conseguiu um equilíbrio ambiental, cultural, econômico e social. É possível perceber também que a comunidade está buscando a sustentabilidade da cultura quilombola, por meio da estratégia da pluriatividade, com a diversificação de suas atividades econômicas em comerciais agrícolas e não agrícolas, que proporciona um aumento de renda, autonomia econômica e maior qualidade de vida, e que permite a permanência dos jovens e uma coexistência da produção comercial com a sua agricultura de subsistência tradicional. Portanto, nota-se que a pluriatividade é fundamental para o alcance da sustentabilidade social, econômica, cultural, e para a manutenção da tradição quilombola de Ivaporunduva.

A pluriatividade de Ivaporunduva está permitindo a manutenção da tradição das roças de subsistência, utilizada para autoconsumo das famílias no quilombo. A renda obtida

com a venda dos produtos orgânicos permite uma qualidade de vida, que também permite manter o modo tradicional de cultivo de roças.

Portanto, nessa comunidade pluriativa de Ivaporunduva tem o turismo de base comunitária, com acolhida na Pousada de Ivaporunduva, tem os doces tradicionais vendendo na cidade e na feira, o artesanato nos parques, têm 60 produtores de banana orgânica e seis produtores de palmito pupunha orgânico certificados pelo IBD, entre outros produtos orgânicos, e tem a produção local para subsistência com as roças.

Sobre a relação com o mercado, nos mercados institucionais, atualmente a banana orgânica tem atendido às prefeituras municipais de São Paulo e Santo André pelo PNAE. Sobre as dificuldades e superações, tem aumentado a concorrência pelos editais entre associações e cooperativas do Estado de São Paulo, e por conta disso a Associação está pensando em outros mercados.

Nota-se que o Quilombo Ivaporunduva está localizado em uma posição geográfica estratégica para o escoamento de sua produção, próxima à estrada SP-165, às margens do Rio Ribeira de Iguape, conectando o quilombo com os mercados de grandes centros urbanos. Então, as rodovias SP-165 e BR-116 podem ser consideradas vias de escoamento da produção utilizadas pela comunidade e de acesso a novos mercados.

O tipo de circuito de comercialização utilizado pela comunidade de Ivaporunduva é curto em sua maioria (85% dos produtos), que é um aspecto positivo para a comunidade, pois tem uma relação de proximidade com os consumidores finais, de um modo geral, principalmente no artesanato, doces e turismo quando ocorre o movimento do turista indo ao encontro do quilombo e tendo contato direto com a comunidade. Isso fortalece a construção social de novos mercados.

Considerando os resultados da pesquisa é perceptível que o quilombo estudado tem uma importância estratégica para a sociedade em geral e na questão ambiental, com a preservação da Mata Atlântica, na questão de alimentos saudáveis e de segurança alimentar e na questão de proporcionar um contato com a natureza para centenas de escolas que participam do turismo de base comunitária. Portanto, é estratégica a manutenção da qualidade de vida da comunidade de Ivaporunduva.

Essa pesquisa contribui para ser um instrumento de apoio na luta e resistência das comunidades quilombolas, pois mostra ao Poder Público e a toda a sociedade como a manutenção da cultura quilombola é importante e que, para tanto, a continuidade de políticas públicas é necessária. Portanto, indicam-se trabalhos futuros que venham a contribuir para o desenvolvimento local, por meio de pesquisas envolvendo o estudo das relações da agricultura familiar de uma comunidade tradicional a fim de verificar a influência da produção quilombola na alimentação saudável do consumo da banana orgânica pelos beneficiários do PAA e estudantes do PNAE, da conscientização dos consumidores de

palmito pupunha orgânico, do artesanato sustentável, dos doces tradicionais e da acolhida dos turistas no quilombo, bem como em novos mercados da produção orgânica na sociedade como um todo.

Fazendo uma analogia da cultura a uma árvore, existem as raízes que são os costumes e um conhecimento tradicional da própria cultura, que permanecem vivas e mantêm a identidade cultural e a tradição. Mas assim como a árvore tem seus galhos na copa, a cultura também está aberta a novos conhecimentos e relações sociais, econômicas e ambientais, que vão construindo e reconstruindo a sua cultura. É isso que foi observado nessa pesquisa na comunidade quilombola de Ivaporunduva. A comunidade mantém a cultura viva, seja pelas roças, pelo artesanato, pelos doces embalados em folha de bananeira, pelo turismo, mas também está aberta a atividades comerciais agrícolas como a banana orgânica e o palmito pupunha, que trazem novas oportunidades de renda, maior qualidade de vida, preservam o meio ambiente e resgatam os jovens para o quilombo, o que promove o fortalecimento do grupo e da cultura quilombola e do movimento agroecológico como um todo.

Portanto, com essa pesquisa, conclui-se que a comunidade quilombola de Ivaporunduva é uma comunidade pluriativa e que a estratégia da pluriatividade, que possibilita a permanência dos jovens e a coexistência da produção comercial com a agricultura de subsistência tradicional, é um caminho para a sustentabilidade do quilombo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA BRASIL. **Patrimônio quilombola pelo Iphan**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/plantio-tradicional-de-quilombolas-recebe-titulo-de-patrimonio-do>. Acesso em: 27 dez. 2019.

AMARAL, S.de. **O Pensamento Selvagem de Lévi-Strauss**. Unicamp, 2013.

ANDRADE, A.M.; TATTO, N. **Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.

ANDRADE, A. M.; DIAS, L. M. de F.; BIESEK, M. F.; PASINATO, R. Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira, SP. *In*: EIDT, J.S.; UDRY, C. (Orgs.). **Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil**: Coleção Povos e Comunidades Tradicionais, vol. 3. Brasília, DF : Embrapa, p. 55-92, 2019. ISBN: 978-85-7035-893-6.

BARBOZA, G. dos S. **Relatório Etnológico Técnico-Científico**: Projeto 001/92. 1993.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOND, A. J.; MORRISON-SAUNDERS, A. Sustainability appraisal: jack of all trades, master of none? **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 27, n. 4, p. 321-329, 2009. <http://dx.doi.org/10.3152/146155109X479422>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União de 06/10/1988. (1988a).

BRASIL. **Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília: Diário Oficial da União de 21/11/2003. (2003a).

BRASIL. **Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Diário Oficial da União de 08/02/2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 21 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília: Diário Oficial da União de 22/08/2012.

BRASIL. **Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988.** Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União de 23/08/1988. (1988b).

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União de 24/12/2003. (2003b).

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 23 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Diário Oficial da União de 24/07/2006. (2006a).

BRASIL. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União de 26/12/2006. (2006b).

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 15 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos de educação básica. Brasília: Diário Oficial da União de 16/06/2009.

CATI. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Relatório do I Encontro de Comunidades Quilombolas**, Campinas – SP. Acesso em: 20 jun. 2018.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CIRCUITO QUILOMBOLA PAULISTA – Quilombola Route of São Paulo. Disponível em: http://latinamerica.wtm.com/___novadocuments. Acesso em: 30 abr. 2019.

COOPERAFLORESTA. **Agrofloresta, ecologia e sociedade.** Curitiba: Kairós, 2013. 422 p.

COSTA, A. C. **Rio de muitos frutos: o quilombo compondo identidades em Ivaporunduva (Vale do Ribeira SP).** Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAROLT, M. et al. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FLORES, Patrícia. Organic Agriculture in Latin America and the Caribbean. In: The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends Research. **FiBL & IFOAM – Organics International**: Frick and Bonn, 2017. p. 246-249.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE/MEC nº 4**. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília: DOU de 04/04/2015.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES – FCP. Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/?s=comunidades+mapeadas>. Acesso em: 05 jan. 2020.

GIACOMINI, R. L. B. **Conflito, Identidade e Territorialização**: Estado e Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira de Iguape – SP. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GIL, A. C., **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUZMÁN. E. S.; MONTIEL, M. S.; HERNÁNDEZ, D. G.; SÁNCHEZ, I. V.; COLLADO, A. C. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Espanha: Fundación Pública Andaluza, Centro de Estudios Andaluces, 2012. Disponível em: http://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/CCC_alimentaria_en_Andalucia_2012.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

IANOVALI, D. **A agricultura quilombola no Vale do Ribeira-SP**: comparação entre as agriculturas itinerante e permanente. Dissertação (Mestrado em Ciências/Ecologia Aplicada), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

IANOVALI, D.; ADAMS, C.; RIBEIRO FILHO, A.A.; KHATOUNIAN, C.A. Produtividade agrícola e mudanças socioculturais: a agricultura quilombola no Vale do Ribeira-SP Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 49, 221-238, 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v49i0.54697>.

IBGE – Instituto Brasileiro de e Geografia e Estatística, Censo Agropecuário, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 05 dez. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2018.

IBD CERTIFICAÇÕES. **Programa de Certificação de Ivaporunduva**. Disponível em: <https://www.ibd.com.br/customers/?certificados=&produto=&cliente=IVAPORUNDUVA&country=&state=&m=first>. Acesso em: 05 dez. 2019.

IFAT. International Federation of Alternative Trade. **Fairtrade**. Disponível em: <https://faircompanies.com/articles/international-federation-for-alternative-trade-ifat>. Acesso em: 15 jan. 2020.

INPA. **O fruto de maná cubiu**. Disponível em: inpa.gov.br/cpca/areas/cubiu.html. Acesso em: 10 jan. 2020.

ISA – INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Licença ambiental quilombola**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/governo-de-sp-reconhece-que-roca-tradicional-quilombola-mantem-a-floresta-em-pe>. Acesso: 20 jan. 2020.

ITESP. **Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997.

ITESP. **Fundação ITESP – Sua História e Realizações – Evolução das Políticas Agrária e Fundiária do Estado de São Paulo**. São Paulo: ITESP, 2013.

ITESP. **Mapa das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://201.55.33.20/arquivos/quilombos.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2018.

JANCZ, C.; MARQUES, G.; NOBRE, M.; MORENO, R.; MIRANDA, R.; SAORI, S.; FRANCO, Vivian. **Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira**. São Paulo: SOF, 2018. 84p.

JERONYMO, A. C. J.; BERMANN, C.; GUERRA, S. M. G. Considerações sobre a desconstrução do licenciamento ambiental brasileiro. **Ra'e Ga**, Dec, 2012, Issue 26, p.182(23). ISSN: 2177-2738.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem de Lévi-Strauss**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

LOBÃO, A. **Quilombos e quilombolas: passado e presente de lutas**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

LOURENZANI, A. E. S.; SCHIAVI, S. M. A.; SILVA, A. L.; SOUZA FILHO, H. M. Barreiras e oportunidades na comercialização de produtos hortícolas provenientes da agricultura familiar: um estudo de caso em assentamentos no município de Araraquara-SP. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40, **Anais**. Passo Fundo, 2002.

LUCA, F. V.; KUBO, K. R. Meios de vida rurais sustentáveis em um contexto de agricultura de pousio associada à produção de carvão vegetal em comunidades rurais de Biguaçu/SC. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 35, 367-383, 2015.

MANZATO, A. J. e SANTOS, A. B.. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. Departamento de Ciência de Computação e Estatística–IBILCE–UNESP, p. 1-17, 2012.

MANZINI, E. J. Entrevista semiestruturada: Análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos. **Anais**. Bauru: SE&PQ, v. 1, p. 1-10, 2004.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa Nº 19**. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Brasília: DOU de 29/05/2009.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Certificação e Selo do Produto Orgânico Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/@@search?SearchableText=certifica%C3%A7%C3%A3o>. Acesso: 20 jan. 2020.

MARTINS, P. S. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. **Estudos Avançados**, v. 53, n. 19, p. 209-220, 2005.

MARTINS, A.B.M. **A experiência de turismo do Quilombo Ivaporunduva, Eldorado, São Paulo**: análise dos elementos responsáveis pelo seu desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social. **Dados CONAB de Doação Simultânea no município de Eldorado**. Disponível em: <http://mapas.cnpm.embrapa.br/mds/?layers=5>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature** n. 403, p. 852-858, 2000.

NEVES, E. J. M.; SANTOS, A. F. dos; CORRÊA JÚNIOR, C.; RODIGHERI, H.R.; KALIL FILHO, A.N.; BELLETTINI,S.;TESSMANN, D.J. Cultivo da Pupunheira para Produção de Palmito. *In*: NEVES, E. J. M.; SANTOS, A. F. dos; CORRÊA JÚNIOR, C. (Orgs.). **Palmeiras para Produção de Palmito**: Juçara, Pupunheira e Palmeira Real. Colombo: Embrapa Florestas, p. 39-63, 2008. ISBN 978-85-89281-21-8.

NIEDERLE, Paulo. Mercados como arenas de luta por reconhecimento: disputas morais na construção dos dispositivos de qualificação dos alimentos. **Política & Sociedade**, May-Aug 2016, Vol.15(33), pp.97-130.

PEDROSO, F. G.; ZANIRATO, F.; RETTL, K. ; GAMBERINO, M. M. **Banana orgânica no Quilombo de Ivaporunduva**: uma experiência para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2007.

PEDROSO, F. G. **As experiências de desenvolvimento sustentável do Quilombo de Ivaporunduva**: um estudo de caso na perspectiva da Agroecologia. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.

PEDROSO JÚNIOR, N. N. et al. A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 2, p. 227–252, 2008.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. **Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar**. *In*: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 205-220, 2011.

PETAR. **Identidade visual do Quilombo Ivaporunduva**. Disponível em: <https://www.petaronline.com.br/quilombos/>. Acesso em: 07 jan. 2020.

PUPO, P. S. **Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. *In*: Martins, A. B. M; Santos, A. O; Paiva, V. (Orgs.). Promovendo os Direitos de Mulheres, Crianças e Jovens de Comunidades Anfitriãs de Turismo do Vale do Ribeira. São Paulo: Instituto de Planejamento Socioambiental/Ministério do Turismo, 2009.

RIBEIRO, D.W.A. Patrimônio socioambiental e narrativas da resistência quilombola. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, 9, 138-153, 2019. doi: 10.2436/20.8070.01.122.

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Selo SENAF**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/selo-nacional-da-agricultura-familiar>. Acesso em 21 dez. 2019.

SANTOS, K. M. P. dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Uma Análise Agroalimentar: O caso dos agricultores quilombolas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos Barra do Turvo, SP. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 196-216, set. 2016.

SANTOS; K. P. dos; TATTO, N.. **Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

SÃO PAULO. **Lei nº 16.684**. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO. São Paulo: DOU de 20/03/2018.

SAQUET, M. A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.16, p.164-184, abr. 2001.

SCHNEIDER S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18(51), 99-122, 2003.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, 30 (3), 511-531, 2010.

SEBRAE. **Diferença entre associação e cooperativa**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-associacao-e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 27 dez. 2019.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA - SOF. **Cartilha sobre Economia Solidária e Feminista**. São Paulo: SOF, 2015.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPOSITO, E. C. **Agricultura orgânica do estado do Espírito Santo: diversidade e comercialização de seus produtos na região metropolitana de Vitória**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2016.

STUCCHI, D. **Os bairros rurais negros do Vale do Ribeira**: Laudo Antropológico. São Paulo: Ministério Público Federal, 1996.

SUZUKI, J.C. ; MARTINS, M. H. Os jovens quilombolas e a mobilidade do trabalho nas comunidades da Poça e do Mandira, no Vale do Rio Ribeira de Iguape – São Paulo. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 04, n. 01, 2015.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

VIEGAS, M. da T.; ROVER, O. J.; MEDEIROS, M. Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 42, p. 370-384, Vol. 42, 2017. DOI: 10.5380/dma.v42i0.50759.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Qual a história da formação deste Quilombo?
- 2) O território é reconhecido? Se sim, como foi o processo de reconhecimento do território? Se não, existe o interesse em obter o reconhecimento?
- 3) Já possui titulação pelo INCRA? Se sim, o que você acha que melhorou com essa titulação da propriedade?
- 4) O grupo possui algum programa de certificação ou selo? Possui marca (identidade visual)?
- 5) E sobre os jovens do quilombo, eles têm permanecido aqui ou têm saído em busca de trabalho fora?
- 6) Gostaria de falar sobre a produção coletiva. Existe alguma associação ou cooperativa nesse quilombo? Quais os produtos e serviços que vocês oferecem?
- 7) O grupo participa dos programas institucionais como o PNAE ou PAA?
- 8) E hoje em dia, qual o tipo de comercialização que é feita pelo grupo? Descreva-as.
- 9) Quais as superações e dificuldades encontradas ao longo dos anos?
- 10) Quais as oportunidades que ainda existem? (novos mercados)
- 11) Como anda, atualmente, a questão de licença ambiental para o plantio tradicional? Qual estratégia vocês encontraram para plantar?
- 12) O plantio é orgânico ou convencional? Usam a técnica de agrofloresta (SAF)?

APÊNDICE B

FORMULÁRIO**I. ASPECTOS SOCIAIS****1. Perfil do Indivíduo**

a. Grupo etário	b. Sexo	c. Estado civil	d. Filhos	e. Profissão
(1) Jovens (até 17 anos); (2) Adultos (18 – 64 anos); (3) Idosos (65 ou mais)	(1) Mulher (2) Homem	(1) Solteiro(a) , Divorciado(a) , Viúvo(a); (2) Casado(a)	(1) Sim (2) Não	(1) Estudante; (2) Produtor(a) Rural; (3) Dono(a) de casa; (4) Aposentado (a); (5) Prestador(a) de serviços; (6) Monitor(a) ambiental (7) Outra: _____

2. Perfil do Coletivo

2.1 Você participa de alguma organização coletiva de produção, do tipo associação ou cooperativa: () Sim () Não Se sim, qual? _____

2.2 O grupo possui autonomia, tomando suas decisões em relação às atividades e sociais? (1) Sim; (2) Não. Se sim, como funciona essa relação dentro e fora do quilombo?

2.3 Com a titulação, quais os benefícios sociais que o título traz para a comunidade?

2.4 E sobre os jovens, eles têm permanecido aqui no quilombo ou têm saído em busca de trabalho fora? _____

II. ASPECTOS ECONÔMICOS

3. Você faz o controle da sua produção com anotações? (1) Sim (2) Não

4. E como funcionava a questão econômica do quilombo no passado com os seus pais e avós? (economia local tradicional) _____

4.1 Vocês mudaram seus hábitos e costumes para vender mais produtos e ter maior renda? (1) Sim (2) Não. Se sim, como foi esse processo e por quê?

4.2 Por exemplo, com a construção da SP-165, vocês passaram a produzir outros produtos mais comercializáveis? (1) Sim (2) Não. Se sim, como foi esse processo e por quê?

5. Produção quilombola

5.1 Quais os produtos e serviços ofertados por você? _____

5.2 Para você, quais os produtos mais importantes que você vende? _____

5.3 E quais os produtos mais importantes para a tradição quilombola que ficam na comunidade? _____

5.4 O grupo participa dos mercados institucionais, como o programa PNAE e PAA? (1) Sim, qual? _____ (2) Não

5.5 O grupo possui uma marca? (1) Sim; (2) Não; Se sim, qual o nome da marca (identidade visual) e como foi o processo de criação da marca? _____

5.6 E sobre o turismo, quais atrações vocês oferecem? (1) artesanato; (2) gastronomia; (3) casa de farinha; (4) roda de conversa; (5) apresentação cultural; (6) passeio de barco; (7) agrofloresta; (8) trilha; (9) caverna; (10) cachoeira; (11) construção histórica; (12) praia; (13) Outra: _____

6. Circuitos de Comercialização de produtos e serviços (circuito curto ou longo)

6.1 Quais os canais de comercialização que são usados pelo grupo? (1) venda no quilombo; (2) feiras livres; (3) cestas; (4) sacolão móvel; (5) GCR (Grupo de Consumo Responsável); (6) Outro tipo de venda, qual? _____

6.2 Vocês possuem contato direto com seus consumidores? (1) Sim (2) Não
Se sim, como funciona essa relação com os consumidores? _____

Se não, vocês precisam usar atravessadores para venderem os produtos? Como é essa relação? _____

6.3 Pensando na cadeia logística, como é feito o transporte dos alimentos desde a colheita até a chegada ao consumidor? (usa trator, caminhão, rodovia, balsa) _____

6.4 E como é feita a armazenagem dos produtos? Usam alguma câmara fria ou climatização antes do transporte? _____

6.5 Existem novas demandas para os seus produtos e serviços? Vocês percebem novos públicos que possam comprar ou utilizar o serviço de vocês? _____

III. ASPECTOS AMBIENTAIS

7. Plantio tradicional

7.1 O que era plantado antigamente no quilombo pelos seus pais e avós? (produtos ancestrais) _____

7.2 Quais técnicas de roça eram utilizadas no passado (por exemplo, a roça coivara) e quais são utilizadas hoje por você? _____

8. Sistema produtivo

8.1 Como é o seu sistema produtivo? (1) orgânico; (2) convencional; (3) misto; (4) SAF; (5) outro: _____

8.2 Você guarda sementes? (1) Sim; (2) Não.

Se sim, como você guarda? (por exemplo, em garrafas pet)

9. Esse quilombo possui nascentes em seu território? Tem autonomia de água dentro das terras quilombolas? _____

10. Certificação orgânica

10.1 Os produtos e serviços do grupo possuem algum programa de certificação ou selo? (1) Sim; (2) Não; Se sim, quais selos possui? (a) Orgânico Brasil; (b) IBD; (c) Selo SIPAF; (d) Outros: _____

10.2 Quais os produtos que são certificados? _____

10.3 Como foi o processo de certificação? O que mudou na produção e na comercialização?

10.4 Você acha que a certificação orgânica ajudou a dar maior visibilidade ao produto e tornou ele mais valorizado no mercado? (1) Sim; (2) Não. Por quê? _____

11. Titulação.

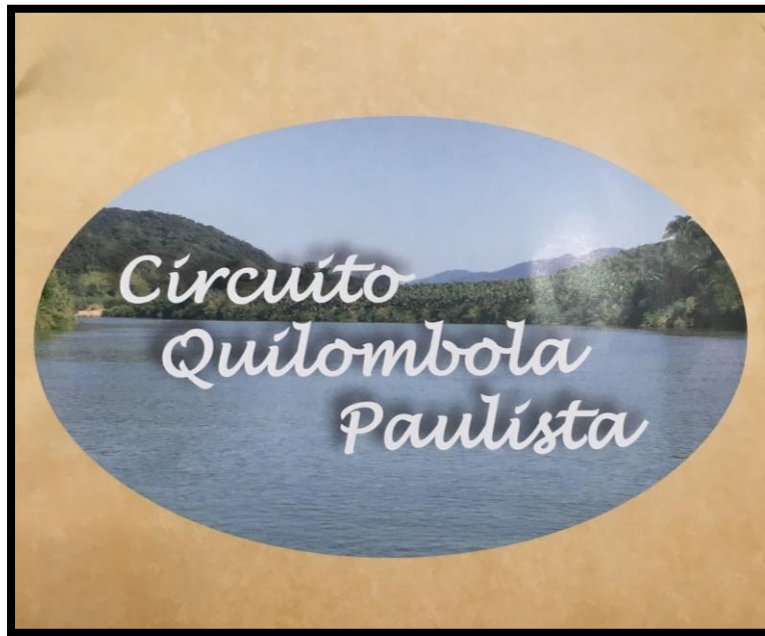
11.1 Você acha que o fato da comunidade quilombola ter o título de propriedade traz maior autonomia ambiental para poder plantar o que quiser, como e quando quiser? (1) Sim; (2) Não. Por quê? _____

11.2 Com a titulação, quais os benefícios que o título traz para a comunidade em termos ambientais? _____

11.3 Você acha que tem alguma relação entre melhorar o plantio e melhorar a renda e trazer maior autonomia econômica? (1) Sim; (2) Não. Por quê? _____

APÊNDICE C

CIRCUITO QUILOMBOLA PAULISTA



Atrações

- Gastronomia
- Roda de conversa
- Tribo
- Artesanato
- Praia
- Casa de Fariña
- Passeio de barco
- Apresentação Cultural
- Caverna
- Construção histórica
- Agrofloresta
- Cachoeira

* Distância a partir de São Paulo